

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ  
CENTRO SÓCIO-ECONÔMICO  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SERVIÇO SOCIAL**

**SANDRA REGINA SMITH NEVES**

**SUICÍDIO E ALIENAÇÃO:  
A VIVÊNCIA COTIDIANA DA DESIGUALDADE E DA EXCLUSÃO  
SOCIAL**

**BELÉM-PA  
2007**

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ  
CENTRO SÓCIO-ECONÔMICO  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SERVIÇO SOCIAL**

**SANDRA REGINA SMITH NEVES**

**SUICÍDIO E ALIENAÇÃO:**

**A VIVÊNCIA COTIDIANA DA DESIGUALDADE E DA EXCLUSÃO SOCIAL**

Dissertação submetida à Banca Examinadora designada pelo Programa de Pós-Graduação em Serviço Social da Universidade Federal do Pará como exigência parcial para obtenção do título de Mestre em Serviço Social, sob a orientação da Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Maria Antonia Cardoso do Nascimento.

BELÉM-PA  
2007

Neves, Sandra Regina Smith Neves

Suicídio e alienação: a vivência cotidiana da desigualdade e da exclusão social / Sandra Regina Smith Neves. -- Belém: UFPA / PPGSS, 2007.

xiii, 182f. : il. ; 31 cm.

Orientador: Maria Antonia Cardoso do Nascimento

Dissertação (mestrado) – UFPA / Curso de serviço Social / Programa de Pós-Graduação em Serviço Social, 2007.

Referências bibliográficas: f. 178-182

1. Suicídio 2. Subjetividade 3. Exclusão 4. Alienação - Tese. I. Nascimento, Maria Antonia Cardoso. II. Universidade Federal do Pará, Curso de Serviço Social, Programa de Pós-Graduação em Serviço Social. III. Título.

**SANDRA REGINA SMITH NEVES**

**SUICÍDIO E ALIENAÇÃO:**

**A VIVÊNCIA COTIDIANA DA DESIGUALDADE E DA EXCLUSÃO SOCIAL**

Dissertação submetida à Banca Examinadora designada pelo Programa de Mestrado em Serviço Social da Universidade Federal do Pará como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Serviço Social.

APROVADA em 22 de agosto de 2007

**BANCA EXAMINADORA**

**PROF<sup>a</sup>. DR<sup>a</sup>. MARIA ANTONIA CARDOSO DO NASCIMENTO - UFPA**  
Orientadora

**PROF<sup>a</sup>. DR<sup>a</sup>. ROSA ELIZABETH ACEVEDO MARIN – UFPA/NAEA**

**PROF<sup>a</sup>. DR<sup>a</sup>. ADRIANA FONSECA DE AZEVEDO - UFPA**

**BELÉM**  
2007

*Este trabalho é dedicado as vozes que não estão aqui, as vozes, que  
caladas,  
busquei-as ora na ciência, ora na memória emotiva de outras vozes.  
Vozes poucas, representativas de outras,  
estas incontáveis, que a humanidade desgastou ao longo de sua trágica  
trajetória civilizatória.  
Aos que estão aqui, não por suas vidas, mas pelas causas injustas de  
suas ausências, este trabalho é dedicado.*

## AGRADECIMENTOS

Várias pessoas contribuíram para a efetivação deste trabalho. A todas agradeço pela colaboração. Algumas, contudo, desempenharam um papel especial, e sem o empenho e a colaboração destas pessoas especiais, a mim não teria sido possível efetuar esta pesquisa. Deste modo, agradeço a minha mãe Regina e ao meu pai Ruy, que despertaram em mim o prazer de estudar. Ao Marcos, por compartilhar comigo um imenso amor pela humanidade. A Fernanda, Hannah e Gustavo, por dar um sentido especial a minha vida. Agradeço particularmente a Professora Maria Antonia, orientadora deste trabalho. Posso dizer que a Antonia incorpora todas as qualidades necessárias a um verdadeiro professor. Sabe compartilhar, instigar a autonomia e a liberdade de criar. Aos meus irmãos e irmãs, amigos e amigas sempre disponíveis para o que fosse necessário. Entre estas um agradecimento especial a Gracinha, Adriana, Suzana e Conceição Cordeiro pela colaboração nas entrevistas. Agradeço também a Polícia Técnica e Científica, Serviço Social da Clínica Psiquiátrica, Arquivo Médico e Serviço de Psicologia do Hospital de Emergência, e José Cardoso Neto, o “bolero” pela colaboração. E principalmente, agradeço aos familiares e amigos das vítimas de suicídio, que concordaram em participar dessa pesquisa, mesmo que este ato lhes causasse sofrimento. Um agradecimento especial às pessoas que depois de viver a experiência da tentativa de suicídio, concordaram em contar suas histórias de vida no intuito de ajudar outras vidas.

*Aos esfarrapados do mundo e aos  
que neles se descobrem e, assim  
descobrimo-se, com eles sofrem,  
mas, sobretudo, com eles lutam.*

***Paulo Freire***

## RESUMO

O suicídio é uma questão complexa que tem atraído a atenção de várias áreas interessadas em discutir suas causas e concorrer para sua prevenção. No Brasil pouco se pesquisa sobre o tema, e ainda são numerosas as correntes que compreendem o suicídio como algo isolado e individual. A cidade de Macapá, de acordo com dados do Ministério da Saúde ocupa o primeiro lugar em número de suicídios no Brasil, sendo necessário investigar e compreender a questão, a partir do desenvolvimento da cidade onde estão inseridas estas pessoas. Assim, este trabalho discute o suicídio na cidade de Macapá, estabelecendo para isto, um diálogo com autores marxistas e marxianos por acreditar que o legado de tais autores, de que o substrato material, condiciona a subjetividade, ainda vige. A pesquisa tem por objetivo entender o suicídio em uma cidade com as peculiaridades de Macapá encravada na região amazônica. O principal ponto norteador do estudo é investigar o que há de novo no suicídio em Macapá, o fato ou a visibilidade? A pesquisa de campo foi realizada na cidade de Macapá, utilizando dados sobre ocorrências de suicídio no período de 2001 a 2005. Os instrumentos de coleta de dados foram, a observação, o formulário, e entrevistas com familiares, vizinhos e amigos das vítimas, e com pessoas que vivenciaram a experiência da tentativa de suicídio. A investigação indica que o suicídio sempre esteve presente na sociedade e ocorre nas variadas faixas etárias e nas diversas culturas, existindo uma estreita relação entre os determinantes materiais da existência humana e o suicídio. A particularidade do suicídio na cidade de Macapá pode estar relacionada à pobreza, desigualdade e exclusão de uma imensa parcela da população local, incidindo sobre as famílias de maneira violenta podendo causar sofrimento psíquico, sendo importante conhecer a questão para discutir uma política de prevenção.

**PALAVRAS CHAVES:** Suicídio, alienação, subjetividade.

## ABSTRACT

The suicide is a complex phenomenon that has attracted the attention of several areas interesting in discusses his causes and concurs for his prevention. In Brazil, there are few researches about the subject, and still are numerable currents that understand the phenomenon as something isolated and individual. The city of Macapá, in accordance with Health Ministry, occupies the first place in numbers of suicides in Brazil, being necessary the investigation and comprehension of the phenomenon, from the development of the city where this people are inserted. Thus, this paper discuss the phenomenon of suicide in the city of Macapá, establishing for this, a dialogue with Marxist and Marxian authors, for believing that the legacy of such authors, the material substratum, it conditions the subjectivity, still is valid. The research has for objective to understand the suicide in a city with the peculiarities of Macapá stuck in the Amazon region. The main norteador point of the study is to investigate what it has of new in the suicide in Macapá, the fact or the visibility? The field research was carried through in the city of Macapá, using given on occurrences of suicide in the period of 2001 until 2005. The instruments of collection of data had been the observation, the form, and interviews with familiar, neighbors and friends of the victims, and with people who had lived the experience of the suicide attempt. The inquiry indicates that the suicide always was present in the society and occurs in the varied age bands and in the diverse cultures, existing a narrow relation enters the determinative materials of the human existence and the suicide. The particularity of the suicide in the city of Macapá can be related with the poverty, inequality and exclusion of an immense parcel of the local population, happening on the families in violent way and being able to cause psychic suffering, being important to know the question to argue one politics of prevention.

**KEY WORDS:** Suicide, Alienation, subjectivity.

## LISTA DE GRÁFICOS

GRÁFICO 1 – Ocorrências de suicídios no Estado do Amapá – 2001 a 2005.....	110
GRÁFICO 2 – Comparativo do registro de tentativas de suicídios e envenenamento Hospital de Emergência – 2002 a 2005.....	111
GRÁFICO 3 - Demonstrativo das ocorrências de suicídios em Macapá – 1980 a 2005.....	127
GRÁFICO 4 – Comparativo entre os números de suicídios ocorridos na capital e no Interior – 2001 a 2005.....	130
GRÁFICO 5 – Ocorrências de suicídios registradas em Macapá – 2001 a 2005.....	131
GRÁFICO 6 – Ocorrências de suicídios agrupadas por sexo – 2001 a 2005.....	132
GRÁFICO 7 – Ocorrências de suicídios entre os homens – Macapá – 2001 a 2005.....	133
GRÁFICO 8 – Ocorrências de suicídios entre as mulheres – Macapá- 2001 a 2005.....	133
GRÁFICO 9 – Comparativo das ocorrências de suicídios por faixa etária e sexo na Cidade de Macapá – 2001 a 2005.....	135
GRÁFICO 10 - Ocorrências de suicídios por local de nascimento – 2001 a 2005.....	139
GRÁFICO 11 – Ocorrências de suicídios agrupadas de acordo com a faixa etária – Macapá – 2001 a 2005.....	141
GRÁFICO 12 – Comparativo das ocorrências de suicídios agrupadas por sexo e renda - Macapá- 2001 a 2005.....	143
GRÁFICO 13 – Comparativo das ocorrências de suicídios agrupadas por sexo e Ocupação profissional – Macapá – 2001 a 2005.....	144
GRÁFICO 14 – Ocorrências de suicídios agrupadas por localização do bairro de moradia – Macapá – 2001 a 2005.....	148
GRÁFICO 15 – Comparativo dos números de suicídios por sexo e estado civil Macapá - 2001 a 2005.....	150

GRÁFICO 16 – Ocorrências de suicídios agrupadas por escolaridade – Macapá- 2005 a 2005.....	152
GRÁFICO 17 – Comparativo das ocorrências de suicídios agrupadas por renda e cor - Macapá – 2001 a 2005.....	153
GRÁFICO 18 – Ocorrências de suicídios agrupadas por religião – Macapá - 2001 a 2005..	155
GRÁFICO 19 – Comparativo das ocorrências de suicídios agrupadas por sexo e motivo do cometimento – Macapá – 2001 a 2005.....	158
GRÁFICO 20 – Ocorrências do uso de substancias psicoativas por vítimas de suicídios agrupadas por sexo – Macapá – 2001 a 2005.....	161
GRÁFICO 21 – Situações vivenciadas pelas famílias das vítimas de suicídios – Macapá – 2001 a 2005.....	163
GRÁFICO 22 – Famílias das vitimas de suicídios agrupadas de acordo com as fontes de informação – Macapá – 2001 a 2005.....	168

## LISTA DE ILUSTRAÇÕES

FIGURA 01 - Periferia da cidade de Macapá – ocupação das áreas de ressacas.....	129
FIGURA 02 - Comparativo das ocorrências de suicídios por meio utilizado –Macapá 2001 a 2005 .....	134
FIGURA 03 - Periferia da cidade de Macapá – ocupação das áreas de ressaca.....	149
FIGURA 04 - Centro da cidade de Macapá.....	149

## **LISTA DE SIGLAS E ABREVIATURAS**

**ALCMS** – Área de Livre Comércio de Macapá e Santana

**BPA** – Boletim de Produtividade Ambulatorial

**BRUMASA** – Amapá Agricultura e Indústria S/A

**CADAM** – Caulim da Amazônia S/A

**CAEMI** – Companhia Auxiliar de Empresas de Mineração

**CODEPA** – Companhia Dendê do Amapá

**CVRD** – Companhia Vale do Rio Doce

**IBGE** – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

**ICOMI** – Indústria de Comércio de Minérios S/A

**OMS** – Organização Mundial de Saúde

**PEA** – População Economicamente Ativa

**PGC** – Programa Grande Carajás

**PNAD** – Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios

**PNDs** – Planos Nacionais de Desenvolvimento

**SEJUSP** – Secretaria de Justiça e Segurança Pública

**SIVAM** – Sistema de Vigilância da Amazônia

**SPEVEA** – Superintendência do Plano de valorização da Amazônia

**SUDAM** – Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia

**SUFRAMA** – Superintendencia da Zona Franca de Manaus

**TVA** – Tenesse Vallery Athorite

**UNESCO** – Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura

## SUMÁRIO

<b>INTRODUÇÃO</b> .....	14
<b>1 FORMAÇÃO DO INDIVÍDUO, CONSCIÊNCIA E ALIENAÇÃO: APROXIMAÇÕES COM O MÉTODO DE INVESTIGAÇÃO DE MARX A PARTIR DA LEITURA DE AGNES HELLER , ALEXIS LEONTIEV E PAULO SILVEIRA</b> .....	24
1.1 MÉTODO TRABALHO E INDIVÍDUO SOCIAL .....	24
1.2 ALIENAÇÃO, VIDA COTIDIANA E O DESENVOLVIMENTO DA SUBJETIVIDADE .....	38
1.3 A PRODUÇÃO DA SUBJETIVIDADE NO CAPITALISMO CONTEMPORÂNEO.....	48
<b>2 IDÉIAS SOBRE SUICÍDIO: DE DURKHEIM À MARX</b> .....	57
2.1 DURKHEIM: SUICÍDIO E SOCIEDADE .....	57
2.2 O SENTIDO DA VIDA: DESAFIO DO SUICÍDIO .....	66
2.3 O SUICÍDIO: UM MARX INSÓLITO.....	74
<b>3 O PROCESSO DE OCUPAÇÃO DO ESPAÇO AMAPAENSE NO CONTEXTO DA AMAZÔNIA</b> .....	79
3.1 AMAZÔNIA: TRANSFORMAÇÕES RECENTES E REORGANIZAÇÃO DO ESPAÇO AMAPAENSE.....	79
3.2 O PROCESSO DE OCUPAÇÃO DO ESPAÇO AMAPAENSE.....	89
3.3 CRIAÇÃO DO TERRITÓRIO FEDERAL DO AMAPÁ E REORGANIZAÇÃO DO ESPAÇO AMAPAENSE.....	93
3.4 A CIDADE DE MACAPÁ: A URBANIZAÇÃO DA POBREZA.....	100

<b>4 O SUICIDIO NA CIDADE DE MACAPÁ.....</b>	<b>114</b>
4.1 O PROCESSO DE CONSTITUIÇÃO DA FAMÍLIA.....	114
4.2 O RETRATO DA EXCLUSÃO E DA DESIGUALDADE SOCIAL: O SUICÍDIO NA CIDADE DE MACAPÁ.....	124
4.3 FORMAÇÃO DO INDIVÍDUO, FAMÍLIA E ALIENAÇÃO.....	157
 <b>CONSIDERAÇÕES FINAIS.....</b>	<b>172</b>
 <b>BIBLIOGRAFIA.....</b>	<b>178</b>
 <b>ANEXOS</b>	

## INTRODUÇÃO

O suicídio é uma questão complexa que tem atraído a atenção de várias áreas, sejam na medicina, filosofia, psicologia, antropologia e sociologia entre outras interessadas em desvendar suas causas e contribuir para sua prevenção. No Brasil pouco se pesquisa sobre o suicídio, e ainda são numerosas as correntes que compreendem o fenômeno como algo isolado e individual.

Nesse sentido, este trabalho discute o suicídio na cidade de Macapá, encravada na região amazônica. Escolher este objeto de investigação faz parte da necessidade de entender a dinâmica da sociedade amapaense, estabelecendo para isto, um diálogo com autores marxistas e marxianos por acreditar que o legado de tais autores, de que o substrato material, condiciona a subjetividade, ainda vige.

O estudo sobre a vulnerabilidade dos jovens brasileiros, intitulado Mapa da Violência IV – Os jovens do Brasil,<sup>1</sup> lançado em 2004 e editado pela Organização das Nações Unidas para a educação a ciência e a tecnologia - UNESCO, utiliza dados de 1993 a 2002 e demonstra que o suicídio no Brasil passou de 5.553 casos em 1993 para 7.715 em 2002, o que representa um aumento de 38,9%. Dados da Organização Mundial de Saúde – OMS - revelam que o número de suicídios freqüentemente é subestimado. A extensão varia de acordo com o país dependendo principalmente da maneira como o suicídio é registrado. As razões do não registro incluem estigmas, fatores políticos e sociais. Não existem registros

---

<sup>1</sup> Os dados comprovam que entre os países o primeiro em número de suicídios entre a população total com 44,1/100.000 habitantes é a Lituânia, seguida da Federação Russa com 39,4, da Bielorrússia com 34,9 e da Letônia com 32,4 mortes a cada 100.000 habitantes. Entre os jovens a Federação Russa detém o primeiro lugar com 33,7, Lituânia com 29,5 e Kazaquistão com 27,1. O Egito possui somente 0,1 mortes por suicídio a cada 100.000 habitantes. É importante destacar que os países mencionados como os primeiros em número de suicídios na atualidade são pós-socialistas e vivem hoje sob a hegemonia do capitalismo.

mundiais oficiais de tentativas de suicídio e apenas 25% das pessoas que tentam o suicídio buscam cuidados médicos.

O Brasil apresenta de acordo com o tamanho de sua população uma pequena taxa de suicídio tanto na população total como entre os jovens. O estudo acima referido demonstra que entre a população total e entre os jovens na faixa de 15 a 24 anos, o país apresenta taxa de quatro mortes por suicídio em 100 mil habitantes. Apesar destes números, no Amapá esse aumento relativo ao período de 1993 a 2002, triplicou o número de suicídios entre a população total e quadruplicou entre os jovens. O estado ocupava em 1993 o 12º no ranking nacional, em 2002 passa para o quinto lugar. A capital Macapá é considerada a segunda cidade brasileira em números de mortes por suicídios. Em Macapá houve um aumento de 400% de suicídios entre os jovens e 271,4% entre a população total. Em 2002 a cidade apresentava uma taxa de 8,5 por 100 mil habitantes na população total e 14,2 entre os jovens.

Um estudo recente do Ministério da Saúde publicada em 2006, referindo-se à dados de 1994/2004, já aponta o estado do Amapá como o quarto no ranking nacional e a cidade de Macapá como a primeira em ocorrências de suicídios.

A OMS desde a década de 1990, passou a considerar o suicídio com uma questão de saúde pública. O Brasil apenas em dezembro de 2005, instituiu um grupo de trabalho com o objetivo de elaborar e implantar a Estratégia Nacional de prevenção ao Suicídio, e em agosto de 2006 estabeleceu por meio de portaria, as Diretrizes Nacionais de Prevenção ao Suicídio, que deveriam ser implantadas em todas as unidades federadas, respeitadas as competências das três esferas de gestão. Por meio da referida Portaria, o Brasil reconhece o suicídio como uma questão de saúde pública, que afeta toda a sociedade e pode ser prevenido.

### **A pesquisa**

Os dados citados acima podem demonstrar que o suicídio assume na sociedade contemporânea um caráter patológico, sendo necessário investigar e compreender o

fenômeno, a partir do desenvolvimento da cidade onde estão inseridas estas pessoas. Desta forma minha proposta de trabalho é um esforço de ir além das explicações ancoradas em motivações individuais que levam ao suicídio, mas investigar e compreender o fenômeno a partir do desenvolvimento da cidade de Macapá, considerando o contexto em que está cidade, enquanto parte da região amazônica, se desenvolveu, e o papel do Estado nesse processo.

A história da cidade de Macapá não é muito diferente das outras cidades que integram a Região Amazônica, onde a ocupação do espaço sempre esteve ligada à exploração de seus recursos naturais. Nos anos de 1950 a descoberta do manganês possibilita a instalação de um grande projeto econômico, o que provoca impactos ambientais e econômicos importantes. Nos anos de 1970 a implantação do Projeto Jarí na divisa com o estado do Pará, e nos anos de 1980 e 1990 a transformação do Território em Estado e a implantação da Zona de Livre Comércio de Macapá e Santana, são exemplos deste processo. Tais projetos incentivaram um intenso fluxo migratório, não mais apenas do campo para a cidade como antes, mais entre cidades, transformando o Estado em um novo pólo de migração na Amazônia.

A expansão demográfica da cidade de Macapá se fortalece pelo crescimento acentuado do processo migratório e do êxodo rural, tendo como resultado, a urbanização intensa, introduzindo mudanças na organização da cidade. Esse fenômeno pode ser responsável pela ocupação desordenada de áreas periféricas e o surgimento de cinturões de miséria, agravando a denominada questão social enquanto manifestação da contradição capital/trabalho, que se expressa no desemprego, pobreza, exclusão de grande parte da população macapaense, podendo revelar o processo seletivo da forma de desenvolvimento implantado na Amazônia.

As ocorrências de suicídios intensificaram-se na cidade na década de 1990, um momento de profundas transformações na organização do espaço amapaense. Atualmente

Macapá possui um índice de suicídios que já é considerado pelo Ministério da Saúde como um problema de saúde pública.

O debate público relativo ao fenômeno do suicídio tem avançado na cidade, para uma possível extenuação. As ocorrências que se apresentam nos hospitais, delegacias de polícia e polícia técnico-científica são exaustivamente divulgadas pela mídia local: televisão, jornal e principalmente o rádio, reforçando a característica individual do suicídio e provavelmente colaborando para reafirmar estereótipos e estigmas. Nesse contexto o principal ponto norteador do estudo é investigar o que há de novo no suicídio em Macapá, o fato ou a visibilidade? Se o suicídio sempre esteve presente na história da cidade porque o fato emerge nesse momento, logrando tamanha visibilidade? Se, no entanto é um fenômeno recente que fatos produzem sua emergente exacerbação e generalidade? Existe relação entre o suicídio processado na cidade de Macapá e a nova urbanização da cidade?

Assim sendo, são objetivos desta pesquisa: entender o suicídio em uma cidade com as peculiaridades de Macapá encravada na região amazônica; examinar a relação existente entre o processo migratório recente, o crescimento populacional e a taxa de suicídios registrada na cidade; e colaborar com estudos para a formulação de políticas de prevenção ao suicídio.

A hipótese central é a de que o fenômeno do suicídio sempre esteve presente na sociedade e ocorre nas variadas faixas etárias e nas diversas culturas, existindo uma estreita relação entre os determinantes materiais da existência humana e o suicídio. Na sociedade contemporânea que vive a materialização dos resultados do capitalismo globalizado, o fenômeno apresenta características de generalidade, adquirindo visibilidade e se configurando como a legitimação de condutas destrutivas a fragmentação do mundo da vida frente à racionalidade do capital.

A urbanização intensa e acelerada da cidade de Macapá, o processo migratório e o conseqüente crescimento da população urbana, a forma como o trabalho é organizado, afetam a subjetividade, as relações do indivíduo com o sentido da vida desenvolvendo várias formas de violência entre estas o suicídio.

A contribuição teórica central da análise perpassa a compreensão do trabalho como principal fator de humanização do homem, a objetivação primária do ser social, e é por se objetivarem que os homens podem constituir sua subjetividade, sua personalidade enquanto determinação individual específica. A subjetividade é, portanto, historicamente construída e o homem dominado por aquilo que ele produz, sendo que a consciência, conseqüentemente um produto social. Contudo, a forma como o trabalho se realiza na sociedade capitalista aliena a *natureza* do homem, aliena o homem de *si* mesmo de sua atividade fundamental, aliena do mesmo modo o homem a respeito da *espécie*.

Esta afirmação sugere que o homem em sua atividade vital não se apropria do resultado de seu trabalho. Sua energia vital é despendida e repassada ao objeto que toma forma própria, se coisifica. Esse processo acarreta perda em seu mundo interior produzindo sua subjetividade. A alienação obstrui o desenvolvimento pleno do indivíduo e provoca a fragmentação de sua personalidade e impede que a maioria dos trabalhadores usufrua das riquezas socialmente produzidas.

O tratamento dado ao objeto de estudo, demandou o estabelecimento de diálogo com a teoria da vida cotidiana de Agnes Heller e a psicologia sócio-histórica de Aléxis Leontiev. Este afirma que o psiquismo humano estrutura-se a partir da atividade social e histórica dos indivíduos, e a uma dada estrutura objetiva do ser social, corresponde uma dada estrutura subjetiva. A subjetividade humana, este mundo interno que possuímos, é construída nas relações sociais, no contato entre os homens e destes com a natureza.

Heller defende que a formação do indivíduo começa sempre na esfera da vida cotidiana, se iniciando desde o nascimento e se estendendo por toda a vida. A cotidianidade consiste no espaço de satisfação das necessidades essenciais do indivíduo. Desse modo a estrutura material da vida cotidiana, corresponderia a uma dada estrutura psíquica, sendo o comportamento uma das expressões do mundo psíquico. Portanto o psiquismo, a subjetividade, se desenvolve ao longo da vida e não pertence a natureza do homem, mas reflete a condição econômica, social e cultural em que vivem os homens.

Para dar conta da diversidade presente no objeto de estudo, foi indispensável uma análise do processo de constituição da família. Esta possui um caráter importante na reprodução do ser humano e exerce influência na formação psíquica dos indivíduos.

O avanço do sistema capitalista e a crise global do Estado determinam mudanças estruturais que não incidem apenas sobre a economia, mas redefinem as relações sociais. Tais mudanças afetam as famílias em maior ou menor grau, consoante com o lugar que cada uma ocupa na estruturação da sociedade. Neste sentido, a pobreza e a exclusão próprias do capitalismo, atingem as famílias que ficam expostas a situações de vulnerabilidade. É importante registrar as abordagens de Hannah Arendt, D'Incao, Horkheimer e Norbert Elias.

A pesquisa de campo foi realizada na cidade de Macapá, utilizando dados sobre ocorrências de suicídio no período de 2001 a 2005. Estes dados foram obtidos nos arquivos da Polícia Técnica e Científica, Assessoria Técnica em Estatística – SEJUSP, e arquivo pessoal de José Cardoso Neto. Os dados sobre tentativas de suicídio, foram informados por meio do Arquivo Médico do Hospital de Emergências de Macapá e Serviço de Psicologia do mesmo hospital.

As ocorrências de suicídios no período citado somam 137 casos, destes foram selecionadas 20 famílias para realização da entrevista, um total de 15% dos casos. A coleta de

dados ocorreu entre agosto de 2006 e janeiro de 2007, e abarcou além da coleta nos locais anteriormente referidos, visitas as residências das famílias para realização das entrevistas.

Inicialmente foram selecionadas de forma aleatória quatro famílias por cada ano pesquisado. Cada família responderia a um formulário, cujo teor versava sobre dados gerais como idade, sexo, cor, escolaridade, renda da vítima e da família, e posteriormente seria realizada a entrevista. Esta, porém, não foi uma tarefa fácil. Várias famílias selecionadas não concordaram em participar da pesquisa; a ocorrência de suicídio na família, muitas vezes é motivo de vergonha e causa de sofrimento. A elaboração da perda e do luto por parte da família em casos de suicídios, pode ser uma experiência bastante dolorosa.

Estas residências, na sua maioria estavam situadas em bairros da periferia da cidade, e desta forma, algumas vezes fui recebida inicialmente com desconfiança e confundida como pertencente à polícia. Essa confusão inicial dificultou o estabelecimento das relações. A localização do endereço da família selecionada foi outra dificuldade encontrada. Neste sentido, a pesquisa exigiu a modificação das estratégias de aproximação das famílias. Em alguns bairros foi preciso estabelecer contato com a associação de moradores, solicitando apoio no processo de localização dos endereços e aproximação das famílias.

Apesar das dificuldades, 20 famílias foram entrevistadas. Cada entrevista incluía o depoimento dos familiares, amigos e vizinhos, e desta forma foi necessário retornar a residência de algumas famílias, para continuar as entrevistas. Os depoimentos na sua maioria foram permeados pela emoção.

Foram entrevistadas oito pessoas que vivenciaram a experiência da tentativa de suicídio, cuja escolha foi mediada pelo Serviço Social da Clínica Psiquiátrica do Hospital de Especialidades Alberto Lima, e pelo serviço de psicologia de uma clínica particular. Os entrevistados eram usuários destes serviços. Inicialmente os técnicos conversavam com a pessoa explicando o objetivo da entrevista, que posteriormente era marcada. Essa mediação

foi necessária no sentido de preservar as pessoas, e de oferecer um suporte aquelas que após o relato de sua história de vida, necessitassem de atendimento. Estes depoimentos foram bastante esclarecedores, principalmente por possibilitar que as próprias vítimas pudessem falar sobre sua história de vida. Das pessoas entrevistadas, apenas duas não estavam sendo acompanhadas por um psicólogo no momento da realização da entrevista.

Aos entrevistados foi esclarecido sobre o objetivo da pesquisa, cujo resultado serviria para colaborar no sentido da formulação de política pública de prevenção ao suicídio. As entrevistas foram gravadas com a permissão dos entrevistados, exceto por quatro entrevistados que não autorizaram a gravação.

A pesquisa que envolve seres humanos requer cuidados éticos indispensáveis. Deste modo, foi informado aos entrevistados que sua identidade e a da vítima seriam preservadas, e que as histórias de vida não seriam divulgadas de forma a identificá-los. Alguns entrevistados só permitiram a entrevista, depois da certeza que não seriam identificados.

Este trabalho é composto por quatro capítulos. O primeiro capítulo “Formação do Indivíduo, Consciência e Alienação: aproximações com o método de investigação de Marx a partir da leitura de Agnes Heller, Aléxis Leontiev e Paulo Silveira”, analisa a partir da obra de Marx, o significado do trabalho na formação do indivíduo social e na produção da vida material. Toma como ponto de partida a constatação de que todo ser vivo estabelece uma relação metabólica com a natureza, mas o homem se diferencia dos animais porque sua relação com a natureza é mediatizada pelo trabalho.

Partindo do método em Marx, ressalta que para conhecer a realidade em sua totalidade é necessário revelar o conjunto de complexos sociais que compõem a sociedade, tornando-se inevitável analisar as relações sociais que perpassam os indivíduos. Salienta que o homem não se apropria do resultado do seu trabalho, não produz para si, mas para o capital, e

esse processo acarreta a perda de seu mundo interior produzindo sua subjetividade. O psiquismo humano, portanto é fruto da experiência sócio-histórica humana e, determinado pelas condições sociais nas quais os indivíduos estão inseridos. Por fim analisa a produção da subjetividade no capitalismo contemporâneo ressaltando que a mutação da individualidade humana sob as condições de alienação abarca a relação do indivíduo no âmbito do trabalho, como na chamada vida social.

O segundo capítulo “Idéias Sobre Suicídio: de Durkheim à Marx” inicia com uma discussão a partir das contribuições teóricas de Durkheim, um dos principais teóricos do século XIX a discutir o sobre o suicídio. O autor considera que as questões que levam ao suicídio não provêm de nenhum indivíduo em particular, mas expressa um estado de desagregação da sociedade. Esta exerce pressão sobre o indivíduo no sentido de levá-lo a sua destruição. Apesar do esforço de Durkheim, este não compreende o suicídio como produto das contradições da sociedade, contudo seu mérito está em considerar o suicídio como um fenômeno social e que é possível compreendê-lo a partir da compreensão da sociedade. Cita trabalhos importantes na literatura sobre o suicídio, principalmente no contexto da filosofia e da psicanálise como Freud, Albert Camus, Eduardo Kalina e Santiago Kovadloff. Estes autores, em sua maioria, tem por referência a obra de Durkheim, atualizando a discussão vinculado-a a sociedade moderna, sem, contudo negar o caráter individual do suicídio.. Finalizando discute o texto de Marx “Sobre o Suicídio”, considerado como incomum, pois retrata um Marx que trata da esfera da vida privada, do sofrimento da existência humana mediada pela propriedade e pelas relações de classe. Marx estabelece as relações existentes entre a vida privada e a estrutura da sociedade analisando o suicídio como a máxima expressão de uma sociedade que precisa ser transformada.

O terceiro capítulo “O processo de ocupação do espaço amapaense no contexto da Amazônia” está centrado na discussão do processo de ocupação da Amazônia e do espaço

amapaense a partir do século XVII. Destaca a exploração da borracha no final do século XIX e início do século XX, responsável pela vinda para a região norte de uma expressiva migração de nordestinos e pela distribuição desigual de renda entre seringueiros e seringalistas. Discute sobre a ocupação da Amazônia durante o regime militar, fundamentada em incentivos fiscais possibilitando a penetração do grande capital. A abertura oficial da Amazônia ao capital internacional, atrai para a região a implantação dos chamados Grandes Projetos, entre estes o Projeto Grande Carajás. A Criação do Território Federal do Amapá, desmembrado do Estado do Pará, provoca alteração na dinâmica do espaço amapaense. A descoberta de manganês na década de 1950 possibilita a implantação de um Grande Projeto considerado pioneiro de exploração mineral de grande porte na Amazônia. Aponta a criação do Estado do Amapá e a Implantação da Zona de Livre Comércio de Macapá e Santana como responsável por mudanças na dinâmica espacial do Estado e discute a trajetória histórica da cidade de Macapá, em articulação com questões relativas a pobreza e exclusão social. Ao final apresenta dados gerais sobre as ocorrências de suicídios no Estado do Amapá.

O quarto capítulo “O suicídio na cidade de Macapá” foi construído a partir da pesquisa de campo, e inicia a discussão com o processo de constituição da família procurando apreender as transformações na sociedade atual e seus impactos sobre a família. Discute o aparecimento da família burguesa e nuclear e sinaliza a respeito das novas configurações familiares na contemporaneidade. Apresenta e analisa os dados da pesquisa de campo sobre o suicídio na cidade de Macapá procurando apreender sua particularidade, e a relação entre os casos de suicídios e a alienação presente na sociedade amapaense. É importante acrescentar a abordagem de Bader Sawaia e Serge Paugan sobre o processo de desqualificação social.

# **1 FORMAÇÃO DO INDIVÍDUO, CONSCIÊNCIA E ALIENAÇÃO: APROXIMAÇÕES COM O MÉTODO DE INVESTIGAÇÃO DE MARX A PARTIR DA LEITURA DE AGNES HELLER, ALÉXIS LEONTIEV E PAULO SILVEIRA.**

## **1.1 MÉTODO, TRABALHO E INDIVÍDUO SOCIAL**

Desde sua gênese a teoria de Marx esteve relacionada com a *práxis* humana. Com base nessa afirmativa torna-se importante examinar o significado do trabalho na formação do indivíduo social e na produção da vida material. Para Marx o trabalho aparece como sendo a base das relações entre os homens. Como o trabalho, enquanto processo de produção da existência humana, caracteriza-se por seu aspecto social, rompe-se com a idéia de homem como ser apenas natural, o homem é então entendido como um ser que se constrói inserido em um processo social e em diálogo com a natureza. Em termos mais explícitos a natureza é para Marx “o corpo inorgânico do homem, ou seja, a natureza na medida em que não é o próprio corpo humano. O homem vive da natureza, ou também, a natureza é o seu corpo com o qual tem que manter-se em permanente intercâmbio para não morrer”. (MARX, 2004, p. 116)

O ponto de partida é a constatação de que todo ser vivo tem uma relação metabólica com a natureza, mas o homem se diferencia dos animais porque produz para viver e não age apenas em função de suas necessidades imediatas, é capaz de antecipar na cabeça os resultados de suas ações. No homem a relação com a natureza é mediatizada pelo trabalho.

Neste sentido Marx & Engels (1984, p.15) afirmam que

Podemos distinguir os homens dos animais pela consciência, pela religião, por tudo o que se quiser. Mas eles começam a distinguir-se dos animais assim que começam a produzir os seus meios de vida, passo este que é condicionado pela sua organização física. Ao produzirem os seus meios de vida, os homens produzem indiretamente a sua própria vida material.

Encontramos nessa afirmação o primeiro pressuposto de Marx de que os homens conhecem o mundo em sua ação sobre ele, assim conhecem e ao mesmo tempo o transformam. Ao transformar a natureza o homem também se transforma e se constrói como indivíduo. E como consequência, a vida social vai se efetuando como processo histórico construído pelos homens e não por uma imposição da natureza.

Engels ao explicar o papel do trabalho na transformação do macaco em homem refere-se ao trabalho como fonte de toda riqueza, reforçando que o trabalho é a condição essencial de toda vida humana de tal forma que se pode afirmar até certo ponto que “o trabalho criou o próprio homem”. (ENGELS, 1985, p.215)<sup>2</sup>

Marx para descrever a relação metabólica do homem com a natureza através do trabalho sustenta que:

O trabalho é, antes de qualquer coisa, um processo entre o homem e a natureza, um processo pelo qual o homem, através das suas próprias ações, medeia, regula e controla o metabolismo entre ele e a natureza. Ele encara os materiais da natureza como uma força da natureza. Ele põe em movimento as forças naturais que pertencem ao seu próprio corpo, aos braços, pernas, cabeça e mãos a fim de apropriar os materiais da natureza de uma forma adaptada às suas próprias necessidades. Através desse movimento, ele atua sobre a natureza externa e a modifica, a assim simultaneamente altera a sua própria natureza. (MARX, p.283)

Portanto, é por meio do trabalho que o homem se estrutura como um ser que se diferencia da natureza e assim funda o ser social, produzindo bens que permitam a satisfação de suas necessidades e produzindo ao mesmo tempo novas necessidades renovando sua vida cotidianamente, passando a criar outros homens, a se reproduzir. A produção da vida seja pelo trabalho seja a de outros homens assume simultaneamente uma relação natural e uma relação social. “Social no sentido em que aqui se entende a cooperação de vários indivíduos seja em que circunstância for e não importa de que modo e com que fim”. (MARX & ENGELS, 1984,

---

<sup>2</sup> Engels (1985) redigiu o manuscrito intitulado “Humanização do Macaco em Homem” por volta de 1876. Nele afirma que “não podemos dominar a Natureza como um conquistador domina um povo estrangeiro, como alguém situado fora da Natureza; mas sim que lhe pertencemos, com a nossa carne, nosso sangue, nosso cérebro; que estamos no meio dela; e que todo o nosso domínio sobre ela consiste na vantagem que levamos sobre os demais seres de poder chegar a conhecer suas leis e aplica-las corretamente”.

p.33) O trabalho é, portanto, manifestação da liberdade humana e capacidade de criar a própria forma de existência, não apenas a existência material, mas a existência específica, o modo de ser.

Embora para Marx o trabalho seja o fundamento ontológico do ser social, a sociedade não se resume ao trabalho. Com a complexificação da realidade surgem novos conhecimentos e necessidades que não podem ser enfrentados no âmbito do trabalho. Desta forma, existe um conjunto de complexos sociais que compõem a sociedade e, para o sujeito conhecer a realidade na sua totalidade, necessita revelar esses complexos. A historicidade e a totalidade são duas categorias essenciais do método em Marx.

Em *A Ideologia Alemã* (1984) Marx e Engels ao discorrerem sobre a essência da concepção materialista da história afirmam que “não é a consciência que determina a vida, é a vida que determina a consciência” (1984, p.23), ou seja, tomam como essencial o mundo material sendo a consciência um reflexo desse mundo no sujeito.

Ao construir sua concepção da história e da sociedade burguesa, Marx ressalta no *Prefácio da Contribuição à Crítica da Economia Política* (1983) que

Na produção social de sua existência, os homens estabelecem relações determinadas, necessárias, independente de sua vontade, relações de produção que correspondem a um determinado grau de desenvolvimento das forças produtivas materiais.(...)o modo de produção da vida material condiciona o desenvolvimento da vida social, política e intelectual em geral. (MARX, 1983, p. 24)

Essa asserção nos indica que no processo de conhecimento da realidade devemos partir do real, buscando as bases materiais em que os indivíduos estão inseridos, já que estas condicionam o desenvolvimento da vida de forma geral. A realidade, portanto, está sempre em construção, existe independente do sujeito que a conhece, e pretende conhecer, é real e se mostra ao sujeito de maneira complexa, desordenada. Para desvelar a realidade torna-se inevitável analisar a estrutura social, a forças de produção e as relações de produção, as

relações sociais que perpassam os indivíduos possibilitando a compreensão de todas as suas determinações.

Marx no texto *O Método da Economia Política* (1983) expõe seu método de maneira sintética baseado na concepção materialista e dialética da realidade. Para ele o ponto de partida seria o concreto real entendido como expressão da percepção imediata do mundo material por meio dos sentidos. Considerando o método da Economia Política toma como ponto de partida a crítica aos seus antecessores que partiam do conceito de população sem contextualizá-lo, “assim se começássemos pela população teríamos uma visão caótica do todo, e através de uma determinação mais precisa, através de uma análise, chegaríamos a conceitos cada vez mais simples (...)” (MARX, 1983, p.218).

O autor reivindica no processo de conhecimento - o concreto pensado - entendido como o resultado da apreensão empírica pelo pensamento tirando do concreto tido como real sua imediatez. Desta forma “do concreto figurado passaríamos a abstrações cada vez mais delicadas até atingirmos as determinações mais simples”. (MARX, 1983, p.218)

Neste processo de construção do conhecimento Marx destaca a necessidade de efetuar o caminho de volta na medida em que vamos identificando as múltiplas relações, determinações, construindo categorias, e assim “partindo daqui, seria necessário caminhar no sentido contrário até se chegar finalmente de novo a população, que não seria, desta vez, a representação caótica de um todo, mas uma rica totalidade de determinações e de relações numerosas”. (MARX, 1983, p.218)

Conseqüentemente o concreto pensado é a essência do concreto real que se mostra apenas em sua aparência fenomênica, é a possibilidade de desvelamento da pseudoconcreticidade do real. (KOSIC, 1976)

Em diálogo com Marx, Kotic analisa que o mundo da pseudoconcreticidade é o mundo das aparências, dos preconceitos, aquilo que os sentidos nos permitem apreender de

forma imediata e parcial. No entanto de forma imediata, a realidade apresenta somente seus aspectos fenomênicos, uma parte da realidade, que por serem imediatos escondem o essencial e o específico.

O fenômeno é a aparência da coisa, para se chegar à compreensão da “coisa em si” que não se manifesta imediatamente ao homem, é necessário ter como ponto de partida a realidade dada, o aparente, o fenômeno como ele se apresenta a primeira vista. Implica ainda em superar as representações cotidianas dos fenômenos enquanto expressões das relações sociais entre os homens que se manifestam através do senso comum, pré-conceitos, e alcançar a essência da coisa, a “coisa em si”.

Assim, a realidade é a unidade entre fenômeno e essência, um é parte do outro, mas a essência não se mostra imediatamente, é preciso refletir sobre a realidade partindo do fenômeno como ele se apresenta e por meio das reflexões, atingir o conceito, o concreto, compreendendo o que existe de essencial, que se esconde e se mostra no fenômeno.

A dialética permite apreender o real, ir além do mundo das aparências ou aparência exterior do fenômeno, revelando sua essência, as leis que o determinam. O mundo real, oculto pela pseudoconcreticidade, é o mundo da práxis humana, é criado e produzido pelo homem, portando o ato de refletir sobre a realidade deve ser direcionada à ação para a transformação dessa realidade. O homem é considerado como um sujeito social e histórico, é o criador da realidade e o transformador dessa realidade.

Por meio do materialismo histórico, Marx pretende a explicação da história das sociedades humanas, em todas as épocas, através dos fatos materiais, essencialmente econômicos. Para entender a sociedade do presente interessou-se pelas relações sociais do passado, como foi seu processo de evolução e como se transformou em outra sociedade. Observando os fatos históricos e entre estes o desenvolvimento da indústria e a dominação da burguesia nos países da Europa, conclui que a luta de classes entre a burguesia e o

proletariado era central nos países desenvolvidos da Europa, e que “a história de todas as sociedades que existiram até nossos dias tem sido a história das lutas de classes” (MARX & ENGELS, 2005, p.9), e que estas classes em luta eram fruto das relações de produção e de troca. Desta forma, o idealismo de Hegel<sup>3</sup> do qual os autores eram legatários na concepção da história é substituído pela concepção materialista da história.

A descoberta feita por Marx da concepção materialista da história e da categoria da mais valia, revela que no modo de produção capitalista a exploração do trabalhador se dava pela apropriação do trabalho não pago. Segundo alguns estudiosos de Marx, como Neto (2004) o rigor científico dado pelo autor a essa discussão convertem o materialismo em uma ciência. Os conceitos básicos do materialismo histórico constituem uma teoria científica da história, vista até então como simples narração de fatos históricos, em um método científico novo que possibilita a instauração da ciência da história. Assim, o desenvolvimento do mundo dos homens, o processo de constituição da sociabilidade é fundado no trabalho, sendo importante aludir que para Marx o trabalho também se constitui como criação de novas necessidades e, portanto, um ato histórico.

Porém, o desenvolvimento das forças produtivas estabelece uma capacidade crescente das sociedades produzirem excedentes cada vez maiores, criando necessidades cada vez mais complexas e sofisticadas. No entanto os produtos socialmente produzidos não ficam com os trabalhadores produtores de riquezas, mas com os capitalistas donos dos meios de produção, pois, “todas estas conseqüências derivam do fato de que o trabalhador se relaciona com o produto *do seu trabalho* como a um objeto estranho” (MARX, 2004, p.112) O trabalho alienado e sua conseqüência para a produção do individuo social será explicitado no próximo item deste trabalho.

---

<sup>3</sup> Segundo ENGELS (1989, p. 50) para Hegel as idéias de sua cabeça não eram imagens mais ou menos abstratas dos objetos ou fenômenos da realidade, mas projeções realizadas na “Idéia”, que já existia, não se sabe como, antes de existir o mundo. Hegel libertara da metafísica a concepção de história, tornando-a dialética, mas sua concepção de história era idealista. Marx abre o caminho para explicar a consciência do homem pela sua existência e funda a concepção materialista da história.

Como já mencionamos, Marx considerava o trabalho como principal fator de humanização do homem, a objetivação primária do ser social, e é por se objetivarem que os homens podem constituir sua subjetividade, sua personalidade enquanto determinação individual específica. A subjetividade é, portanto, historicamente construída e o homem dominado por aquilo que ele produz, sendo que “a consciência conseqüentemente desde o início é um produto social, e continuará sendo enquanto existirem homens”. (MARX, 2004, p.56).

Tendo por base as teses de Marx sobre a concepção materialista da história, Heller<sup>4</sup> afirma de os homens fazem a sua história, mas em condições previamente determinadas, em que “ os homens aspiram a certos fins, mas estes estão determinados pelas circunstâncias, as quais, de resto, modificam tais esforços e aspirações, produzindo desse modo resultados que divergem dos fins inicialmente colocados”.(HELLER, 2004, p.01). No entanto, o condicionamento pelas circunstancias não significa estabelecer uma relação passiva com o preexistente, conformar-se com o fato dado. Se o homem é produto das condições sociais, de outra forma é também um ser que cria estas condições. Estas circunstâncias determinadas são as situações e relações sócio-humanas mediatizadas pelas coisas.

Buscando dispor sua caracterização de vida cotidiana no universo das relações sociais, considera que a formação do indivíduo começa sempre nas esferas da vida cotidiana, uma vez que, é necessário que os homens se reproduzam a si mesmos enquanto homens particulares, reproduzindo a sociedade. Desta forma a vida cotidiana é o complexo de atividades características da reprodução do homem particular e que possibilitam a permanente reprodução social. “Em toda sociedade há, pois, uma vida cotidiana, sem ela não há

---

<sup>4</sup> Agnes Heller é considerada como a representante mais significativa da denominada “Escola de Budapeste” formada por seguidores mais próximos de Georg Luckács..Aluna de Luckács, posteriormente se tornou sua assistente e colaboradora intelectual. Seus trabalhos já foram publicados em vários idiomas e abordam como problema principal a relação entre ética e vida social. Sua monografia sobre a vida cotidiana que aparece como um dos mais importantes exemplos do renascimento da ontologia marxista de nosso tempo, representa a tradução no plano ético-político do projeto sociológico de Luckacs.

sociedade. O que nos obriga ao mesmo tempo a concluir que todo homem - qualquer que seja o lugar que ocupe na divisão social do trabalho - tem uma vida cotidiana. (HELLER, 1982, p.08).

O processo de formação do indivíduo inicia desde o seu nascimento e se prolonga por toda a vida. O homem nasce já inserido em uma determinada sociedade e precisa apreender um conjunto de atividades próprias dessa sociedade necessárias a sua reprodução, pois para reproduzir a sociedade é necessário que os homens particulares se reproduzam como homens particulares. Assim, na vida cotidiana o homem se objetiva de várias formas construindo seu ambiente imediato, e na medida em constrói seu mundo, se constrói também a si mesmo de forma direta, e ao conjunto da sociedade de forma indireta.

Neste contexto da vida cotidiana, o indivíduo se apropria da linguagem, dos objetos, bem como dos usos e costumes da sociedade. Apreende todas as habilidades necessárias para viver em sociedade, aprendendo em grupo os elementos que fazem parte de sua cotidianidade. Este aprendizado começa sempre na família e na escola e, já comprova que “ a assimilação da manipulação das coisas é sinônimo de assimilação das relações sociais” (HELLER, 2004, p.18).

Adotando a perspectiva sócio-histórica para apresentar sua concepção de homem, Leontiev<sup>5</sup> afirma que o psiquismo humano, a consciência humana,<sup>6</sup> se estrutura a partir da atividade humana, estabelecendo uma forma completamente diferente de psiquismo, uma vez

---

<sup>5</sup> Aléxis Leontiev nasceu em 1903 e faleceu em 1979, formado em psicologia empreendeu vários trabalhos sobre o desenvolvimento do psiquismo sob a direção de Vigotski. Sobre a psicologia soviética o autor explica que o importante foi o caminho que esta percorreu no sentido de estabelecer o que ele denomina de “assimilação criadora do marxismo-leninismo” e contra as concepções idealistas e mecanistas biologizantes. Leontiev compreende que a psicologia marxista não é uma tendência particular, não é uma escola, mas “uma nova etapa histórica que representa o princípio de uma psicologia autenticamente científica e conseqüentemente materialista”.

<sup>6</sup> Leontiev considera que o estudo completo da consciência como uma forma superior, especificamente humana da psique, que surge no processo de interação social e que pressupõe o funcionamento da linguagem, constitui o requisito mais importante para a psicologia do homem. Assim, o problema da investigação psicológica reside em não se limitar ao estudo de fenômenos e processos na superfície da consciência, mas em penetrar na sua estrutura interna. Para isso, a consciência deve ser considerada, não como um campo contemplado pelo sujeito na qual suas imagens e conceitos são projetados, mas como um movimento interno específico gerado pelo movimento da atividade humana. (LEONTIEV, 1978)

que possui características e funcionamento diferente do psiquismo dos outros animais. Se para Marx o trabalho é a categoria que funda a sociabilidade humana, tornando possível a hominização, diferenciando os homens dos animais, para Leontiev, entretanto, a passagem à consciência humana firmada na atividade do trabalho, não liberta apenas os traços comuns do psiquismo animal e nem atribui apenas traços qualitativamente novos ao psiquismo. O essencial da passagem a hominização está na modificação das leis que regulam o desenvolvimento do psiquismo onde “no mundo animal, as leis que governam as leis do desenvolvimento psíquico são as de evolução biológica; quando se chega ao homem, o psiquismo submete-se as leis do desenvolvimento sócio-histórico”. (LEONTIEV, 2004, p.73)

Em outras palavras Leontiev considera o psiquismo como fruto da experiência sócio-histórica humana, produto da experiência humana acumulada e, determinado pelas condições sociais nas quais estão inseridos os indivíduos, ou seja, das apropriações sócio-históricas da cultura humana. “O indivíduo humano, como qualquer ser vivo, reflete nas suas particularidades próprias os caracteres da sua espécie – os adquiridos durante o desenvolvimento das gerações anteriores.” (LEONTIEV, 2004, p.171) Desta forma o psiquismo humano produz e reproduz características da vida cotidiana, e a uma determinada estrutura material da vida cotidiana, corresponderia a um determinado modo de funcionamento do psiquismo. Ou dito de outra forma, a uma determinada realidade social, corresponde a uma determinada forma de consciência e personalidade.

Ao explicar as condições para o aparecimento da consciência, Leontiev declara que a hominização do antepassado animal do homem se deve ao aparecimento do trabalho e, conforme afirma Engels “o trabalho criou o próprio homem”(ENGELS, 1985, p.215), ele também criou a consciência do homem. A consciência não é algo imutável, portanto deve ser considerada na sua dependência essencial do modo de vida dos indivíduos, determinada pelas relações sociais existentes e pelo lugar que o indivíduo ocupa nessas relações. Sendo assim, “

o desenvolvimento da consciência não tem história independente, ele é determinado no fim das contas pela evolução da existência. (LEONTIEV, 2004, p.106)

Leontiev, portanto, considera que a estrutura da consciência humana está regularmente ligada a estrutura da atividade humana<sup>7</sup>, e este é um fato psicológico fundamental, uma vez que a atividade humana não poderia ter outra estrutura que a criada por "condições sociais e as relações humanas que delas decorrem. (LEONTIEV, p.106).

Desta forma a teoria da vida cotidiana de Agnes Heller pode contribuir para compreensão do desenvolvimento e funcionamento do psiquismo. Heller elabora determinados conceitos que podem servir de referência para explicar o funcionamento do psiquismo relacionado a natureza afetiva e de comportamento, considerando que não há aptidões e características especificamente humanas que tenham sido transmitidas por hereditariedade biológica, todas são adquiridas.

Neste sentido entre as principais características da vida cotidiana estão a heterogeneidade, espontaneidade, probabilidade, o pragmatismo, e a imitação. A vida cotidiana é heterogênea em diversos aspectos e sentidos, mantendo ocupadas capacidades de diversos tipos, e estas várias operações só se realizam porque o indivíduo atua com base na probabilidade em todas as atividades, e o que fundamenta objetivamente a probabilidade é o hábito, costumes e repetição. Possui como característica dominante, a espontaneidade que permite a produção e reprodução dos indivíduos por meio da realização de atividades, incorporação de idéias e normas de forma espontânea e não refletida. Os comportamentos cotidianos são em primeiro lugar pragmáticos, determinados por sua comodidade, sem questionar sua origem. E de acordo com Heller não há vida cotidiana sem imitação. A imitação de ações é imprescindível para a apropriação e conduta na vida cotidiana.

---

<sup>7</sup> Quando se trata da consciência de um indivíduo isolado devemos ter presente, no espírito, as condições concretas em que o homem se encontra colocado pelas circunstâncias e que esta relação está longe de ser direta. O nosso método geral consiste, portanto, em encontrar a estrutura da atividade humana engendrada por condições históricas concretas, depois a partir dessa estrutura, por em evidência as particularidades psicológicas da estrutura da consciência dos homens. (LEONTIEV, 2004, p.107)

Cada geração inicia sua vida em um mundo de objetos e fenômenos criados pelas gerações precedentes e se apropriam destes conhecimentos através das diversas atividades sociais, o que comprova que as características especificamente humanas não são adquiridas por hereditariedade biológica, mas são transmitidas no decorrer da vida por um processo de apropriação da cultura criada pelas gerações que os antecederam.

Podemos dizer que cada indivíduo *aprende* a ser homem. O que a natureza lhe dá quando nasce não lhe basta para viver em sociedade. É-lhe ainda preciso adquirir o que foi alcançado no decurso do desenvolvimento histórico da sociedade humana. O indivíduo é colocado diante de uma imensidade de riquezas acumuladas ao longo dos séculos por inumeráveis gerações de homens, os únicos seres, no nosso planeta que são *criadores*. (LEONTIEV, 2004, p.285)

A este respeito Heller ressalta que todo homem já nasce inserido em sua cotidianidade, e assim, a formação do indivíduo começa sempre no âmbito da vida cotidiana, iniciando com o seu nascimento e inclusão no universo cultural humano e se prolongando por toda a vida. Isto, porém, não significa dizer que a estrutura da vida cotidiana seja idêntica em todas as sociedades e para todas as pessoas, uma vez que, na vida cotidiana de cada homem são poucas as atividades que esse tem em comum com os outros homens, essas atividades só são idênticas no plano abstrato, mas se diferenciam pelas circunstâncias, tempo, modo etc.

Heller sustenta que todo homem particular “nasce em condições sociais concretas, em sistemas concretos de expectativas, dentro de instituições concretas” (HELLER, 1987, p.21). Portanto deve se apropriar dos sistemas de usos e expectativas de uma determinada época e de uma determinada classe social, sendo que sua reprodução é sempre a reprodução de um homem histórico. Desta forma é importante destacar que não existe apropriação que não seja mediada mesmo que de forma indireta por um outro homem, e esse processo então, pressupõe a apropriação de certas relações sociais de um determinado grupo.

Leontiev ao referir-se a esse processo de apropriação pelo homem da experiência sócio-histórica, parte do princípio de que a transmissão das aquisições do desenvolvimento

histórico da humanidade pode adquirir formas muito diferentes segundo os indivíduos. Isto ocorre porque “no decurso do seu desenvolvimento ontogênico o homem entra em relações particulares, específicas com o mundo que o cerca, mundo feito de objetos e de fenômenos criados pelas gerações humanas anteriores. (LEONTIEV, 2004, p.178)

Isto é determinado pela natureza destes objetos e fenômenos e pelas condições em que as relações se estabelecem. Assim “o desenvolvimento espiritual, psíquico dos indivíduos é o produto de um processo, antes de mais nada particular, o processo de apropriação”. (LEONTIEV, 2004, p.179)

Heller ao declarar que o homem assimila a cotidianidade de sua época, assimila também o passado da humanidade, considera que a vida cotidiana é a vida do indivíduo, e que este “é sempre e simultaneamente, ser particular e ser genérico”. (HELLER, 2004, p.20) Essa particularidade social é caracterizada pelo fato de cada homem ser único e irrepitível, e, estas condições são fatos ontológicos fundamentais. Assim enfatiza que “um homem não pode conhecer ao outro porque não pode perceber a mesma coisa”.(HELLER,1987, p.38), pressuposto indicativo que não existem dois homens que possam sentir a mesma coisa, da mesma maneira, e na mesma intensidade, cada ser é único e universal na medida em que é membro de uma espécie.

Ao estabelecer a diferenciação entre homem particular e homem genérico, a autora demonstra que enquanto a particularidade é marcada pela conservação da existência, o homem enquanto ser genérico desenvolve as forças de sua essência. Como indivíduo o homem é um ser genérico, portanto “produto e expressão de suas relações sociais, herdeiro e preservador do desenvolvimento humano”. (HELLER, 2004, p.21). Como ser particular o homem vive espontaneamente em seu mundo, e é na vida cotidiana que ocorre a reprodução do homem particular, a vida cotidiana a soma das atividades necessárias para a produção e

reprodução do homem particular, que nasce em relações estabelecidas em um mundo estabelecido.

O homem particular se objetiva na vida cotidiana e forma seu mundo como seu ambiente imediato. Assim, todas as capacidades fundamentais, os afetos e os modos de comportamento fundamentais, são apropriados pelo homem no curso de sua vida cotidiana.<sup>8</sup> (HELLER, 1987, p.25). Porém todo homem particular tem determinada noção de seu pertencimento a espécie, o que não implica que tenha uma relação consciente com seu ser genérico, uma vez que sua relação primária como ser particular é a sociedade concreta em que ele nasce, representada pelo mundo mais próximo a ele.

Sobre o homem enquanto ser genérico a autora pondera

Eu tenho consciência de minha genericidade quando atuo como ser comunitário e social, com minhas ações, vou mais além de minha particularidade e disponho para este fim dos conhecimentos necessários (consciência). Tenho uma relação consciente com minha genericidade quando a coloco como objetivo, quando a genericidade se converte em motivação de meus atos. (HELLER, 1987, p.32)

Heller se refere as atividades não cotidianas, aquelas que contribuem para a reprodução do gênero humano como um todo, e conseqüentemente também para a reprodução do homem particular. A esfera da vida humana em que se desenvolve a ciência, a arte, a filosofia, onde é necessário que o homem tenha uma relação de intencionalidade que permita a suspensão da particularidade que predomina na vida cotidiana, e a elevação ao humano genérico. No entanto o limite entre vida cotidiana e não cotidiana é muito tênue, pois todo indivíduo é ao mesmo tempo ser humano particular e genérico.

A teoria da vida cotidiana de Heller considera que a estrutura fundamental da personalidade, a fisionomia específica do homem particular surge na vida cotidiana. Porém “a “qualidade concreta da personalidade não se desenvolve somente na vida cotidiana”

---

<sup>8</sup> Sobre este assunto Heller afirma "...a coragem ( quando o menino aprende a entrar em um local escuro) o autocontrole ..... o compromisso para fazer as tarefas e desenvolver a alegria do êxito , a consciência da existência de uma comunidade ( por exemplo uma família ) o apego, a gratidão. Estes exemplos segundo a autora devem mostrar que na vida cotidiana a atividade com que “formamos o mundo” e aquelas que “nos formamos a nós mesmos”, coincidem.

(HELLER, 1897. p. 26), no entanto para a grande maioria dos homens a vida cotidiana é “ a vida”. (HELLER, 1897, p 26) o que se torna particularmente dramático em um mundo que se encontra sob o domínio da alienação, do estranhamento, assunto a ser desenvolvido mais adiante.

Sobre a estruturação da personalidade, Leontiev se contrapõe as teorias que tem por base a determinação dual da personalidade, baseada na hereditariedade biológica e no ambiente social. Sua teoria afirma que a personalidade é um assunto de estudo estritamente psicológico.<sup>9</sup> Supõe que a base real para a estruturação da personalidade humana é o agregado de suas relações com o mundo, que são sociais por natureza, relações que são realizadas através de sua atividade, pelo agregado de suas atividades multifacetadas. A este respeito revela que

(...) se começamos de uma coleção de traços psicológicos do ser humano, de forma isolada, será impossível chegar a qualquer tipo de estrutura da personalidade, uma vez que a base real da personalidade humana não reside em programas genéticos depositados nele, nem nas profundezas de sua disposição e de suas inclinações naturais, nem mesmo nos hábitos, conhecimentos, sabedoria adquiridos por ele, incluindo a aprendizagem profissional, e, sim naquele sistema de atividades que é realizado através desse conhecimento e dessa sabedoria. (LEONTIEV, 1978)

Sua análise estabelece que os princípios que dirigem o desenvolvimento da personalidade abrangem a qualidade do vínculo do indivíduo com o mundo, vínculos que se referem as suas relações com as condições objetivas de sua existência que ocorre em uma determinada família, classe, nação. No entanto, o processo de desenvolvimento da personalidade, é individual e único, seguindo de forma completamente individual e dependendo das condições históricas concretas. Desta forma as condições e circunstâncias

---

<sup>9</sup> O segredo psicológico da consciência continua sendo um segredo para qualquer método, com exceção do método revelado por Marx, que possibilita demonstrar a natureza das propriedades supra – sensitivas dos objetos sociais, dentre os quais está o homem, enquanto objeto da consciência . O desenvolvimento da ciência psicológica soviética assumiu um caminho que se contrapôs ao pluralismo metodológico, uma metodologia marxista-leninista que permite a penetração na natureza real da psique, na consciência do homem. Foram elaboradas novas abordagens, assim como um novo aparato conceitual que permitiu trazer a psicologia soviética para um nível científico, um nível incomparavelmente superior ao daquela psicologia que recebe o reconhecimento oficial na Rússia pré-revolucionária. Apareceram novos nomes na psicologia como: Blonskij e Kornilova, Vigotski, Uznadze, Rubinstein e outros. A batalha para o domínio criativo do marxismo-leninismo e contra os conceitos que se revelavam biologizantes, idealistas e mecanicistas. ( LEONTIEV, p. 3 )

concretas da vida do indivíduo deixam sua marca no processo de desenvolvimento da personalidade, sendo necessário analisar a qualidade destas circunstâncias e dos vínculos que o indivíduo estabelece com o mundo, que sob o domínio das relações de dominação e, portanto, da alienação próprias do capitalismo, rouba do homem a sua vida genérica colaborando para o empobrecimento do psiquismo humano. Sobre o processo de alienação da vida cotidiana e sua influência no desenvolvimento da subjetividade falaremos a seguir.

## 1.2 ALIENAÇÃO, VIDA COTIDIANA E O DESENVOLVIMENTO DA SUBJETIVIDADE

Marx e Engels ao analisarem o modo de produção capitalista, concluíram que existiam certas características no desenvolvimento do sistema que determinariam o seu final. A mais importante destas características, que anuncia a principal contradição do capitalismo, é o fato da produção ser realizada pela grande massa de trabalhadores assalariados, enquanto que o resultado do trabalho coletivo é apropriado pelo capitalista através do lucro, da mais valia.

A concentração de riquezas nas mãos da burguesia, a substituição crescente do homem pela máquina, o aumento da miséria dos trabalhadores e a ocorrência de crises periódicas indicando o colapso do sistema, são outras características apontadas como indicativas do desaparecimento do capitalismo que teria como sujeito da história o proletariado como classe transformadora.

O capitalismo se baseia na exploração oculta do trabalho, na exploração do homem pelo homem, e se apresenta como “uma imensa acumulação de mercadorias, e a mercadoria tomada isoladamente como a forma elementar desta riqueza” (MARX, 1983, p.31) e nela que está incluída a exploração. Mas a produção capitalista não se resume somente na produção de

mercadorias, ela é essencialmente produção de mais valia. O trabalhador não produz para si, mas para o capital.

O trabalho não produz apenas mercadorias; produz-se também a si mesmo e ao trabalhador como uma mercadoria, e justamente na mesma proporção com que produz bens. Tal fato implica apenas que o objeto produzido pelo trabalho, o seu produto, opõe-se a ela como um ser estranho, como um poder independente do produtor. O produto do trabalho é o trabalho que se fixou num objeto, que se transformou em coisa física, é a objetivação do trabalho (MARX, 2004, p.112)

Marx, dialeticamente, assegura que a apropriação do objeto manifesta-se a tal ponto como alienação que quanto mais o trabalhador produz, menos possui, quanto mais civilizado é o produto do seu trabalho, tanto mais cruel ele se mostra, “quanto mais o trabalhador se esgota a si mesmo, mais poderoso se torna o mundo dos objetos, que ele cria diante de si, mais pobre ele fica na sua vida interior, menos pertence a si próprio.” (MARX, 2004, p.112)

Um outro aspecto da alienação analisado por Marx é referente a alienação no processo de produção, que consiste em primeiro lugar no fato de o trabalho na sociedade capitalista ser exterior ao trabalhador, ou seja, não pertencer à sua *característica*. O trabalhador não se afirma no trabalho, mas nega-se a si mesmo. Não se sente bem, mas infeliz. Não desenvolve livremente as energias físicas e mentais, mas esgota-se fisicamente. Portanto, o trabalhador só se sente em si fora do trabalho, enquanto no trabalho se sente fora de si. Seu trabalho não constitui a satisfação de uma necessidade, mas apenas um meio de satisfazer outras necessidades, já que quanto mais magnífico e pleno de inteligência é o trabalho, mais o trabalhador diminui em inteligência e se torna escravo da natureza. O trabalho produz inteligência, mas também produz cretinice para os trabalhadores. (MARX, 2004, p.113)

Nestas circunstâncias Marx analisa que o trabalho da forma como se realiza na sociedade capitalista aliena a *natureza* do homem, aliena o homem de *si* mesmo de sua

atividade fundamental, aliena do mesmo modo o homem a respeito da *espécie*. “Transforma a vida *genérica* em meio da vida individual. Primeiramente, aliena a vida genérica e a vida individual; depois, muda esta última na sua abstração em objetivo da primeira, portanto, na sua forma abstrata e alienada.” (MARX, 2004, p.114)

Tal afirmação torna visível que o trabalho alienado transforma a vida *genérica* do homem, transfigurando sua essência em meio de sua existência individual, o aliena de seu próprio corpo - a natureza - enquanto corpo inorgânico do homem e interfere em sua vida intelectual e humana, e principalmente aliena o homem do próprio homem. A alienação transforma-se no ponto central sob o qual o homem singular organiza sua existência, o que insensibiliza e limita que este desenvolva plenamente sua consciência e sua personalidade uma vez que este processo perpassa tanto sua relação no âmbito do trabalho como de sua vida pessoal.

Paulo Silveira<sup>10</sup>, preocupado em construir “uma teoria marxista da subjetividade”, tomando por base a teoria do trabalho alienado de Marx, parte final do 1º Manuscrito presente nos *Manuscritos Econômicos e Filosóficos de 44*, já desenvolvida neste trabalho, e o fetiche da mercadoria, final do capítulo sobre a mercadoria de *O Capital*, e um fragmento dos *Grundriss* de 57/58, intitulado *O dinheiro como relação social*, ressalta que ao analisar o plano em que concebe a alienação, Marx mostra com clareza os efeitos das relações capitalistas na organização dos indivíduos. Referindo-se a relação alienada do trabalhador com a natureza, e a condição de mercadoria do próprio homem, afirma que “ esta separação

---

<sup>10</sup> Paulo Silveira é livre docente do departamento de sociologia da USP. Foi professor do Departamento de Medicina Preventiva e Social da Faculdade de Ciências Médicas da UNICAMP e do Departamento de Sociologia da faculdade de Filosofia de Araraquara (Unesp). Ministrou cursos de pós-graduação e/ou extensão universitária nas universidades federais do Ceará, Alagoas, Rio Grande do Norte, Bahia, Espírito Santo e Paraná e nas universidades estaduais: Fundação Universidade Estadual de Maringá, Universidade Estadual de Londrina, e Unesp. É pesquisador do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq). Publicou os seguintes livros: *Do lado da história (uma leitura crítica do obra de Althusser)* São Paulo:Polis, 1978. Poulantzas (org) São Paulo: Ática, 1984. *Elementos para uma teoria marxista da subjetividade* (org). São Paulo: Vértice, 1989. *Utopia e mal estar na cultura: perspectivas psicanalíticas.* (org) São Paulo: Hucitec, 1997.

entre o homem e a natureza não é concebida em termos abstratos mas, ao contrário, em sua realização efetiva na história” (SILVEIRA, 1992, p. 44).

Tratando do corte entre o homem e a natureza próprio da sociedade dominada pela alienação, Paulo Silveira mostra que esta separação significa que a sobrevivência e reprodução do trabalhador não é mais posta como certa, mas mediatizadas pela mercadoria. “E nessa mediação ele próprio há de se determinar frente às condições de produção – aqui não mais naturais, mas transformadas historicamente em capital – portanto, frente ao capital como mercadoria: *a mercadoria força de trabalho*. (SILVEIRA, 1992, p.44)

Realçando o caráter prático e histórico do desenvolvimento dos sentidos humanos, e tendo por base uma citação de Marx presente no 3º *Manuscrito*<sup>11</sup>, Paulo Silveira partilha a posição de Marx e entende que a subjetividade, e os sentidos a ela correspondente não é posto naturalmente como uma essência interior, mas se constitui na e pela prática. Assim a alienação de todos os sentidos e a redução a um único sentido, o sentido do ter, onde “um objeto só é nosso quando o temos, quando existe para nós como capital ou quando é imediatamente possuído, comido, bebido, vestido,, habitado, em resumo, utilizado por nós (...) Em lugar de todos os sentidos físicos e espirituais apareceu assim a simples alienação de todos os sentidos, o sentido do ter. (MARX, 2004, p.142). Desta forma

parece ter ficado suficientemente claro que a pobreza do trabalhador, enquanto mercadoria, não se esgota em uma pobreza estritamente material, mas, que ao mesmo tempo, e até quase que exclusivamente , a ênfase recai no empobrecimento de seu mundo interior. (SILVEIRA, 1992, p.49)

---

<sup>11</sup> O homem apropria-se do seu ser global de forma global, isto é como homem total. Cada uma de suas relações humanas com o mundo – ver, ouvir, cheirar, saborear, sentir, pensar, observar, perceber, querer, atuar, amar – em resumo todos os órgãos de sua individualidade, como os órgãos que são imediatamente coletivos em sua forma, são, em seu comportamento objetivo, em seu comportamento para com o objeto, a apropriação deste. (...) A superação da propriedade privada é por isso a emancipação total de todos os sentidos e qualidades humanas; mas é precisamente essa emancipação , porque todos estes sentidos e qualidades se fizeram humanos, tanto objetiva como subjetivamente(...) Não só os cinco sentidos como também os chamados sentidos espirituais, os sentidos práticos (vontade, amor, etc.) em uma palavra, o sentido humano, a humanidade dos sentidos constituem-se unicamente mediante o modo de existência de seu objeto, mediante a natureza humanizada. A formação dos cinco sentidos é um trabalho de toda a história universal até nossos dias. O sentido que é prisioneiro da grosseira necessidade tem apenas um sentido limitado. (MARX, 2004, p. 140)

O homem em sua atividade vital não se apropria do resultado de seu trabalho. Sua energia vital é despendida e repassada ao objeto que toma forma própria, se coisifica. Esse processo acarreta perda em seu mundo interior produzindo sua subjetividade e “é nestes termos que os processos de subjetivação correspondem aos processos de objetivação, que a uma objetivação estranhada (coisificada) corresponde uma subjetivação alienada.(SILVEIRA, 1992, p.50)

Silveira com base em Marx destaca o problema da alienação e do estranhamento na relação entre os próprios homens onde cada homem considera e vê o outro como o critério da relação na qual ele também se encontra. A subjetivação do homem como mercadoria faz com que o trabalhador se relacione com os outros homens da mesma forma como se relaciona com o produto de seu trabalho, como inimigo, independente dele, estranho.

Sobre o processo de alienação, Heller destaca que a vida enquanto apropriação da alienação deforma o homem particular, que ao apropriar-se das habilidades de seu ambiente imediato interioriza as capacidades humanas, mas, também apropria-se da alienação.

Considerando a família como o centro organizativo da vida cotidiana, a autora explica que a reprodução do homem não se desenvolve apenas na família, pois grande parte se suas atividades se realizam fora do âmbito familiar e sem nenhuma relação com esta. Porém é na família que se “educa” a nova geração e se ensina os tipos de atividades necessárias a vida cotidiana. A família é a base de “operações” de toda a nossa atividade cotidiana: o lugar de “partida” e o ponto de “retorno”, nosso *locus* espacial, nossa “casa”(...) na família se formam e determinam as relações mais imediatas entre os homens e entre o homem e mulher.(HELLER, 1982, p. 31) Ao efetuar análise da família burguesa na sociedade contemporânea, Heller destaca que em sua origem a família burguesa estava diretamente integrada na estrutura global das relações de produção e propriedade burguesas.

Referindo-se ao que considera como duas formas de organização familiar da sociedade burguesa: a família pequeno - burguesa como unidade de produção, e a família da grande burguesia que tem por função assegurar o funcionamento regular da sociedade capitalista, a autora afirma que ambos os tipos de família, em consequência das modificações ocorridas no capitalismo contemporâneo, deixam de se organizar em torno da produção pra se organizar em torno do consumo. Desta forma, há uma diminuição da função econômica da família no capitalismo, “Os fenômenos<sup>12</sup> usualmente descritos como “dissolução da família” ou “crise da estrutura familiar, estão provavelmente conectados com esta mudança”. (HELLER, 1982, p. 33)

Considerando a conexão existente entre a estrutura da personalidade e as relações sociais, conclui-se que independente de sua função econômica, a principal função da família burguesa é a formação de um tipo de personalidade que garanta o funcionamento livre de conflitos da sociedade burguesa. É na família que se forma o psiquismo humano, família que transmite aos indivíduos desde o nascimento as preferências morais fundamentais. Assim, “ a família burguesa há de garantir que o caráter psíquico dos indivíduos que cresçam nela seja o mais adequado as exigências da sociedade burguesa”. (HELLER, 1982, p. 37)

Ao descrever o funcionamento da família burguesa a autora ressalta que a família burguesa é autoritária, e em seu interior o instinto de auto-conservação se converte no desejo de possuir coisas, mesmo quando não possui condições de garantir seu sustento, a família burguesa se baseia “na comunidade de bens”. (HELLER, 1982, p.39). Portanto

---

<sup>12</sup> Sobre estes fenômenos, Heller aponta o fim da monogamia em sentido estrito, o divórcio é universalmente aceito, ainda quando se dedique certa atenção a suas consequências sociais negativas. A eliminação jurídica quase total e a redução da supremacia do homem no matrimônio. Fenômeno relacionado com a emancipação da mulher, ampliação das profissões abertas as mulheres etc. A transformação das normas morais referidas a sexualidade que melhora a situação das mulheres e aumenta os divórcios. O desaparecimento das famílias de várias gerações e a redução da família a “família nuclear” Heller ressalta entre os pontos básicos do processo de dissolução famílias, a saudade, a família nuclear reduz a possibilidade de relações intensas, multilaterais, em uma sociedade que quase sem exceção as relações humanas fora da família possuem um caráter exclusivamente funcional.. (HELLER, 1982, p32)

existem fatores da estrutura familiar atual que não podem ser superados em seu interior, por exemplo: a relação essencialmente autoritária entre pais e filhos e a falta de comunidade na vida cotidiana. Em segundo lugar, e está é uma questão decisiva, certas normas e valores estão identificados historicamente de tal maneira com a família contemporânea que sua eliminação é praticamente impossível no marco da estrutura familiar existente. (HELLER, 1982, p.41)

É na família que o indivíduo tem contato com o seu mundo imediato, apropria-se das habilidades de seu ambiente, desenvolve capacidades humanas, mas principalmente se apropria da alienação. A vida cotidiana alienada se organiza em torno da particularidade e da mera conservação da existência orientada no sentido do ter. Como consequência para a maioria dos homens singulares a alienação da vida cotidiana, o trabalho, desenvolvimento das faculdades genéricas se converte em meio da existência humana, pois o homem nasce em um mundo concreto, onde está presente a alienação.

Na sociedade capitalista a atividade do trabalho ocupa quase todo o tempo da vida, e o *tempo livre* para a dedicação a outras atividades vai sendo diminuído pela maior intensidade do trabalho. O trabalho é ao mesmo tempo uma atividade cotidiana e uma atividade imediatamente genérica que supera a cotidianidade e se deriva da especificidade ontológica do trabalho e não tem nenhuma relação necessária com sua alienação. Também outras atividades cotidianas podem ser efetivamente alienadas; também a relação entre homem e mulher pode ser uma relação entre possuídos e coisa possuída, ou uma relação entre indivíduos livres. Porém seja qual for o tipo de relação, segue sendo parte integrante da vida cotidiana, (HELLER, 1987, p.123)

No fenômeno da alienação a vida cotidiana torna-se a única forma de vida do indivíduo, cuja finalidade é a reprodução de sua particularidade, o que determina um modo de funcionamento psíquico. A uma vida cotidiana alienada corresponde um desenvolvimento alienado do psiquismo. A alienação impede, portanto, o desenvolvimento pleno do indivíduo, e este vivencia uma contradição entre a crescente produção de bens materiais e simbólicos e o

empobrecimento de sua individualidade. Tal fenômeno provoca uma cisão em sua personalidade cuja base real “é aquela estrutura especial da atividade inteira do sujeito a qual ocorre em dado estágio do desenvolvimento de suas conexões humanas com o mundo. (LEONTIEV, 1978)

Heller considera alienação sempre em face das concretas possibilidades de desenvolvimento genérico da humanidade, e a vida cotidiana é aquela que mais se presta à alienação, o que não significa que esta seja necessariamente alienada já que as forças do pensamento e comportamento produzidas nessa estrutura, podem perfeitamente permitir ao indivíduo a recusa do pré – estabelecido. “No entanto quanto maior for a alienação produzida pela estrutura econômica de uma sociedade dada, tanto mais a vida cotidiana irradiará sua própria alienação para as demais esferas”. (HELLER, 2004, p.38) Mesmo assim a possibilidade de rompimento com a alienação continua aberta a qualquer ser humano, na medida em que a autora propõe a efetivação de uma sociedade livre da alienação, não a eliminação da vida cotidiana mas a criação de uma vida cotidiana não alienada.

A alienação é característica própria da sociedade capitalista, e sua ação sobre a vida dos indivíduos pode ser maior ou com menor intensidade quando o indivíduo puder compreender sua existência para além da particularidade, superando sua condição particular em direção ao humano genérico, já que nem todos os homens particulares devem aceitar obrigatoriamente este mundo, e nem todos estão obrigados a se identificar com as formas alienadas de comportamento.

Ao expor sobre a formação da consciência humana, Leontiev afirma que as relações estabelecidas na sociedade capitalista, baseadas na alienação e dominação determinam as propriedades da consciência humana. Para ele é preciso rejeitar as concepções metafísicas que isolam a consciência da vida real e estabelecer relações que determinem como a consciência do homem depende de seu modo de vida humano. A realidade está presente ao

homem na sua consciência, pois, todo reflexo psíquico é resultado de uma relação real entre o sujeito material vivo, altamente organizado e a realidade material que o cerca.

Considerando as significações e os sentidos como os principais componentes da estrutura interna da consciência humana<sup>13</sup>, e estabelecendo articulação entre as significações, motivos e sentido, considera a significação como pertencente ao mundo dos fenômenos objetivamente históricos, é a forma sobre a qual o homem assimila a experiência humana generalizada e refletida. Assim a realidade aparece ao homem na sua significação de maneira particular.

O homem encontra um sistema de significações pronto, elaborado historicamente, e apropria-se dele tal como se apropria de um instrumento, esse precursor material da significação. O fato propriamente psicológico, o fato da minha vida, é que eu me aproprie ou não, que eu assimile ou não uma dada significação, em que grau eu a assimilo e também o que ele se torna para mim, para a minha personalidade; este último elemento depende do sentido subjetivo e pessoal que esta significação tenha para mim. (LEONTIEV, 2004, p. 102)

O sentido, para o autor é uma relação que se cria na vida, na atividade do sujeito, e que para ser encontrado é preciso descobrir o motivo correspondente. Desta forma, certos motivos que induzem a uma atividade, lhe dão sentido pessoal. São os chamados motivos formadores de sentido pessoal que traduz a relação do indivíduo com os fenômenos objetivos conscientizados. Por conseqüência o sentido depende do motivo.

Ao estudar o processo de desenvolvimento da consciência humana Leontiev observa que a divisão social do trabalho e a propriedade privada, engendraram uma forma de estruturação da consciência humana, onde ocorre a separação entre significado e sentido. Essa estrutura da consciência tem por característica uma nova relação entre os sentidos e as significações. A separação da atividade espiritual e atividade material fruto da divisão social

---

<sup>13</sup> A consciência primitiva para Leontiev é a consciência humana nos primeiros estágios de desenvolvimento da sociedade, quando os homens já munidos de instrumentos primitivos, travavam uma luta coletiva contra a natureza: quando efetuavam o trabalho em comum e a propriedade dos meios da produção e de seus frutos era comum: quando por conseqüência, a divisão social do trabalho, as relações de propriedade privada e a exploração do homem pelo homem não existiam. A coincidência entre os sentidos e as significações constitui a principal característica da consciência primitiva

do trabalho, elabora uma ruptura também na cabeça dos homens que começam a ver nela “ não uma das formas sugeridas historicamente do processo único da vida real do homem, mas na manifestação de um principio espiritual particular- o mundo da consciência oposto ao mundo da matéria. (LEONTIEV, 2004, p.124)

Leontiev descreve ainda uma outra transformação da consciência, consequência da divisão social do trabalho: os trabalhadores se separaram dos meios de produção e a relação entre os homens se transformaram em relação entre coisas.” O resultado é que a sua própria atividade deixa de ser para o homem o que ele é verdadeiramente”. (LEONTIEV, 2004, p.128). A alienação da vida do homem tem por consequência a apartação entre o resultado objetivo da atividade humana e o seu motivo. A transformação essencial que caracteriza a consciência na condição do desenvolvimento da sociedade de classes é a modificação que sofre a relação que existe entre o plano dos sentidos e o plano das significações.

A partir dessa análise Leontiev afirma que “a alienação das relações pessoais dos homens e sua transformação em puras relações entre coisas manifestam-se de maneira flagrante no poder que o dinheiro, modo de troca universal, tomou sobre a vida dos homens.( LEONTIEV, 2004, p.133) Em se tratando da própria atividade do homem ou do mundo dos objetos em que ele vive, sob o domínio do dinheiro todas as coisas adquirem um sentido duplo<sup>14</sup>. Este dualismo “desnatura os sentimentos mais elementares do homem” (LEONTIEV, 2004, p.133). A penetração destas relações na consciência psicologicamente é traduzida pela desintegração de sua estrutura geral, que segundo Leontiev, caracteriza o aparecimento de

---

<sup>14</sup> A este respeito Leontiev escreve: o quadro em que o pintor põe toda sua arte. Ele é obrigado a fazê-lo para transformá-lo em dinheiro, coisa que nada tem em comum com a pintura. O quadro conserva todavia o seu verdadeiro sentido para o rico industrial que o compra. Talvez tome para este último o sentido de objeto no qual ele entende colocar vantajosamente uma parte de seu dinheiro, talvez o de um objeto testemunho da prosperidade de seu proprietário. O médico que compra a crédito uma clientela para exercer a medicina em uma pequena aldeia da província pode querer muito sinceramente aliviar o sofrimento dos seus doentes, talvez seja essa a sua vocação. Mas simultaneamente é coagido a desejar ver aumentar o número dos doentes, porque sua própria vida depende disso, uma vez que os doentes são a base indispensável ao exercício de sua profissão. (LEONTIEV, 2004, p.133)

uma relação de alienação entre os sentidos e as significações, “nas quais o seu mundo e a sua própria vida se refratam para o homem” (LEONTIEV, 2004, p.134)

Essa ruptura entre significações e sentidos provoca a desintegração da unidade da consciência, originando uma relação de alienação, empobrecendo a existência do indivíduo, mutilando o desenvolvimento de sua personalidade e estabelecendo a negação da vida.

Na sociedade capitalista contemporânea essa separação entre significados e sentido promove a destruição dos indivíduos, impossibilitados de desenvolver plenamente a sua personalidade, e impossibilita que a maioria dos trabalhadores possam usufruir das riquezas socialmente produzidas, assunto que será melhor explicitado no próximo item deste trabalho.

### 1.3 A PRODUÇÃO DA SUBJETIVIDADE NO CAPITALISMO CONTEMPORÂNEO

Orientada para uma “imensa coleção de mercadorias”, a sociedade atual vivencia a intensificação do processo de alienação da vida cotidiana no capitalismo contemporâneo, processo que deforma a personalidade, empobrece, sujeita e promove o amortecimento da consciência de grande parte dos indivíduos. A forma como a riqueza social é produzida, com base na exploração do trabalho humano, e na transformação de qualquer coisa em valor de troca, produz relações sociais particulares ancoradas na sociedade do capital. Esta forma particular de sociabilidade, sob a lógica da dominação e do lucro, permeia e modeliza a subjetividade humana em função do consumo e da posse dos objetos.

A mercadoria é “antes de tudo, um objeto externo, uma coisa, a qual pelas suas propriedades satisfaz necessidades humanas de qualquer espécie. A natureza dessas necessidades, se elas se originam no estômago ou da fantasia, não altera nada na coisa. (MARX, 1988, p. 45). Os produtos do trabalho humano transfigurados em mercadorias, perdem o caráter de utilidade do produto do trabalho, desaparecendo dessa forma as diferentes

formas concretas desses trabalhos, que não mais se diferenciam um do outro e assumem a forma de trabalho humano abstrato. Porém, para se tornar mercadoria, é necessário que o produto do trabalho humano seja transferido a quem este vai servir como valor de uso, por meio da troca e seu valor se manifestar na relação de troca entre mercadorias.

Marx ao estudar a forma mercadoria assegura que

As mercadorias vêm ao mundo sob a forma de valores de uso ou de corpos de mercadorias, como ferro, linho, trigo, etc. Essa é sua forma natural com que estamos habituados, Elas são só mercadorias, entretanto, devido à sua duplicidade, objetos de uso e simultaneamente portadores de valor. Elas aparecem, por isso, como mercadoria ou possuem a forma de mercadoria apenas na medida em que possuem forma dupla, forma natural e forma de valor. (MARX, 1988, p.54)

O produto do trabalho humano objetivado assume a forma mercadoria pela necessidade de ser trocado, e o que possibilita a troca é que as mercadorias encerram trabalho humano coagulado, cujo valor pode ser medido pelo tempo de trabalho necessário, permitindo que mercadorias diferentes sejam equivalentes entre si. “O corpo da mercadoria que serve de equivalente, figura sempre como corporificação do trabalho humano abstrato, e é sempre o produto de determinado trabalho concreto, útil.”(MARX, 1988, p.61) Afirmando o caráter fetichista da mercadoria o autor revela que o mistério da forma mercadoria está em encobrir, para os trabalhadores, as características do trabalho humano objetivado nas mercadorias, refletindo não uma relação entre homens produtores mas uma relação entre coisas. Assim, a mercadoria “não é mais nada que determinada relação social entre os próprios homens que para eles aqui assume a forma fantasmagórica de uma relação entre coisas.” (MARX, 1988, p. 71)

Apropriando-se do pensamento de Marx, Silveira argumenta que a teoria do fetichismo completa a trajetória teórica de Marx que começa com a teoria da alienação perpassando a teoria da reificação. Refere-se ao dinheiro como uma mercadoria equivalente geral, valor de troca universal, o nexos social com a sociedade, “que conquistou o monopólio

dessa posição na expressão de valor do mundo da mercadoria”. (SILVEIRA, 1988, p.66). Mediatizando as relações sociais, o dinheiro elimina e cancela as diferenças sociais pré-estabelecidas e promove o intercâmbio entre as mercadorias “o poder que cada indivíduo exerce sobre a atividade dos outros e sobre as riquezas sociais, o possui enquanto é proprietário de valores de cambio, de dinheiro”. (MARX, p. 84)

Para Silveira esse nexos social representado pelo dinheiro, valor de troca, capital, se apresenta independente e autônomo, como se não fosse produto da história, e produz efeitos para os indivíduos transformando a dependência social que caracterizaria as formas de produção anteriores a capitalista, em uma dependência pessoal fundada na dependência com relação as coisas, uma dependência material em oposição a dependência pessoal. (SILVEIRA, 1992, p.56)

Marx ao discutir sobre o dinheiro como relação social assegura que a dependência mútua e generalizada dos indivíduos reciprocamente indiferentes, constitui seu nexos social. Este nexos social se expressa em valor de troca, e somente neste a atividade própria, o produto se transforma para cada indivíduo em uma atividade em um produto para ele mesmo. Seu poder social, seu nexos com a sociedade ele leva consigo no bolso. (MARX, p.84) A indiferença caracteriza a individualidade sob o capitalismo, e pode ser entendida como implicando a antítese daquelas formas, pois aponta para a destruição, a eliminação das diferenças que especificam as formas de dependência pessoal, tais como as diferenças de sangue, de educação, de casta, de estamento, etc. Como se a indiferença estivesse a esse nível, a indicar o ultrapassamento dessas formas específicas de diferença, portanto como indiferença, como não-diferença. (SILVEIRA, 1992, p.57) .

Essa indiferença sob o poder do capital tem ligação com a separação do ser social de seu corpo inorgânico, a natureza. Deste modo as condições de sobrevivência dos indivíduos não é mais dada como certa, o que significa que “o individuo situa-se agora num

completo isolamento social. (MARX, 1992, p.61) Para Silveira, este isolamento é uma das dimensões fundamentais de sua indiferença em relação aos outros indivíduos, uma vez que só conta consigo mesmo.

Em contraposição o indivíduo indiferente, isolado, separado dos demais e de si mesmo é profundamente histórico. Contudo, essa sua historicidade só pode ser realizada, efetivada pela mediação do valor de troca, da mercadoria. E essa mediação constituindo-se numa condição vital mesma – a relação com a natureza, a dos indivíduos entre si e, nessa alienação aquele nexos consigo mesmo – tanto a forma da própria individualidade como o conjunto das formas possíveis de sociabilidade. (SILVEIRA, 1992, p.61)

Na sociedade mercantil onde prevalece a alienação, o indivíduo se determina enquanto trabalhador apenas como força de trabalho, como mercadoria. E este, para Silveira (1992, p62), é o critério que preside as relações inter-humanas, interindividuais e intersubjetivas.. Sob o nexos do valor de troca, o que se elimina e se abstrai são as diferenças qualitativas dos outros e de si mesmo, que são precisamente as diferenças que possibilitam com que os outros se tornem sujeitos. O que quer dizer também que nas próprias subjetividades esta plasmada, soldada, marcada, de uma maneira profunda, a diferença que, por excelência, torna os indivíduos sob o capitalismo, indiferentes. A diferença quantitativa, a comparabilidade quantitativa de si mesmo, dos outros e do conjunto das relações, ou seja, a universalização da alienação. (SILVEIRA, 1992, p. 63)

O capitalismo contemporâneo intensifica sua lógica destrutiva, e sob esta condição sujeita todos os indivíduos ao fetichismo da mercadoria.

A sujeição ao fetichismo nos envolve de modo mais profundo, faz parte mesmo de nossa própria estruturação psíquica. Essa precisão pode ser melhor esclarecida se considerarmos que a mercadoria da qual decorre o fetichismo, é a forma de todas as mercadorias e, por conseguinte, inclui também a mercadoria força de trabalho. Esta como vimos anteriormente, constitui-se num conjunto de disposições e de habilidades que envolvem cérebro, músculos, nervos, etc., portanto materializa-se no próprio corpo e na estrutura psíquica dos sujeitos. Deste modo, a forma mercadoria e o fetichismo inscrevem-se nas dimensões vitais dos sujeitos: seu corpo e sua psique. (SILVEIRA, 1992, p.51)

A deformação da individualidade humana sob as condições de alienação abrange tanto a relação do indivíduo no âmbito do trabalho, como no âmbito da denominada “vida

peçoal”, uma vez que o desenvolvimento do psiquismo é subordinado a ordem capitalista. Esta cria obstáculos à apropriação da cultura humana pelos indivíduos, produzindo a desigualdade entre os seres humanos.

Em sua fase globalizada o capitalismo aumenta à patamares nunca vistos a exploração do trabalho humano visando a acumulação da riqueza geradas pelo trabalho. Fruto da crise se abateu sobre o mundo capitalista a partir da década de 1970, o capital desenvolve a ampliação de práticas destrutivas objetivando a acumulação e o lucro, o que nos leva a pensar na destruição da vida na terra. (ANTUNES, 2003) (MÉSZAROS, 2004).

Na era de prosperidade vivida nas primeiras décadas do pós-guerra, países capitalistas efetuavam o ordenamento do Estado de Bem Estar, procurando estabelecer relações entre desenvolvimento econômico e desenvolvimento social, visando a reestruturação do capitalismo, propondo o pleno emprego para o aumento da renda, da produção e do consumo. Tal solução reformista durou até os anos 1970, e em consequência da crise do Estado de Bem Estar “deu-se um processo de regressão da própria social-democracia, que passou a atuar de maneira muito próxima da agenda neoliberal.” (ANTUNES, 2005, p.179)

O eixo desta política baseava-se numa tríade: privatização, controle cambial e abertura do mercado. O impacto para a sociedade foi caro: recessão, brutal elevação dos juros, concentração de renda, fragilização do movimento sindical, redução dos investimentos sociais, desmonte dos serviços públicos essenciais para a sociedade, e principalmente o desemprego estrutural.

As novas formas de organização da produção não se concentram apenas na extração da mais-valia, mas na adesão e consentimento dos trabalhadores para o projeto do capital. Há uma retração visível na organização dos trabalhadores provocada em parte pela implementação do processo de reestruturação produtiva onde, o padrão taylorista e fordista

vem sendo substituído pela denominada acumulação flexível. Observa-se uma imensa transformação no mundo do trabalho, “ o fordismo e o taylorismo já não são os únicos e se combinam com outros processos produtivos, o neofordismo, neotaylorismo e pós fordismo” (ANTUNES, 2005, p.24). Estes “novos” modelos garantem uma produção flexível e terceirizada e a intensificação do trabalho precarizado. Harvey (1989, p.140) ao referir-se a acumulação flexível, que tem no toyotismo sua maior expressão, observa que “ela é marcada por um confronto direto com a rigidez do fordismo. Ela se apóia na flexibilidade dos processos de trabalho, dos mercados de trabalho, dos produtos e padrões de consumo.

O processo de reestruturação do capital intensifica a exploração e gera diversas manifestações da questão social que nesse estágio de desenvolvimento do capitalismo atinge todas as classes sociais, uma vez que é fruto da contradição capital e trabalho, das lutas de classe, e participação desigual na distribuição das riquezas socialmente produzidas. A denominada questão social corresponde a contradições e conflitos que se originam na natureza da sociedade, e se manifestam de forma concreta na vida das pessoas.

O advento da denominada “revolução informacional” contribui para as significativas alterações nas relações de trabalho que afeta também a existência cotidiana dos trabalhadores. Do ponto de vista do capital possibilita o aumento da produtividade e a redução dos custos, e ainda permite tornar cada vez mais rígido o controle sobre os trabalhadores. Há a crescente substituição do trabalho material e físico pelo trabalho intelectual, onde a subjetividade do trabalhador, deve ser organizada e controlada em direção a aumento exacerbado da produção e lucro. Agora a apropriação se dá tanto do caráter manual e físico do trabalho, quanto de sua dimensão intelectual. Do ponto de vista dos trabalhadores é responsável entre outras questões, por um dos mais graves problemas da atualidade: o desemprego estrutural que tem como conseqüência a exclusão crescente de uma enorme

parcela de trabalhadores. A lógica da sociedade contemporânea é desta forma pautada na destruição que é

...a expressão mais profunda da crise que assola a (des)socialização contemporânea: destrói-se força humana que trabalha, brutalizam-se enormes contingentes de homens e mulheres que vivem do trabalho: torna-se predatória a relação produção/natureza, criando-se uma monumental “sociedade do descartável”, que joga fora tudo que serviu como embalagem para as mercadorias e o seu sistema.(ANTUNES, 2005, p.118)

Estas mutações que atingem de maneira intensa o mundo do trabalho afetam a materialidade da classe trabalhadora, sua forma de ser, sua subjetividade, uma vez que “ a essência humana não é uma abstração inerente ao indivíduo isolado. Em sua realidade é um conjunto das relações sociais”.(MARX, 2004, p.119) O capital se apropria da subjetividade do trabalhador, atua no inconsciente, cria desejos e necessidades, altera a sensibilidade, modifica os indivíduos que passam a viver sobre a lógica da acumulação, do lucro e do consumo. E desta forma o trabalhador busca integrar-se cada vez mais a lógica do mercado produzindo além do seu limite para atender a demanda do consumo desenfreado imposta pelo capital. Essas transformações impactam não somente nas condições de trabalho, mas nas condições de vida dos trabalhadores indo além do espaço da produção, atingindo o espaço da vida fora do trabalho, “o ser social que trabalha deve somente ter o necessário para viver, mas deve ser constantemente induzido a querer viver para ter ou sonhar com novos produtos”.

O impacto que o processo de reestruturação produtiva contemporânea produz sobre a subjetividade tende a transformar tudo em valor de troca incluindo a afetividade, o sofrimento, a felicidade. O consumo exacerbado não visa apenas satisfação de necessidades, mas diminuir ansiedades, satisfazer desejos, determinando um modelo a ser seguido. Desta forma o indivíduo é responsabilizado pela sua exclusão principalmente do mercado de trabalho, já que esta é resultado de sua incapacidade de se adequar principalmente às novas demandas desse mercado, onde seu insucesso é fruto de sua incapacidade de trabalhar com as novas tecnologias existentes. Esses processos incidem principalmente sobre as famílias

consideradas não como responsáveis pela sociabilidade inicial do indivíduo, mas como unidade de consumo, enfrentando o esgarçamento dos laços e vínculos de afeto, perda da auto-estima, isolamento, conflitos.

Como já mencionamos para Marx o trabalho é o principal fator de humanização do homem, é a objetivação primária do ser social e é por se objetivarem que os homens podem constituir sua subjetividade, sua personalidade enquanto determinação individual específica. Mas da forma como este se efetua na sociedade capitalista, por meio da exploração e dominação “o trabalho não produz apenas mercadorias: produz-se também a si mesmo e ao trabalhador como uma mercadoria”. (MARX, 2004, p.111). O produto do trabalho não pertence ao trabalhador, e este fica privado do provimento de suas necessidades essenciais. O trabalho como fonte de desejo e realização humana passa a ser fonte de sofrimento. A subjetividade, portanto, é historicamente construída e o homem dominado por aquilo que ele produz, e isto o impede de fazer a passagem do singular para o genérico, expressando uma sociabilidade marcada por individualismo e egoísmo confirmando que “ a consciência conseqüentemente desde o início é um produto social.

Leontiev (1978) assegura que a personalidade é criada por circunstâncias objetivas, porém é por meio da atividade que efetua a relação do indivíduo com o mundo. As características da atividade também formam aquilo que determina o tipo de personalidade. Assim a primeira base da personalidade reside nas riquezas da conexão do indivíduo com o mundo. Essas riquezas também traçam a distinção entre um homem cuja vida compreende um amplo círculo de atividades e outro cuja relação com o mundo esta reduzida “em função de sua posição deplorável na vida“. Desta forma a dominação e a exploração relegam o homem a esta posição deplorável na vida. Os efeitos do capitalismo atingem todos indistintamente, mutila a sensibilidade das pessoas, desumanizando-as. Produz o imaginário centrado na acumulação e lucro, em prejuízo da realização universal da liberdade e emancipação humana.

O capitalismo atual mudou o conceito do tempo e espaço por meio das novas tecnologias de comunicação e informação estabelecendo a cultura do efêmero, do imediato, da banalidade. O valor do indivíduo passa a ser medido pelo poder, pela riqueza, pela possibilidade de consumo, onde o mercado reduz o mundo da vida ao mundo das mercadorias, gerando frustrações e desesperanças.

Neste contexto o debate do sujeito como protagonista da revolução social remete no marxismo aos limites da ação humana numa sociedade estruturada pela exploração e pela opressão. Neste sentido Marx quando aborda o protagonismo do sujeito histórico o faz por meio da afirmação de que os homens fazem a história, mas sob condições determinadas. Tal afirmação coloca em evidência os limites da subjetividade como impulsionadora de qualquer ação humana, a investigação sobre os sentidos atribuídos pelas pessoas ao suicídio dentro desta perspectiva está subordinada a materialidade da vida, que articula objetivo e subjetivo como determinação histórica.

## 2 IDÉIAS SOBRE SUICÍDIO: DE DURKHEIM À MARX

### 2.1 DURKHEIM: SUICÍDIO E SOCIEDADE

Quando examinamos a literatura que versa sobre o suicídio, encontramos contribuições teóricas de Émile Durkheim,<sup>15</sup> um dos principais teóricos do século XIX a discutir o tema, e de autores cujas elaborações teóricas são de forma geral aportes da teoria psicanalítica<sup>16</sup>, fazendo menção aos estudos de Freud. Durkheim é considerado como o fundador da sociologia como ciência independente, e um dos primeiros a estudar mais profundamente o suicídio, o qual segundo ele tem a sua causa básica no âmbito da sociedade, ou seja, origina-se no meio que rodeia o indivíduo.

Durkheim interessou-se particularmente pelo suicídio porque se preocupava com a solidariedade social, bem como alçar a sociologia como disciplina científica, querendo mostrar os fatos sociais. *O Suicídio* é uma das suas obras mais destacadas, nela faz um estudo detalhado sobre o problema e suas causas, aplicando com rigor seu método escrito em *As Regras do Método Sociológico* (1895), ao observar o fenômeno a partir de uma análise global da sociedade.

Seu estudo trata-se de um trabalho sistemático que por meio de dados estatísticos buscou refutar as teorias que pretendiam explicar as variações das taxas de suicídios com base em fatos psicológicos, raciais, genéticos, climáticos e geográficos, efetuando um diagnóstico analítico comparando dados sobre o suicídio entre os países da Europa. Pra ele entre as várias

---

<sup>15</sup> David Émile Durkheim, sociólogo francês, nascido no Departamento de Vosques em Épinal, em 15 de abril de 1858, freqüentou a École Normale Supérieure em Paris. Doutor em filosofia, em 1885 foi estudar na Alemanha, sendo muito influenciado pelas idéias do psicólogo Wilhelm Wundt, entrando em contato com a obra de Dilthey, Simmel e Tonnies. Em 1893 publicou *De la division du travail social. Lês règles de la méthode sociologique*, foi publicado na França em 1895. *Le Suicide* foi publicado na França em 1897. (RAMOS, 2002 )

<sup>16</sup> Sigmund Freud desenvolveu a Teoria Psicanalítica baseada em sua experiência clínica. O ponto central de sua teoria é a existência do inconsciente o que faz da psicanálise a ciência do inconsciente.

formas de morte existem aquelas que apresentam uma particularidade, são efetuadas pela própria vítima. Apresenta uma definição para o suicídio como sendo “todo o caso de morte que resulta direta ou indiretamente de um ato positivo ou negativo praticado pela própria vítima, ato que a vítima sabia dever produzir este resultado” (DURKHEIM, 2005, p. 15 ).

Analisando a variação das taxas de suicídio e sua relação com os diversos tipos de loucura existentes, conclui que a taxa de suicídio não tem qualquer relação definida com a tendência para as diversas formas de loucuras, e que não existe relação entre o suicídio, a raça e a hereditariedade, uma vez que para ele as causas do auto-extermínio têm fundamento social, e não individual. Durkheim demonstra que em cada grupo social há uma tendência específica para o suicídio que não pode ser explicada de acordo com causa extra-sociais e afirma que “ o resultado disto é que, por eliminação, ele depende necessariamente das causas sociais e constitui, por si só, um fenômeno coletivo”.(DURKHEIM, 2005, p.141).

O autor classifica o ato suicida em egoísta, altruísta e anômico. À medida que a sociedade se desintegra, o indivíduo se isola da vida social, e sua personalidade tende a se sobrepor à personalidade coletiva, passando a desenvolver comportamentos que se baseiam em seus interesses particulares. A este estado em que o eu individual se sobrepõe ao eu social e o prejudica, Durkheim denomina de *egoísta*, um tipo diferenciado de suicídio que resulta da individualização excessiva.

Explicando tal fenômeno Durkheim observa que em uma sociedade coerente e ativa existe um intercâmbio de idéias e sentimentos recíprocos entre seus membros, que impulsiona o indivíduo a participar coletivamente recompondo suas próprias energias quando esta chega ao fim. Durkheim acredita que

O individualismo excessivo não resulta em favorecer unicamente a ação das causas suicidógenas, pois ele é já em si mesmo uma causa desse tipo. Não só elimina um obstáculo utilmente contrário à tendência que leva os homens a se matar, como cria integralmente essa tendência e com isso dá origem a um tipo especial de suicídio cujas características são provenientes dele (DURKHEIM, 2005, p.226)

Portanto, para o autor a depressão e a desilusão não provem de nenhum indivíduo em particular, mas expressam um estado de desagregação na qual a sociedade está envolvida. Desta forma se o vínculo que liga o indivíduo à vida se dilata, é porque o que o liga a sociedade se dilatou. O estado em que se encontra a sociedade faz dele uma vítima para o suicídio.

Durkheim constata que se o individualismo excessivo leva ao suicídio, uma individualização insuficiente produz o mesmo efeito, ou seja, o homem também se mata quando está por demais integrado na sociedade. Assim a distinção entre o suicídio egoísta e o altruísta é que o primeiro é marcado por um forte traço de individualização, e o segundo a individualização é muito tênue.

A sociedade, portanto, exerce pressão sobre o indivíduo no sentido de levá-lo a sua destruição, a sociedade ordena-lhe formalmente a se destruir. É, porém, com vistas a fins sociais que a sociedade lhe impõe este sacrifício, e “para que o indivíduo ocupe um lugar tão pouco importante na vida coletiva, é necessário que esteja quase totalmente absorvido pelo grupo, o que significa que ele está fortemente integrado”. (DURKHEIM,2005, p.233)

A este tipo de suicídio, Durkheim dá o nome de *altruísta obrigatório*, quando a sociedade impõe ao indivíduo o dever de se suicidar. O argumento de Durkheim é de que essas sociedades só abrangem um pequeno número de pessoas, a vida é igual para todos, tudo passa a ser comuns, idéias, sentimentos e ocupações. Como o grupo é pequeno não perde ninguém de vista, impondo uma vigilância coletiva. Faltam portanto ao indivíduo um espaço para que este possa ser ele próprio.

Considerando que a sociedade exerce um poder regulador sobre o indivíduo, Durkheim analisa a relação entre a forma como a sociedade exerce esse poder regulador e a taxa de suicídios, e conclui que as crises econômicas agravam consideravelmente este fenômeno. Portanto para o autor se as crises econômicas fazem aumentar o número de

suicídios não é porque elas empobrecem a população, mas sim porque elas geram “crises”, ou seja, perturbação na ordem coletiva vigente. Todas as vezes que graves modificações são produzidas na sociedade, mesmo quando destas modificações resultam um aumento do bem estar, o homem se mata mais facilmente.

Durkheim refere-se a uma tendência do ser humano a possuir desejos ilimitados que os leva a ultrapassar infinitamente os meios de que dispõem, transformando esta sede inexplicável em um suplício sempre renovado, onde o homem tenta incessantemente atingir um fim inacessível e, portanto, se condena a um constante descontentamento.

Desta a forma o homem está ligado a vida por um vínculo muito frágil. Assim é necessário que as paixões sejam limitadas, para que estejam de acordo com as reais possibilidades individuais, que em consequência disto poderão ser satisfeitas. Só que este limite deverá vir de alguma força externa ao indivíduo que Durkheim considera como uma força moral.

Durkheim considera que os homens não são capazes de impor a si mesmo o que ele denomina de “lei de justiça” e, portanto afirma que este controle deve ser efetuado

Por uma autoridade que respeitem, e diante da qual se curvem espontaneamente, a impor-lhes essa lei. Só a sociedade pode desempenhar este papel moderador, quer direta, e globalmente, quer por intermédio de um de seus órgãos; com efeito, é a única autoridade moral superior ao indivíduo e cuja superioridade ele aceita. Só ela tem a autoridade necessária para estabelecer o direito e para fixar o limite para além do qual as paixões não se devem manifestar. Também só ela pode determinar qual o prêmio deve ser atribuído a cada classe de funcionários, na defesa do interesse comum. (DURKHEIM, 2005, p.268)

Durkheim defende de certa forma que cada um deve se conformar com a posição ocupada na sociedade, uma vez que cada indivíduo tem um limite de bem estar para poder legitimamente ambicionar, e que sujeito à pressão da sociedade tem uma vaga noção do seu limite, e não deseja ir mais além. Define que para ter uma constituição moral sã, o indivíduo deve respeitar a regra e não deve exigir mais do que seu limite. Desta forma essa

regulamentação da sociedade tem por objetivo reprimir o que Durkheim chama de “paixões individuais” e por isso, é necessário que emane de um poder que domine os indivíduos.

Porém quando a sociedade está perturbada, ou por uma crise que possibilite situações difíceis, ou por transformações felizes, mas que ocorram de forma brusca, perde a capacidade de exercer essa regulamentação e este fato interfere no aumento da taxa de suicídios. “O estado de desregramento e de anomia, é acentuado pelo fato de as paixões serem menos disciplinadas na altura exata de que teriam necessidade de uma disciplina mais forte”. (DURKHEIM, 2005, p.273)

Portanto a anomia se produz em momentos de crises agudas, mas Durkheim considera que no mundo do comércio e da indústria a anomia é algo crônico, uma vez que com o desenvolvimento do comércio e a possibilidade de “se ter o mundo inteiro como cliente” (DURKHEIM, 2005, p.276), fica difícil fazer com que o indivíduo aceite as limitações como antes. Este estado crônico de anomia presente nesta parte da sociedade ligada à indústria e ao comércio estendeu-se ao resto da sociedade, despertando no homem o desejo por coisas novas, prazeres ignorados, sensações desconhecidas, que uma vez conhecidas perdem todo o encanto, e assim a mínima contrariedade deixa o indivíduo sem força para suportá-las.

Portanto, a anomia é na sociedade moderna um fator regular e específico de suicídios, é uma das fontes que contribuem para o número anual, onde segundo o autor, o suicídio *anômico* difere dos demais, pois, não depende da maneira pela qual os indivíduos estão ligados à sociedade e sim, de modo pelo qual ela os regulamenta.

Durkheim (2005, p.279) conclui que

O suicídio egoísta provém do fato de os homens não encontrarem uma justificação para a vida; o suicídio altruísta, do fato de essa justificação lhes parecer estar fora da própria vida; o terceiro tipo de suicídio, cuja existência acabamos de constatar provém do fato de a atividade dos homens estar desregrada e do fato de eles sofrerem com isso. Por sua origem, daremos a esse último tipo o nome de *suicídio anômico*.

O autor considera que os acontecimentos individuais, as causas aparentes e imediatas, não são as causas dos suicídios, e insiste em dizer que não há nenhum problema na vida por mais difícil que seja que leve o homem a matar-se, se este não tiver uma outra causa inclinando-o ao suicídio. Para ele a causa principal geradora do suicídio é exterior ao indivíduo, existindo em cada grupo social, uma inclinação de ordem coletiva para o suicídio, e daí é que derivam as inclinações particulares. O suicídio é considerado como um reflexo advindo do seio do estado moral da sociedade.

È a partir deste quadro que ele confirma que a verdadeira causa produtora do suicídio escapa a quem só observa os indivíduos uma vez que ela é exterior a estes.

Tal constatação é devido a Durkheim considerar que “a primeira regra fundamental é considerar os fatos sociais como coisas” (DURKHEIM, 2005, p.42), ou seja, possuem uma realidade objetiva e, portanto são passíveis de observação externa, pertencem ao reino da natureza. Como coisa os fatos sociais são separados dos sujeitos que os representam. Esses fatos sociais têm duas características básicas que permitirão sua identificação na realidade. São exteriores e coercitivos. Exteriores, porque consistem em idéias, normas ou regras de conduta que não são criadas isoladamente pelos indivíduos, mas foram criadas pela coletividade que já existem fora de nós quando nascemos.

Para ele “somos, então, vítimas de uma ilusão que nos faz acreditar termos sido nós quem elaborou aquilo que se nos impôs do exterior”. (DURKHEIM, 2005, P.34) Os fatos sociais são coercitivos, porque essas idéias, normas e regras devem ser seguidas pelos membros da sociedade. Se isso não acontece e alguém desobedece será punido de alguma maneira pelo restante do grupo. A segunda regra fundamental é que “devemos afastar sistematicamente todas as prenoções” (DURKHEIM, 2005, p.54), o que segundo ele é a base de todo método científico.

Analisando a família, Durkheim afirma que é na constituição do grupo familiar que se pode encontrar a principal origem do fenômeno suicídio. Após uma análise crítica dos trabalhos referentes à influência do estado civil e o sexo do indivíduo sobre o suicídio, Durkheim elabora algumas conclusões; a primeira se refere ao casamento precoce, que exerce uma influência sobre o suicídio principalmente entre os homens. A segunda se refere ao fato onde a partir dos 20 anos de idade, os casados de ambos os sexos se beneficiam de um coeficiente de preservação.

Esta imunidade, porém, é devido à ação não da sociedade conjugal, mas a sociedade familiar, ou seja, “a sociedade doméstica, assim como a sociedade religiosa é um potente obstáculo contra o suicídio. Esta proteção é tanto mais completa quanto a família é densa, isto é, quanto maior o número de seus elementos.” (DURKHEIM, 2005, p.207) Assim quanto mais integrada é a família, esta se constitui em um potente obstáculo contra o suicídio.

O autor ressalta que uma investigação sobre o suicídio tem um alcance que vai além da ordem particular dos fatos a que esta se destina. As questões pesquisadas se relacionam aos mais graves problemas que se colocam no mundo em que vivia. O aumento significativo do número de suicídios e o mal estar geral que atinge a sociedade provém das mesmas causas. Este elevado número de mortes voluntárias revela o estado de desagregação que se encontra na sociedade civilizada.

O estudo de Durkheim sobre o suicídio, chama a atenção para a significação social do mesmo, concluindo que o fato é uma denúncia individual de uma crise moral coletiva. Sua posição metodológica consiste em discutir as concepções que tratam do suicídio, para em seguida apresentar sua própria explicação com base especificamente sociológica. Ao buscar o elemento social do suicídio, o autor rejeita as explicações que atribuem a influência das condições individuais ou do meio físico como a raça e o clima, e afirma que o fenômeno do suicídio só poderá ser explicado no contexto social a que pertence.

Como um dos representantes da metanarrativa Durkheim tem como pressuposto o coletivo, mas determinado e regido pela moral burguesa.

Neste sentido as concepções de Durkheim são políticas e ideologicamente conservadoras, e seu projeto principal é de dar à sociologia um estatuto científico, que a distanciasse do pensamento metafísico e por meio do qual haja a possibilidade de analisar as condições de um bom funcionamento do corpo social.

Durkheim assistiu e participou de acontecimentos marcantes e que se reflete diretamente nas suas obras. Como homem de seu tempo sofreu influencia dos iluministas, vivenciou os problemas trazidos pela Primeira Guerra Mundial e foi contemporâneo de fatos revolucionários como o movimento de 1905 e a Revolução Russa de 1917. No seu período de maturidade, quando escreveu a maioria de suas obras, viveu na atmosfera política de estabilidade obtida com a III República no final do século XIX a início do Século XX, anos de consolidação do Estado burguês na França.

O objeto de investigação de Durkheim foi a sociedade burguesa, produto da revolução industrial, possibilitando a luta de classes que se manifestava através do movimento operário e da contra-revolução. Durkheim viveu no século XIX e início do século XX <sup>17</sup> onde se verificou não só o apogeu e a crise da sociedade burguesa, mas também a organização dos trabalhadores contra o sistema vigente. Nesta época nascia um novo estilo de vida que se baseava na vida urbana e na sociedade de consumo, porém a maioria da classe trabalhadora não tinha acesso a este consumo.

Portanto, parece natural que no meio dessas mudanças surgissem pessoas dispostas a discutir e investigar sobre os acontecimentos, procurando entender as mudanças que ocorriam na nova sociedade. Pessoas que queriam explicar a sociedade fora do

---

<sup>17</sup> Neste período foram registradas crises em 1900-1901 e 1912-1913. Observava-se no mundo do capital, inovações tecnológicas como a inauguração da era do aço e da eletricidade, aproveitamento do petróleo como fonte energética, a invenção do telégrafo, submarino, avião, cinema e automóvel, no que se convencionou chamar de Segunda Revolução industrial.

pensamento religioso da época, e que herdeiros do pensamento iluminista, depositavam sua esperança na possibilidade ilimitada da ciência. Durkheim foi um desses homens.

Antes deste período o suicídio era encarado como uma questão filosófica, e apenas no século XIX esse fenômeno se constituiu como um problema social. Durkheim com sua obra *O Suicídio*, escrita em 1897, investigando as taxas de suicídio em toda a Europa, tenta mostrar que as causas das mortes voluntárias possuem um fundamento social e não individual. É necessário, porém, que se conheça um pouco das idéias de Durkheim, já que para ele os fatos sociais são considerados como “coisas”,<sup>18</sup> ou seja, possuem uma realidade objetiva e, portanto são passíveis de observação externa, pertencem ao reino da natureza. Como coisa os fatos sociais são separados dos sujeitos que os representam.

Ao considerar os fatos como “coisas”, Durkheim de certa forma enquadra a sociologia de acordo com as ciências da natureza, e coisifica também a sociedade, pois considera as relações sociais como objeto sujeito a determinadas leis rigorosas, absolutamente independente da consciência humana. As relações sociais para ele não estão inseridas num processo histórico uma vez que Durkheim considerava os fenômenos sociais desligados dos sujeitos conscientes.

Durkheim camufla as questões de classe e compreende todas as classes como harmônicas, homogêneas e naturais. O que se sobressai em sua obra é a defesa do todo social onde o conflito assume uma posição ínfima. Sua obra deixa claro, a naturalização das desigualdades de classe e se baseia em idéias morais com o objetivo de controle e disciplinamento do indivíduo.

---

<sup>18</sup> Partindo da afirmação de que os fatos sociais devem ser tratados como “coisas”, forneceu uma definição do normal e do patológico aplicado a cada sociedade, o que significa que o normal seria aquilo que é ao mesmo tempo obrigatório para o indivíduo e superior a ele, a sociedade e a consciência coletiva são entidades morais. Para estudar cientificamente um fenômeno é preciso estudá-lo objetivamente, do exterior, explica-los segundo a relação causa e efeito.

Este cunho moralizante de certa forma objetiva disciplinar as atitudes das pessoas possibilitando a manutenção da organização vigente na sociedade. Prega uma certa submissão e passividade do indivíduo para aceitar as coisas sem questionar, defendendo sempre a perspectiva do consenso da integração e da ordem. Tenta dissimular a ideia de que o desemprego e a miséria econômica conduzem ao suicídio, de certa forma buscando justificar a distribuição desigual do poder político e da riqueza social. Defende em todo momento, sua própria condição de classe.

Porém o mérito de Durkheim está em demonstrar que o suicídio é um fenômeno social e que é possível estudá-lo e compreendê-lo a partir da compreensão da sociedade. A noção de anomia por ele introduzida serve muito bem para uma análise da sociedade contemporânea, onde o capitalismo provoca danos cada vez maiores, uma vez que o autor parece demonstrar em sua obra, certo desejo de resolver a questão social.

Este esforço está longe de compreender que o suicídio é produto das contradições da sociedade, tal qual provavelmente diria Marx, e se o homem foi capaz de construir uma sociedade que mata, é provável que possa construir outra que de fato valorize a vida humana em toda sua plenitude, algo provavelmente reprovado por Durkheim. Ele não parecia acreditar no homem enquanto sujeito histórico, portanto capaz de com sua ação transformar a realidade.

## 2.2 O SENTIDO DA VIDA: DESAFIO DO SUICÍDIO

Durkheim está situado entre os clássicos da sociologia sendo, portanto necessário identificar nos clássicos elementos ainda válidos para buscar explicações para as questões atuais. Existem, porém outros trabalhos importantes na literatura consultada enfatizando o fenômeno do suicídio principalmente no contexto da psicanálise. Para a Psicanálise o suicídio é uma situação psicótica e se configura como um momento em que o indivíduo está fora de si,

e assim pode atacar a si mesmo. Embora Sigmund Freud<sup>19</sup> em suas obras não trate especificamente do suicídio, contribui significativamente para o entendimento do fenômeno por meio da análise de alguns casos clínicos em que o suicídio está presente. Seu único título sobre suicídio denomina-se *Contribuição Para uma Discussão Acerca do Suicídio*, de 1910, em que aborda questões relativas a educação e ao ser questionado por uma pessoa de que as escolas impeliam os alunos ao suicídio responde que

“...a escola secundária toma o lugar dos traumas com que outros adolescentes se defrontam em outras condições devida. Mas uma escola secundária deve conseguir mais do que não impelir seus alunos ao suicídio. Ela deve lhes dar o desejo de viver e devia lhes oferecer apoio e amparo numa época da vida em que as condições de seu desenvolvimento os impelem a afrouxar seus vínculos com a mãe dos pais e a família” (FREUD, 1969).

Freud afirma que parece claro que a escola falha neste objetivo e deixa de cumprir o dever de despertar o interesse pela vida e que nunca deveria esquecer que lida com indivíduos imaturos a quem não pode ser negado o direito de se demorarem em certos estágios do desenvolvimento.

Freud questiona como é possível subjugar-se ao extraordinariamente poderoso instinto da vida e que o suicídio pode acontecer com uma libido desiludida, ou se o ego pode renunciar à sua auto - preservação por seus motivos egoístas. Em *Luto e Melancolia* (1917) Freud tenta mostrar como a agressão do indivíduo pode se voltar contra ele próprio afirmando que “ de há muito, é verdade sabemos que nenhum neurótico abriga pensamentos de suicídio que não consistam em impulsos assassinos contra outros, que ele volta contra si mesmo” (FREUD, 1969).

Na melancolia o indivíduo abandonado por seu objeto de amor não consegue direcionar sua libido para outro objeto, e se identifica com o objeto perdido. Como não consegue expressar sua agressividade ela se volta contra ele mesmo. O desejo de suicídio viria

---

<sup>19</sup> Sigmund Freud nasceu em 1856 na cidade de Freiberg-Austro-Hungria. Estudou Medicina na Universidade de Viena e se dedica ao estudo da Fisiologia. Criador da Teoria da Psicanálise gerando uma revolução no tratamento e concepção dos problemas emocionais.

acompanhado do desejo inconsciente de matar outra pessoa ou a coisa que o incomoda. No impulso de se livrar do que perturba, o indivíduo acaba por destruir-se.

Em *Além do Princípio do Prazer* (1920) o autor ao tentar desenvolver uma concepção da natureza humana afirma que deveria haver equilíbrio entre duas tendências EROS ( pulsão da vida) e TANATOS ( pulsão da morte). EROS conduziria ao crescimento, reprodução, ampliação da vida, e TANATOS buscaria destruir, desconectar e desagregar. A pulsão da morte deveria estar atrelada a serviço da vida e o suicídio ocorreria quando isso não ocorre, sendo a expressão máxima da pulsão da morte.

Freud afirma em *O Mal Estar na Civilização* (1930)<sup>20</sup> que “o que decide o propósito da vida é simplesmente o programa do princípio do prazer” (FREUD, 1969). Para ele o princípio do prazer domina o funcionamento do aparelho psíquico desde o início. Colocando em prática o seu método psicanalítico para entender as razões naturais do sofrimento humano, e a ampliação deste sofrimento gerado pela cultura civilizada, observa que o próprio esforço realizado pelo homem para que se torne possível à vida em sociedade que poderão evoluir para a civilização, representa um enorme obstáculo para a sociedade humana. (FREUD, 1969)

Desta forma o “que se chama de civilização é também responsável pelo nosso sofrimento e infelicidade, portanto seríamos mais felizes se a abandonássemos e retornássemos as condições primitivas” (FREUD, 1969).

Albert Camus é outro autor que se reporta ao tema. Em *O Mito de Sísifo*, uma reflexão filosófica sobre o suicídio em que o autor chega a sugerir a possibilidade de uma moral e, inclusive, de um heroísmo do absurdo.

---

<sup>20</sup> Investigando o sofrimento humano e as formas de lidar com ele, Freud identifica o motivo básico da insatisfação humana. *Nascemos com um programa inviável que é atender aos nossos instintos, mas o mundo não o permite*. Desde o início convivemos com a frustração. Primeiro a natureza não cede e depois a sociedade nos impõe novas restrições. Freud identifica a dor conforme a sua origem. A originada do corpo, combatida pela química, a originada do desejo insatisfeito e a dor proveniente das nossas relações com os outros, a que mais fere. (FREUD, 1969)

Para ele só existe um problema filosófico verdadeiramente sério - o suicídio -, afinal julgar se a vida merece ou não ser vivida é responder a uma questão fundamental da filosofia. O restante se o mundo tem três dimensões e se o espírito tem nove ou doze categorias vem depois. (CAMUS, 1989)

Camus<sup>21</sup> afirmava que o mundo em que vivemos é um mundo que se desumaniza a cada dia, consentindo cada vez mais uma vida mecânica, habitada pela solidão, pelo silêncio e pelo egoísmo. Sua obra *O Mito de Sísifo*,<sup>22</sup> publicado originalmente em francês em 1942, discute o suicídio, o valor da vida e sobre a filosofia do absurdo que demonstra que a vida humana é insignificante e sem valor, questionando qual a alternativa ao suicídio em um mundo fútil como o mundo moderno.

Desenvolve a idéia do homem absurdo que tem consciência da inutilidade da vida. Através de Sísifo apresenta o esforço inútil do ser humano, o absurdo da condição humana em que a modernidade condena o homem a um trabalho inútil e o trabalhador desenvolve as mesmas tarefas cotidianamente, um destino considerado absurdo.

Entre os autores que consideram o suicídio como um fenômeno social, estão Eduardo Kalina e Santiago Kovadloff (1983). No livro *As Cerimônias da Destruição (1983)*, afirmam que a psiquiatria até o momento encarou o suicídio como um fenômeno individual. Mas as pressões que as condutas coletivas ou os fatos sociais exercem sobre a vida privada e profissional permitem demonstrar a insuficiência teórica de compreender o suicídio como uma patologia exclusivamente individual. (KALINA & KOVADLOFF, 1983).

Todos esses autores têm como referência a obra de Durkheim atualizando a discussão e vinculando-a a constituição das sociedades modernas, sem, contudo negar a ação individual. Para eles o suicídio pode ser conceituado como uma reação psicótica e resultante

---

<sup>21</sup> Prêmio Nobel de Literatura em 1957, foi jornalista, ensaísta, romancista e dramaturgo. Nascido na Argélia é autor de *O avesso e o direito*, *Estrangeiro*, *O Mito de Sísifo* e a peça *Calígula*

<sup>22</sup> Os deuses tinham condenado Sísifo a empurrar sem descanso um rochedo ao cume de uma montanha de onde a pedra caía de novo, em conseqüência de seu peso. Tinham pensado, com alguma razão, que não há castigo mais terrível do que o trabalho inútil e sem esperança. (CAMUS, 1989)

de uma indução, e não apenas o resultado de uma livre determinação individual. A sociedade ensina de forma manifesta ou subliminar os modelos de conduta que cada sujeito adota.

Para eles se é verdade que na atualidade o suicídio deve ser considerado uma patologia social, então a terapêutica deve ser também comunitária, ultrapassando o espaço do consultório e alcançando à família, as autoridades políticas e educacionais bem como outras áreas, já que com sua morte, o suicida não nos diz somente que já não se suportava mais. Também fala de nós. Demonstra por um lado que não podia continuar nos tolerando. (KALINA & KOVADLOFF, 1983) Asseguram ainda que pertencemos a uma época em que as condutas auto-destrutivas foram legitimadas, em que os vícios, a exploração irracional da natureza, a crescente objetivação dos outros e de si mesmo, o risco atômico comprovam que o suicídio na modernidade não apresenta mais características de excepcionalidade como em outras épocas.

Para estes autores o suicídio na atualidade apresenta formas que conduzem a uma possível generalização num futuro próximo, uma vez que nada ameaça a vida do homem do que o próprio homem. Por baixo do que ele chama seu projeto de vida pode-se ver dissimulado seu projeto de morte. Concebida, no fundo como um projeto de devastação planetária, a cultura “desenvolvimentista” contemporânea, medularmente marcada por uma concepção alienada do uso da tecnologia, evidencia de múltiplas maneiras, a sua vontade auto-destrutiva.

Os sintomas dessa vontade suicida, é a expressão da devastação planetária que segundo os autores tem origem na Idade Moderna e cujas manifestações contemporâneas são múltiplas e simultâneas. Fala-se em aglomeração urbana, toxicomania, dos vícios socializados, da poluição. Eles se constituem como o variado repertório de condutas auto-destrutivas psicóticas, que no contexto do mundo moderno de profundo extravio moral, são considerados normais. (KALINA & KOVADLOFF, 1983)

A impessoalidade cada vez maior das relações entre os homens, a coisificação do outro e de si próprio, em que o homem não vale pelo que é, mas pelo que tem. O esvaziamento do eu com o trabalho alienado, o consumismo, a competição crescente, conduzem o homem à solidão cuja máxima expressão seria o suicídio.

O suicídio pode estar diretamente ligado aos padrões de êxito da sociedade. O que faz com que o sujeito goste mais ou menos de si é a forma como ele corresponde ou não ao modelo produtivo, como ele se insere.

No contexto da Antropologia, o tema do suicídio aparece em José Carlos Rodrigues em que o autor estabelece uma relação direta entre o fenômeno do suicídio e o exercício do poder. Afirma em sua obra *Antropologia do Poder* (1992),<sup>23</sup> que não existe sociedade sem poder e que este é inerente à sociedade. E dessa forma falar em sociedade é falar em poder, pois

Se é sistema de comunicação e de significação, toda sociedade será automaticamente sistemas de regras. Regras que organizem os comportamentos, os pensamentos e os sentimentos respectivos de seus membros. Regras que, em sua maior parte, tenderão a ser observadas pela maior parte das pessoas, na maior parte das vezes. Tais regras obviamente deverão ter a propriedade intrínseca de serem dotadas de poder: caso contrário, obviamente não seriam regras. (RODRIGUES, 1992, p. 24)

Para esse autor até mesmo a ruptura das regras obedece a regras, a sociedade se encarrega de fabricar as formas, as receitas por meio das quais as regras poderão ser transgredidas “regras para a ruptura de regras, poderosamente postas pelo poder à disposição daqueles que o queiram contestar” (RODRIGUES, 1992, p. 25)

Rodrigues cita o que ele chama de dois paradigmas extremos sobre o poder, o primeiro que ressalta o sistema e que admite a idéia de revolução para acabar com toda forma de poder. O segundo que pensa que os problemas da liberdade e do poder podem ser

---

<sup>23</sup> Doutor em Antropologia pela Universidade de Sorbonne, professor do Curso de Mestrado da PUC-RIO, autor de livros de grande importância na área da Antropologia como: *Antropologia e Comunicação* escreveu vários livros e artigos entre estes *Tabu do Corpo*, *Tabu da Morte*, *Cultura e Sensibilidade*. Atualmente pesquisa na área da Antropologia urbana, teoria da comunicação e Teoria antropológica

resolvidos pela responsabilidade individual, pela vontade, pelo desejo. Segundo o autor são dois caminhos filosoficamente equivocados, e questiona se afinal é possível acabar com o poder.

Afirma que as idéias de vida e morte são socialmente construídas, e que os meios de produzir a morte não é monopólio do dominante, que a imporia sobre os dominados, mas a morte pode ser aplicada pelo dominado, só que de forma diversa, “ a violência de morte deve ser entendida como aplicável pelos dominados principalmente sobre si”. (RODRIGUES, 1992, p. 41), e acrescenta ser este o modo mais radical de aplicar a morte contra o dominante.

O autor ressalta que

...sob o ponto de vista dos dominados, o risco da morte passa a ser um pressuposto lógico da possibilidade de dinamitar as relações de dominação: aos homens não restaria senão a alternativa entre serem “eliminados” ou tornarem-se “conquistados”. De fundamento do poder, a “eliminação” passa, então, a ser o único caminho que teriam os homens para não se deixarem conquistar. (RODRIGUES, 1992, p.48)

Assim no lugar de uma oposição entre dominantes e dominados, em que o primeiro só se mantém a custa da exclusão do segundo é compreensível que o dominante se preocupe em preservar a vida do dominado, uma vez que é preciso incluí-los na relação de poder. A estratégia que o poder usa é, portanto, de fazer com que os homens permaneçam vivos para inseri-los na relação de poder.

Nessa perspectiva o autor explica o fato de que mundialmente o suicídio não seja aceito pelos poderes, em toda parte o suicídio é intolerável:

...patética e sintomaticamente, encontramos poderes que lancem apróbio aos sobreviventes de um suicida; que condenem à morte o suicida que tenha falhado em sua tentativa; que levem aos tribunais, processem e até mesmo executem penas de morte sobre cadáveres de suicidas. E encontramos regularmente poderes que multipliquem vigilância sobre “condenados”, sejam eles prisioneiros, loucos, doentes terminais, etc para que não apressem a morte. E principalmente, o que é muito significativo, encontramos essa vigilância voltada particular e especialmente sobre condenados a morte. Vigilância neste caso reduplicada, para que não se suicidem. (RODRIGUES, 1992, p.49)

Isto ocorre porque a autodestruição é vista pelo poder como um gesto inflexível de liberdade, que aniquila o jogo do poder e se rebela de forma irreversível. O suicídio é visto como um gesto de demonstração de que a vida do dominado não é indiferente ao dominante, pois é o alimento de que a dominação se nutre, pois todo poder reconhece que “qualquer desafio efetivo ao poder é de natureza eminentemente suicidária”. (RODRIGUES, 1992, p.49) De certa forma o autor entende o suicídio como a única forma de acabar com o poder, a arma absoluta que faria com que o poder desmoronasse.

A tentativa de abordar o suicídio como fenômeno social também está presente em Roosevelt Cassorla<sup>24</sup>. Para ele não existe uma causa para o suicídio. Trata-se de um evento que ocorre como resultado de uma série de fatores que se acumulam na biografia do indivíduo, e que entram em jogo desde fatores constitucionais até fatores ambientais, culturais, biológicos, psicológicos, entre outros.

Desta forma propõe a utilização da interdisciplinariedade no sentido de evitar reducionismos e reforça que os estudos psicanalíticos dão pistas mais profundas sobre o indivíduo que pensa em morrer, tenta se matar e se mata. Assim o suicida tenta fugir de uma situação de sofrimento que lhe é insuportável, ou seja, a morte é vista como solução, não porque se deseje morrer, mas porque viver torna-se insuportável. O suicida não deseja a morte, mas anseia por uma nova vida.

Na área da Psicologia encontra-se um grande número de autores que associam o suicídio a depressão. Makilin Baptista (2004), por exemplo, afirma que é grande o número de pessoas que apresentam depressão e tentam se matar. Faz referência a existência de estudos comprovando que pessoas em constantes distúrbios emocionais são mais suscetíveis ao suicídio. É necessário compreender, porém, que a depressão e outros distúrbios de origem emocional podem ter origem no stress próprio da chamada sociedade contemporânea, uma

---

<sup>24</sup> Professor do Departamento de Psicologia Médica e Psiquiatria da Faculdade de Ciências Médicas da UNICAMP, médico e psicanalista, membro da Sociedade Brasileira de Psicanálise de São Paulo.

vez que poucas enfermidades foram tão presentes no último século quanto à depressão, principalmente no trabalho. Doença que pode estar ligada ao ritmo acelerado das médias e grandes cidades transformando a vida cotidiana da população.

Reiteramos que pela consulta realizada observamos que a literatura sobre suicídio é bastante vasta, e grande parte dessas pesquisas aborda os motivos que levam alguém a se matar e como prevenir a morte voluntária, ligando o suicídio quase sempre a distúrbios emocionais. É preciso chamar a sociedade a assumir parte da responsabilidade com os suicidados, efetuando discussão que permita compreender que os que buscam o suicídio estão motivados por razões aparentemente individuais. É preciso então compreender as sociedades nas quais estes indivíduos estão inseridos. A literatura a respeito do tema pode nos ajudar a compreender melhor a realidade.

### 2.3 O SUICÍDIO: UM MARX INSÓLITO

Sobre o Suicídio, texto de Marx publicado no Brasil em março de 2006, é composto de uma seleção e tradução de trechos de “Du suicide et ses causes” um capítulo das Memórias de Jacques Peuchet<sup>25</sup>. Originalmente publicado em 1846 em Bruxelas, com o título Peuchet: sobre o suicídio em uma revista proletária alemã, o texto se configura como “insólito” como afirma Michael Lövy<sup>26</sup>, em ensaio que acompanha o livro, pois retrata um

---

<sup>25</sup> Segundo Marx ( MARX, 2006, p. 22-24) Jacques Peuchet, nasceu em 1760 e atravessou de forma astuta o período da Revolução, ora sendo perseguido, ora trabalhando nos departamentos de administração e de polícia. Em 1800 publica *Géographie commerçante* e chama para si atenção de Bonaparte, o primeiro cônsul que o nomeou membro do Conseil de commerce et des arts. Em 1814, a Restauração fê-lo censor e durante os Cem Dias quando Napoleão volta a França, saído do exílio e retorna ao poder sendo derrotado em Waterloo, Peuchet se aposenta e com a restauração dos Bourbon, conquista o posto de arquivista da Prefeitura de Polícia de Paris. Entre suas muitas obras, a maior parte sobre economia, esta além da citada Geografia do Comércio, Estatística da França, a mais conhecida.

<sup>26</sup> Lövy assegura que o texto de Marx em todos os aspectos se distingue do restante de sua obra pois não se trata de uma peça escrita pelo próprio Marx, e sim composta na sua maior parte de excertos, traduzidos do alemão, de outro autor. O autor escolhido, não era economista, filósofo ou socialista, mas um antigo diretor dos Arquivos da polícia sob a Restauração. O texto do qual foram selecionadas os excertos, não é uma obra científica, mas uma coleção informal de incidentes e episódios, seguido de alguns comentários. ( LOVY, In. MARX, 2006, p.13)

Marx que trata da esfera da vida privada, do sofrimento da existência humana mediada pela propriedade e pelas relações de classe e principalmente da opressão familiar na sociedade capitalista.

Lövy considera que o texto de Marx se distingue do restante de sua produção, pois não se trata de um texto escrito pelo próprio Marx, mais composto em sua maior parte de excertos de outro autor, Jacques Peuchet, que não era economista, historiador ou filósofo, mas um antigo diretor dos Arquivos da Polícia de Paris durante o período da Restauração. O mais interessante é que Marx não introduziu qualquer distinção entre seus próprios comentários e os escritos de Peuchet.<sup>27</sup>

Lövy ao referir-se à escolha de Peuchet<sup>28</sup> por Marx assegura que

Um primeiro argumento para explicar essa escolha é sugerido pelo próprio Marx na introdução aos excertos: o valor da crítica social francesa às condições de vida moderna, sobretudo as relações privadas de propriedade e às relações familiares – “ em uma palavra, à vida privada”. Para empregar uma expressão atual, desconhecida de Marx: uma crítica social inspirada na compreensão de que o *privado é político*. (LÖVY, In. MARX, 2006, p.15)

Ao referir-se ao número de suicídios considerados como normal na sociedade, Marx afirma que o suicídio “deve ser considerado um sintoma da organização deficiente de nossa sociedade” (MARX, 2006, p. 24) e embora considere a miséria como a maior causa do suicídio, assegura que esse se encontra em todas as classes sociais e que “a diversidade das suas causas parece escapar à censura uniforme e insensível dos moralistas”. (MARX, 2006, p.24)

Desta forma o interesse de Marx pelo suicídio, parece estar relacionado muito mais pela crítica radical à sociedade burguesa do que sobre o suicídio como tal, uma vez que a

---

<sup>27</sup> Peuchet escreveu suas memórias já idoso, cujo material ele havia reunido em parte dos arquivos da polícia de Paris e de sua longa experiência na polícia e na administração, e só permitiu que eles viessem a público após sua morte, de modo que ninguém pudesse incluí-lo entre os “precipitados” socialistas e comunistas.(MARX, 2006, p.23)

<sup>28</sup> Lövy acredita que Marx não estava preocupada com o fato de o texto de Peuchet ter sido escrito em forma de memórias, uma vez que seu texto apresenta uma variante de qualidade literária, pois um de seus episódios inspirou O conde de Monte Cristo de Alexandre Dumas. (LOVY, In. MARX, 2006, p. 15)

crítica á sociedade burguesa não pode se limitar apenas a questão econômica, mas deve também assumir um amplo caráter social e ético incluindo todos os seus profundos e múltiplos aspectos opressivos. (LÖVY, in MARX, 2006, p.19)

Marx considera inepto pensar o suicídio como antinatural, uma vez que este é um comportamento que se consoma com enorme freqüência. Para ele

o suicídio não é de modo algum antinatural, pois diariamente somos suas testemunhas. O que é contra a natureza não acontece. Ao contrário, está na natureza de nossa sociedade gerar muitos suicídios. (...) As sociedades não geram todas, portanto, os mesmos produtos. (MARX, 2006, p.24)

Assim Marx questiona a própria humanidade como construção social, que se expressa em suas Teses sobre Feuerbach “a essência humana não é uma abstração inerente ao indivíduo isolado. Em sua realidade, é o conjunto das relações sociais”. (MARX, 2004, p.119). A importância dessa afirmação está na constatação de que a natureza humana não é abstrata, imutável, mas se expressa na relação dos homens em sociedade. Marx estabelece as relações existentes entre a vida privada e a estrutura da sociedade e analisa o suicídio como a máxima expressão de uma sociedade que necessita ser essencialmente transformada ou todas as tentativas de mudanças será inútil.

Sobre isto Marx destaca

Que tipo de sociedade é esta, em que se encontra a mais profunda solidão no seio de tantos milhões; em que se pode ser tomada por um desejo implacável de matar a si mesmo, sem que ninguém possa prevê-lo? Tal sociedade não é uma sociedade; ela é como diz Rousseau, uma selva, habitada por feras selvagens. (MARX, 2006, p. 28)

Marx relaciona várias motivações para os suicídios, entre estas os maus-tratos como fator dominante, as injustiças os castigos secretos que pais e superiores infringem as pessoas sob sua dependência. Seus escritos sobre o suicídio baseados em casos policiais de suicídios relatados por Peuchet, retratam o sofrimento que as estruturas familiares da

sociedade burguesa causam aos indivíduos, ou seja, a natureza tirana da família burguesa<sup>29</sup>. O suicídio busca assim explicação na natureza desumanizante da sociedade capitalista que atinge os indivíduos das diversas classes sociais. A verdadeira relação entre os indivíduos escreve Marx, ainda estão para ser criadas entre nós inteiramente, e o suicídio não é mais do que um entre mil e um sintomas da luta social geral, sempre percebida em fatos recentes, da qual tantos combatentes se retiram porque estão cansados de serem contados como vítimas ou porque se insurgem contra a idéia de assumir um lugar honroso entre os carrascos. (MARX, 2006, p.29)

Em 1846 quando os escritos de Marx sobre o suicídio foram publicados, este já havia escrito o Manuscrito Econômico e Filosófico (1844), e estava em processo de elaboração de seu materialismo histórico com A Ideologia Alemã (1845-1846), escrito em parceria com Engels. Podemos entender seu texto sobre suicídio, como forma inicial de análise da sociedade capitalista, procurando decifrar os movimentos da sociedade por meio das relações sociais. Este foco o diferencia de Durkheim que considerava os fatos sociais como coisas, e assim a sociedade pode ser analisada de acordo com os fenômenos da natureza, sendo necessário manter a ordem vigente, pois, a luta de classes expressa uma anormalidade nas relações sociais.

No Prefácio da *Contribuição à Crítica da Economia Política*, escrito em janeiro de 1859, Marx afirma que " A conclusão geral a que cheguei e que, uma vez adquirida, serviu de fio condutor dos meus estudos, pode formular-se, resumidamente, assim: na produção social da própria existência, os homens entram em relações determinadas, necessárias, independentes de sua vontade; relações de produção que correspondem a um determinado grau de desenvolvimento das forças produtivas materiais.

---

<sup>29</sup> Sobre o tema Marx afirma que as pessoas mais covardes, as mais incapazes de se contrapor, tornam-se intolerantes assim que podem lançar mão de sua autoridade absoluta de pessoas mais velhas. O mau uso dessa autoridade é igualmente uma compensação grosseira para o servilismo e a subordinação aos quais essas pessoas estão submetidas de bom ou de mal grado, na sociedade burguesa. (MARX, 2006, p.32)

O conjunto dessas relações de produção constitui a estrutura econômica da sociedade, a base concreta sobre a qual se eleva uma superestrutura jurídica e política e à qual correspondem formas sociais determinadas de consciência. O modo de produção da vida material condiciona o processo de vida social, política e intelectual. (MARX, 1983, p.24)

Desta forma o suicídio pode ser resultado das relações sociais estabelecidas pelo indivíduo na sociedade capitalista, revelando as mutações da individualidade na sociedade contemporânea. A expressão da tragédia imposta aos seres humanos pela submissão, opressão e injustiças sociais própria da sociedade burguesa, cujos efeitos são sentidos nas cidades, considerando que a cidade ocidental moderna constitui o local de produção e reprodução do capital, lugar de produção e reprodução das relações sociais desiguais próprias da sociedade atual.

O suicídio questiona a estrutura da sociedade e demonstra que provavelmente não pertencemos a uma sociedade saudável, sendo, por conseguinte importante refletir sobre o intenso processo de transformações econômicas, sociais, políticas e culturais que perpassam a sociedade contemporânea. É necessário considerar o caráter sócio-histórico do fenômeno do suicídio, que não deve ser apartado das diversas manifestações da questão social presentes em nossa sociedade e que se expressam por meio da violência, da miséria, exclusão, corrupção, autoritarismo, desemprego, entre outros, articulados a uma complexa rede de relações sociais.

A reflexão sobre as transformações recentes do espaço amazônico e suas implicações na dinâmica das cidades amazônica, especialmente Macapá, é necessária para entender a particularidade do fenômeno do suicídio nesta cidade.

### 3 O PROCESSO DE OCUPAÇÃO DO ESPAÇO AMAPAENSE NO CONTEXTO DA AMAZÔNIA

#### 3.1 AMAZÔNIA: TRANSFORMAÇÕES RECENTES E REORGANIZAÇÃO ESPACIAL

O processo de ocupação do espaço amapaense não pode ser compreendido fora do contexto de ocupação da Amazônia desde o início da colonização do Brasil, período em que a Amazônia foi disputada por grandes potências européias. Com a descoberta do rio Amazonas e a chegada das primeiras expedições, ingleses, franceses e holandeses já sabiam da existência de riquezas no “Novo Mundo” e estabeleceram colônias na região, preocupados com a exploração econômica que lhes tornasse possível a acumulação de riqueza. A colonização da Amazônia está, portanto ligada, as grandes navegações do século XV efetuada principalmente por portugueses e espanhóis e a expansão portuguesa no século XVII.

No início da ocupação pelos europeus, a região tinha como característica principal atividades extrativistas, e seu espaço era constituído por poucas transformações onde seus habitantes<sup>30</sup> só extraíam da natureza o necessário para subsistência. Com a intensificação da ocupação portuguesa<sup>31</sup> e a concretização do processo de aldeamento, os índios e mais tarde os negros, foram transformados em escravos responsáveis pela produção e acumulação de riquezas que eram destinadas essencialmente para exportação.

---

<sup>30</sup> Antes da colonização pelos europeus as sociedades indígenas organizavam seu espaço de forma a garantir sua subsistência. Sua forma de vida não permitia profundas transformações na natureza. A chegada dos portugueses impôs uma nova reorganização do espaço amazônico que atendia aos interesses do colonizador. O processo de escravização principalmente dos índios não foi efetuado de forma pacífica. Os índios empreendiam constantes fugas como estratégia de resistência o que trazia muitas dificuldades ao colonizador. Em 1955 foi elaborado por Mendonça Furtado irmão do Marques de Pombal, o documento intitulado Diretório dos Índios sob o pretexto de evitar a escravização, segregação e isolamento dos indígenas. O documento estabelece entre outras medidas o incentivo ao casamento dos colonos brancos com os índios, o que mostra a política de eliminação e exploração das nações indígenas pelo colonizador.

<sup>31</sup> A presença dos portugueses na Amazônia está relacionada ao movimento Bandeirante que proporcionou a expansão do domínio luso durante a União Ibérica. Na Amazônia os europeus já haviam fundado feitorias. O bandeirante Francisco Caldeira Castelo Branco após expulsar os franceses da região funda em 1616 o Forte do Presépio marco da fundação da cidade de Belém.

Os europeus tinham interesse nos produtos típicos da região, como ervas aromáticas, plantas medicinais, cacau, canela, baunilha, cravo, castanha e guaraná. Esses produtos recebiam o nome de “drogas do sertão” e eram consideradas especiarias na Europa, alcançando excelentes preços nesse período, e possuindo como mercados principais Portugal, Inglaterra, França e Holanda.

Coelho (1998, p.49) ao discorrer sobre a constituição do espaço amazônico no passado, pondera que as estruturas urbano-espaciais do século XVI até a primeira metade do século XX, desenvolveram-se ao longo de uma densa rede fluvial. A utilização pelos europeus dessa rede fluvial estimula ao longo das mesmas a criação de pequenos núcleos que serviam de entreposto comercial de venda de produtos de consumo imediato para a população local e compra de outros oriundos da atividade extrativa.

Assim as disparidades entre campo e cidade eram diminuídas pelas reduzidas funções urbanas. “No caso da Amazônia brasileira, a produção de especiarias e drogas do sertão, era conduzida para Belém, centro regional de função portuária, o único com aspecto de cidade.” (COELHO, 1998, p.48).

No final do século XIX e início do século XX a exploração da borracha se constitui como fase importante da atividade extrativa. Com a descoberta da impermeabilização por MacIntosh em 1823, e da vulcanização por Goodyear no mesmo ano, o látex foi elevado à matéria prima de categoria industrial<sup>32</sup>. Com a expansão do comércio da borracha, iniciava-se nova fase de ocupação da Amazônia onde “a chamada economia gomífera<sup>33</sup> apoiou-se, sobretudo, na exploração da força de trabalho da população cabocla e

---

<sup>32</sup> As indústrias nascentes dos pneumáticos e automobilísticos contribuíram também, para uma maior demanda de borracha com sua exploração por produtores autônomos já instalados na Amazônia, aos quais se somavam grandes levas de migrantes nordestinos, ocupando rios, igarapés e estruturando os seringais entre 1870 e 1912.(PORTO, 2003, p.65)

<sup>33</sup> Neste período foram criadas diversas ferrovias para melhoria do escoamento da produção, e entre estas a Estrada de Ferro Madeira - Mamoré, a Estrada de Ferro Bragantina e a Estrada de Ferro do Tocantins.

nordestina, teve diversas fases com crescimento e recuo, até a sua crise definitiva na primeira metade deste século”.(BRITO, 2001, p.119)

Desta forma a economia da borracha é responsável pela vinda para a região norte de uma expressiva migração de nordestinos e uma distribuição bastante desigual de renda entre os seringueiros e os seringalistas, com forte concentração da renda nas mãos dos seringalistas.

O período do auge da exploração da borracha foi assinalado por intensas transformações que afetaram sobremaneira as cidades amazônicas. O processo crescente de urbanização transformava os seringais em cidades e colaborava para o surgimento de novos núcleos urbanos. Coelho (1998, p.48) reafirma que durante a economia da borracha proliferam-se os núcleos ao longo dos rios, mantidos como eixo espacial da economia. Para a autora

Os núcleos ou povoados (pequenas aglomerações urbanas) eram polarizadas secundariamente, pela cidade de Manaus e primazmente pela cidade de Belém, que apresentavam ritmos altos de crescimento populacional. Começava a se fazer sentir as diferenças entre campo e cidades amazônicas. (COELHO, 1998, p.49)

A elite composta pelos barões da borracha estabelece um novo modo de vida, baseado em idéias importadas da Europa. Vive-se o período da Belle Époque<sup>34</sup> onde as idéias européias serviam para atender a elite da região e assim os benefícios trazidos pelas mudanças não atinge toda a população. A imensa riqueza proveniente da borracha cria uma classe abastada de um lado e uma imensa multidão de miseráveis composta por trabalhadores dos seringais, que desenvolviam suas atividade em regime de semi-escravidão, de outro.

Em 1910 o Brasil exportou o equivalente a 50% da produção nacional, e em 1911 a cotação da borracha entra em queda devido ao baixo preço oferecido pelo sudeste asiático. Segundo Daniel Brito, a crise da produção de borracha não legou à região qualquer estrutura

---

<sup>34</sup> Refere-se a um período que foi marcado por construções urbanas de grande beleza tais como palacetes, praças, igrejas, parques, bosques, teatros, cinemas, escolas, bibliotecas, jornais etc. São deste época o Teatro da Paz em Belém e o Teatro Amazonas em Manaus.

econômica que tornasse possível implantar o processo de acumulação a partir de um outro setor econômico. Na sua reflexão, a falência da atividade exacerba a necessidade de atuação do poder público para a implementação de uma política regional de desenvolvimento da Amazônia. Brito assegura que a situação deixava claro o desequilíbrio geográfico do desenvolvimento econômico. (BRITO, 2001, p.131)

Para Coelho com o declínio da borracha, as cidades e núcleos urbanos foram repetidamente descritas como em processo de decadência associadas a ausência de economia urbana que lhes movimentasse a vida e às economias rurais pouco dinâmicas fundamentadas em atividade de subsistência e extrativista de baixo valor comercial. (COELHO, 1998, p.49)

A decadência da borracha freia o crescimento da maioria das cidades e encerra um ciclo econômico importante da história da Amazônia. Após esse ciclo a região mergulha em uma fase de estagnação econômica que durou aproximadamente 30 anos. A Revolução de 30<sup>35</sup> inicia a modificação desse isolamento, principalmente a partir de 1940/1950, para depois garantir o fortalecimento da ocupação de grande parte da região na década de 1970.

A ocupação recente da Amazônia tem se caracterizado pela implantação de grandes projetos públicos e particulares, fruto da articulação dos governos com o grande capital. Em 1953 foi criada a Superintendência do Plano de Valorização da Amazônia – SPEVEA, órgão que visava o incentivo a implantação de infra-estrutura na Amazônia sendo

a exploração do manganês no Amapá a primeira atividade a receber tais incentivos, com a construção da estrada de ferra Serra do Navio - Macapá e a implantação do porto de Santana a fim de garantir o fornecimento desse minério a siderurgia norte-americana. (PORTO, 2003, p.67)

Lúcio Flávio Pinto sobre a criação da SPEVEA, o primeiro órgão de planejamento regional do Brasil, afirma que neste período o Brasil já sabia que a Amazônia valia bastante, mas não sabia exatamente os componentes desse valor. Segundo ele a SPVEA foi inspirada na

---

<sup>35</sup> O movimento de 30 diz respeito às lutas no interior da classe dominante, e embora estivessem envolvidos no conflito s interesses da classe dominante, estes eram apresentados como pertencentes ao conjunto da população.. Essa visão “revolucionária” foi elaborada por Getúlio e seus seguidores

experiência da TVA (Tennessee Valley Authority) a agência de desenvolvimento para o vale do Tennessee, nos Estados Unidos, e encarou a Amazônia como um país dentro do país, a ele ligado por fracas relações econômicas e mesmo físicas. O autor analisa que “os critérios técnicos da SPVEA foram progressivamente sendo substituídos pelos critérios das alianças” políticas, dos compromissos fisiológicos. (PINTO, 1997, p141)

Com a crise política e econômica dos anos 60 e o Golpe de 1964, possibilitando a chegada dos militares ao poder, foi dada prioridade para a ocupação da região por meio da denominada “Operação Amazônia”<sup>36</sup>. Segundo Brito este fato marcou um redimensionamento da estratégia de modernização econômica do país, e

em regiões onde a acumulação ainda estava subordinada ao capital mercantil apoiado em formas de produção pré e não capitalistas – como especialmente na Amazônia – os instrumentos a disposição do governo foram largamente utilizados como meios de intervenção para impor uma nova política de desenvolvimento. (BRITO, 2001, p.148)

Utilizando as idéias de segurança nacional e defesa da soberania, os governos militares estabeleceram uma política que objetivava a garantia do “progresso” para a Amazônia e para isso era necessário desenvolver a região. Sob este pretexto era preciso atrair para a Amazônia grandes investidores detentores de capital e tecnologia capazes de garantir o desenvolvimento da região. “A incorporação da Amazônia ao modelo sócio-político adotado pelas burguesias (...) se fez sob o duplo signo da industrialização atrelada a dinâmica das economias capitalistas centrais e da Doutrina de Segurança Nacional”. (HÉBETTE, 1989, p.8)

Como parte desta estratégia de integração da região, foi lançada a “Operação Amazônia” uma série de medidas que daria um novo rumo ao processo de desenvolvimento da região. Deste modo, foi criada em 1966 em substituição a SPEVEA, a Superintendência de

---

<sup>36</sup> A efetivação dessa política veio com a criação do banco da Amazônia – BASA, e a Superintendência de desenvolvimento da Amazônia – SUDAM. O BASA estava ligado diretamente as ações governamentais como agente financeiros, administrando os recursos oriundos tanto de repasses do Orçamento Geral da União para a Amazônia como dos fundos de investimento privado (FIPAM). A SUDAM, a concepção de autarquia dava-lhe uma substancial liberdade para elaborar e gerir os planos de desenvolvimento. Através dela o governo federal concentraria todas as suas ações na região. ( BRITO, 2001, p.152)

Desenvolvimento da Amazônia - SUDAM, com o objetivo de coordenar os programas e planos destinados a Amazônia e decidir sobre a política de incentivos fiscais e de créditos. Analisando o fato, Lúcio Flavio Pinto conclui que a SUDAM acaba com a visão autárquica, de aproximação lenta, do status regional especial. Agora a integração era compulsória, acelerada. (PINTO, 1997, p.145)

A criação da SUDAM permite a instalação de empresas na região, atraídas pelos incentivos fiscais e recebimento de recursos públicos para viabilizar seus projetos de implantação. Desta forma a estratégia de ocupação durante o Governo Militar se fundamentou na criação de incentivos fiscais à penetração do grande capital nacional e internacional por meio de vantagens fiscais e implantação de infra-estrutura.

Segundo Porto, a partir da década de 1970, a intervenção do Estado muda completamente a face sócio-econômica e ambiental da região Norte, devido ao intenso fluxo migratório e a urbanização, diversificação produtiva e sua integração à economia nacional. “Nesta mesma década ocorreram: a ampliação de atividades industriais em Belém e em Manaus, a implantação do Projeto Jarí,<sup>37</sup> do Plano de Integração Nacional, do Projeto Trombetas<sup>38</sup> e do Polamazônia e a extração de cassiterita em Rondônia. (PORTO, 2003, p71)

Analisando sobre o processo de ocupação recente de Amazônia, Jean Hébette assegura que o principal fundamento da associação desses dois termos segurança e desenvolvimento nos governos militares, era o espírito nacionalista que influenciava os discursos militares. ”Isto significava: a segurança da Nação repousa no capital,

---

<sup>37</sup> Lucio Flávio Pinto denuncia que a maior experiência de destruição da floresta na Amazônia foi efetuada pela Jarí. Segundo o autor Daniel Ludwig detestava o machado e métodos rústicos. A Jarí comprava 700 motosserras por ano. Era a maior cliente da Stihl na América do Sul. A Jarí chegou a mobilizar sete mil peões, no auge das derrubadas. Com todo esse exército chegou ao máximo de 12 mil hectares desmatados em um único ano. (PINTO, 1997, p.147)

<sup>38</sup> O mesmo autor sobre o Projeto Trombetas afirma que estamos nos tornando uma África Sul brasileira. Os contrastes são brutais. Na sede do projeto Trombetas onde foram investidos 700 milhões de dólares para criar a maior mina de bauxita do mundo, pode-se abrir a torneira e beber água, que vem tratada e fluoretada. Na sede do município, onde há 10 vezes mais habitantes, um surto de gastroenterite matou 12 pessoas num só ano porque a qualidade da água é péssima. Se na hidrelétrica de Tucuruí pode gastar-se 10 bilhões de dólares, a seis quilômetros dali o padrão de vida é africano. Se no topo da serra de Carajás há qualidade de vida, no pé da serra a realidade é de séculos atrás. (PINTO, 1997, p.151)

independentemente de sua origem geográfica; e a ameaça à Nação emana da organização dos trabalhadores. (HÉBETTE, 1989, p.8) Segundo o autor isso fica claro quando o governo Castelo Branco abre as portas do país ao capital estrangeiro, para pesquisa e exploração de seus recursos naturais.

Na verdade, havia tempo que o capital estrangeiro pesquisava, clandestinamente, na Amazônia, levantando e mapeando seus recursos. Passou então a fazê-lo com respaldo na lei, abertamente até com subvenção da Nação; enquanto isso, o Estado equipava-se para fazê-lo articuladamente, investindo na modernização de suas estruturas e de seus equipamentos de pesquisa. (HÉBETTE, 1989, p.9)

A abertura oficial da Amazônia ao capital internacional, atrai para a região os interesses de grandes de empresas e projetos ligados a extração e industrialização de minérios, cuja principal referência foi o Programa Grande Carajás. Esses projetos foram viabilizados graças às facilidades concedidas aos grandes proprietários pela SUDAM.

Em uma análise desse processo, Daniel Brito assevera que na década de 1970, com a implantação dos Planos Nacionais de desenvolvimento – PNDs - a SUDAM deixa de assumir de forma isolada o planejamento da política de desenvolvimento regional, e se inclui a estratégia global do planejamento de desenvolvimento nacional. O autor ressalta ainda que o II PND representou para o governo militar o passo decisivo na direção do “Brasil Grande Potencia”, onde estava estabelecida a idéia de que os investimentos deveriam ser conduzidos para Grandes Projetos na indústria de aço e indústria química, projetos de extração de matérias primas, de produção de energia e de infra-estrutura de transporte.

No caso da Amazônia, o Plano define os Grandes Projetos para a Amazônia Oriental, voltados principalmente para a extração mineral efetivados pelo Projeto Grande Carajás. (BRITO, 1997, p.155-156). A área de atuação do PGC<sup>39</sup> corresponde a 895.265 Km<sup>2</sup>

---

<sup>39</sup> O projeto Grande Carajás surgiu com o objetivo de explorar um potencial de 18 bilhões de toneladas de ferro, 10 milhões de toneladas de cobre, 45 milhões de toneladas bauxita e outros minerais, necessitando-se da implantação de uma infraestrutura especial para a exploração desse mineral. Como parte dessa infraestrutura o Governo federal, em 1978, inicia a construção da Usina de Tucuruí (PA) para fornecer energia aos pólos de

e compreendem terras pertencentes aos estados do Pará, Maranhão, e Tocantins e inclui os projetos da Usina Hidrelétrica de Tucuruí, o projeto Ferro Carajás, Projeto Albrás-Alunorte, projeto Alumar e Projeto Trombetas. Articulados pela Companhia Vale do Rio Doce – CVRD, estes empreendimentos, já na fase de sua implantação, passam a ter enorme peso na sócio - economia local, influenciando um intenso movimento migratório para a região

Carneiro reforça, que por meio do PGC a Amazônia irá desempenhar um novo papel na especialização internacional do trabalho, “ de exportadora de recursos naturais em bruto, passa agora a adicional algum nível de transformação a esses produtos, agregando mão-de-obra e energia. (CARNEIRO,1989, p.154). O autor analisa que por traz dos pretensos objetivos que se relacionam com o desenvolvimento da região amazônica, divulgados por meio dos discursos oficiais, estão encobertos interesses que privilegiam o modelo nacional de crescimento, que é por natureza excludente e concentrador.

Nos anos 80, ainda utilizando o discurso da segurança e desenvolvimento nacional, foi criado o Projeto Calha Norte, com o objetivo de efetuar a ocupação da Amazônia Setentrional, e visando a criação de bases militares, postos de fiscalização de fronteira e aeroportos na região. Posteriormente o governo federal deu início à implantação do projeto SIVAM – Sistema de Vigilância da Amazônia, com objetivo de efetuar o controle do espaço aéreo.

Considerando que não é somente pelos grandes projetos que o espaço amazônico é constituído, é importante registrar as atividades tradicionais tais como a pesca e o garimpo. A esse respeito Daniel Brito mostra que o número de garimpeiros na década de 1960 era de 10 mil, e passou a 240 mil na década de 1980. ”Os interesses do Estado voltaram-se para a mineração, como uma forma de atrair divisas rápidas para o país (...) não havendo qualquer política para disciplinar o garimpo.

---

alumínio em Barcarena (ALBRAS-ALUNORTE); construiu-se a estrada de ferro que liga Carajás a Itaqui (MAO, por onde é feito o transporte do minério de ferro até o Porto da Madeira, em São Luiz – MA, sendo a Vale do Rio Doce a controladora da mina de ferro e da ferrovia.

As políticas de desenvolvimento implantadas na região, que reduz o desenvolvimento ao viés do crescimento econômico, foram incapazes que incluir a população da região reforçando a exclusão de grande parcela desta população, e promovendo um impacto negativo sobre o meio ambiente. Entre os problemas sociais, resultado das políticas de desenvolvimento para a Amazônia esta a urbanização acelerada, e o aumento da pobreza. “Pela primeira vez na história da Amazônia brasileira, em particular, a ocupação deixou de seguir o curso dos rios, para acompanhar as estradas”. (COELHO,1998, p.49). Segundo a autora o padrão de distribuição das cidades e povoados mudou. As cidades cresceram em número e população. Algumas emergiram com o processo de colonização, e outras espontaneamente na beira das estradas.

A intensa migração, tanto da área rural para a urbana, como proveniente de outras regiões, contribui para o aumento das cidades na Amazônia. Expropriados e empobrecidos, imensas populações se avolumam nas periferias das cidades. A ausência de expectativas, a concentração fundiária na área rural, proporciona a concentração populacional na área urbana.

O Estado que deveria garantir as necessidades de toda a sociedade, investe de forma desigual em equipamentos necessários a reprodução do capital e da força de trabalho, e garante a exclusão da maior parte da população, que além de não ter acesso a condições para a garantia de sua sobrevivência, não tem acesso a equipamentos de utilização coletiva como escolas, transporte, saneamento, postos de saúde, entre outras.

É visível a segregação do espaço urbano e a desigualdade sócio - econômica das cidades. As precárias condições de vida dos trabalhadores, relativo a habitação, transporte, saneamento, etc., populações estas que habitam as distantes periferias das cidades, contrastam com espaços dinâmicos e modernos demonstrando um desequilíbrio na ocupação do espaço urbano, incluindo ainda as dimensões da estética e da beleza, a devastação do meio ambiente urbano, o desemprego, o crescimento da violência entre outras questões.

Com a urbanização, em lugar da superação da oposição cidade/campo, ocorre uma dupla deterioração onde na cidade explode em periferias e o campo se decompõe, surgindo as favelas e grandes metrópoles “o urbano, portanto, continua uma abstração, um outro lugar, uma utopia.(...) o rural, deteriorado, sujo, invade a sociedade inteira. É que a natureza, destruída, se subtrai à base dessa sociedade ilusoriamente satisfeita..”(LEFEBVRE,2001, p.168). O desenvolvimento da tecnologia de informática e da comunicação torna o espaço urbano mais complexo e constituem um dos suportes das novas redes informacionais. Desta forma emergem novas formas de relações sociais nas cidades onde a comunicação em rede por meio do computador altera a geografia social e modifica a relação com o espaço e o tempo, reconfigurando a vida das cidades e se constituindo como uma verdadeira urbanização virtual. O denominado ciberespaço representa a expressão da reestruturação territorial do novo regime de acumulação do capital sob o signo da sociedade capitalista em rede, uma nova dimensão do espaço geográfico e exige uma nova reconfiguração da cidade.

Lefebvre ao analisar a cidade revela que esta contém

..populações excedentes, satélites da grande industria, “serviços” de todo tipo (dos melhores aos piores). Sem esquecer os aparelhos administrativos e políticos, os burocratas e os dirigentes, a burguesia e seus séqüitos. É assim que a cidade e a sociedade caminham juntas, se confundem, pois que a cidade recebe no seu seio, como “capital”, o próprio poder capitalista, o Estado. Nesse quadro se opera a distribuição dos recursos da sociedade, prodigiosa mistura de cálculo sórdido e de desperdício insensato. (LEFEBVRE, 2001, p.152)

Os efeitos da denominada nova ordem mundial são sentidos nas cidades, considerando que a cidade ocidental moderna constitui o local de produção e reprodução do capital, lugar de produção e reprodução das relações sociais desiguais próprias da sociedade atual. Desta forma, a urbanização induz à conseqüências complexas. Machado (1998, p. 55) reafirma que com inchaço das cidades amazônicas, a população passa a conviver com problemas de moradia, transporte, saúde, educação, trabalho e segurança.

Machado, sobre a insalubridade do ambiente das cidades, afirma que “a falta de perspectivas e as carências a que são submetidos os egressos da área rural e seus descendentes, propiciam o surgimento das patologias sociais expressíveis na violência, no suicídio, na droga, na deterioração de valores de convivência.” (MACHADO, 1998, p.55)

Esse quadro revela o crescimento da desigualdade cada vez mais presente nas cidades amazônicas, e a exacerbação da questão social, como a face mais cruel do capitalismo contemporâneo. As transformações contemporâneas, que corresponde a uma racionalidade e a um desencantamento do mundo, atualizando o que é considerado por Weber (2005) como a ausência de valores que sirvam de referencia para a ação dos homens. Para ele se antes as religiões interpretavam racionalmente o mundo dando-lhe um sentido, hoje o homem se encontra diante de um vazio, de um mundo sem sentido, pautado no avanço tecnológico.

É certo que Weber não interpreta o desencantamento como decepção, mas como miséria simbólica. As reflexões deste autor sobre o desencantamento do mundo ou do homem com o mundo são relevantes, todavia existe nelas uma tendência a dar centralidade ao subjetivismo nos afastando da hipótese, cuja materialidade da existência determina os processos subjetivos.

Num mundo sem encanto e sem sentido onde prevalece o individualismo, o suicídio pode ser a expressão radical de uma crise de despersonalização, numa sociedade que valoriza o capital em detrimento da vida.

### 3.2 O PROCESSO DE OCUPAÇÃO DO ESPAÇO AMAPAENSE

As cidades, cuja característica mais marcante é a diversidade, lugar de sonhos, cores, ritmos, sinais, movimentos, sentimentos, é também lugar da reprodução do capital e da cultura dominante, segregando grande parte dos trabalhadores à pobreza e exclusão. A cidade

portanto, não é apenas uma unidade geográfica, mas uma unidade econômica que expressa a marca do capitalismo contemporâneo, onde o bem estar da maioria é relegado em favor de uma minoria, revelando a natureza seletiva desse processo de desenvolvimento econômico. Desta forma, para entender a prática do suicídio na cidade de Macapá, é necessário considerar o contexto em que está cidade, enquanto parte da região amazônica, se desenvolveu, e o papel do Estado nesse processo.

A história da cidade de Macapá<sup>40</sup> está relacionada à defesa e fortificação das fronteiras do Brasil, e se deve a preocupação em garantir a fixação do homem em terras brasileiras, assegurando o domínio português. Assim como o restante da Amazônia, o Amapá faz parte da expansão portuguesa no final do século XVII, na América. Para garantir a ocupação e o domínio da Bacia Amazônica, a Coroa Portuguesa fixou efetivos militares, iniciando um débil povoamento agrícola para defender o território contra invasores ingleses, holandeses e particularmente os franceses.

O conflito na fronteira entre Portugal e França era constante, apesar dos dois países terem assinado vários tratados, entre esses o Tratado de Utrecht,<sup>41</sup> de 1713, havendo a ameaça dos franceses em tomar posse das terras amapaenses. Uma comissão de arbitragem que se reuniu em Genebra, garantiu a posse definitiva ao Brasil em 1763, e inicialmente a região foi incorporada ao estado do Pará com o nome de Araguari.

Com a posse de Francisco Xavier de Mendonça Furtado como governador do Estado do Grão Pará e Maranhão, este, com o intuito de resolver a questão com os franceses,

---

<sup>40</sup> . Vocábulo de origem tupi, uma variação da macapaba que na língua dos índios significa lugar de abundância da bacaba, fruto gorduroso originário da bacabeira, palmeira nativa da região de onde se tira um suco acinzentado. Macapá é a capital do Estado do Amapá e está localizada no norte do Brasil e se limita ao norte com a Guiana Francesa, a oeste, sul e sudeste com o Estado do Pará, a leste com o oceano Atlântico, e a noroeste com o Suriname. É o único Estado da Federação que possui como fronteira um território europeu, a Guiana Francesa. Os índios Tucujús foram os primeiros habitantes do atual município de Macapá e em 1748 D. João Rei de Portugal denominou a região de terra dos Tucujús. (MORAIS & MORAIS, 2005)

<sup>41</sup> Assinado no dia 11 de abril de 1713, determinava que o rio Oiapoque seria o limite entre Brasil e a Guiana Francesa, proibia toda e qualquer relação mercantil dos colonos lusos com os franceses. (MORAIS, ROSARIO, MORAIS, 2003, p.48)

solicitou a o Rei D. João a construção da fortaleza de São José de Macapá.<sup>42</sup> Em 1764 a obra foi iniciada no governo do governador do Grão Pará e Maranhão Ataíde Teive. A construção da fortaleza<sup>43</sup> possibilita ainda a construção do primeiro núcleo do povoamento, e em 1751, Mendonça Furtado manda buscar para ocupar o povoamento, soldados e colonos da ilha dos Açores.

“Cabe ressaltar também que as fortificações implantadas no Amapá serviriam para assegurar os interesses de Portugal sobre a área, pois o potencial de exploração mineral, o ouro em particular, foi um dos fatores que motivou discórdias e conflitos entre a Coroa Portuguesa e a França na delimitação da fronteira. (SANTOS, 2005, p.9)

Segundo Santos, a ocupação das terras amapaenses foi fundamental no período colonial, no projeto geopolítico lusitano para a Amazônia. A principal preocupação dos portugueses era defender a região contra os franceses que ao serem expulsos do Maranhão se instalaram na Ilha do Maracá, no litoral amapaense. (SANTOS, 2005, p.11) Em 04 de fevereiro de 1758 foi fundada a Vila de São José de Macapá<sup>44</sup>, mas só foi elevada a categoria de cidade em 1856, e até a década de 1940 não recebeu atenção ou efeitos de qualquer programa administrativo.

A colonização da região era uma preocupação da coroa portuguesa que em 1769, transfere por decisão do Marques de Pombal, e autorizada pelo rei D. José I, 136 famílias da Mauritânia no Marrocos, norte da África para a região do Amapá, desativando a Mazagão

---

<sup>42</sup> Do início do projeto até a sua inauguração decorreram 18 anos. A mão de obra era composta pela corporação do exército, incluindo capatazes, engenheiros, mestres de ofício, além da mão de obra escrava, representada em sua maior parte por índios capturados oficialmente na região, e de negros africanos. Os índios eram utilizados basicamente no transporte de pedras em canoas da região do rio Pedreiras para o local onde se constrói o forte. (MORAIS, ROSARIO, MORAIS, 2003, p.27)

<sup>43</sup> Foram implantados no Amapá o Forte do Torrego na região do rio Manacapuru, Forte Felipe, em 1629, levantado pelos ingleses entre os rios Matapi e Anairapucu e Amazonas, Fortim de Maiacaré, em 1648?, pelos holandeses entre os rios Maiacará e cassiporé, Fortaleza de Santo Antonio de Macapaá, 1688, construída pelos portugueses, Forte de Araguari, 1797?, no Araguari – Amapá, Forte do rio Cariri, 1728,? a margem direita do rio Coripi, Forte do cabo Norte ou Vicente Pinzón, 1777, construído pelos franceses as margens do rio Macari. (FREITAS, apud SANTOS, 2005, p.11)

<sup>44</sup> . Macapá é a capital do Estado do Amapá e está localizada no norte do Brasil e se limita ao norte com a Guiana Francesa, a oeste, sul e sudeste com o Estado do Pará, a leste com o oceano Atlântico, e a noroeste com o Suriname. É o único Estado da Federação que possui como fronteira um território europeu, a Guiana Francesa. Os índios Tucujús foram os primeiros habitantes do atual município de Macapá e em 1748 D. João Rei de Portugal denominou a região de terra dos Tucujús. Em 1761, foi inaugurada a Igreja de São José de Macapá.

Africana, lugar de disputa entre portugueses cristãos e árabes muçulmanos, e originando a Vila Nova do Mazagão, hoje cidade de Mazagão Velho. (MORAIS, ROSARIO, MORAIS, 2003; SANTOS, 2005)

O conflito entre portugueses e franceses foi constante na história amapaense. Após a independência do Brasil os franceses tornam a reivindicar a posse das terras localizadas entre os rios Araguari e Oiapoque, e como o conflito não foi resolvido, em 1841 a região passa a ser administrada por um representante brasileiro e outro francês. Essa questão ficou conhecida como Contestado Franco-Brasileiro.

A esse respeito Santos destaca que, a desorganização política e econômica da área do Contestado, o torna espaço da constituição de movimentos separatistas. Um exemplo é o movimento conhecido como Republica do Cunani<sup>45</sup> liderado por um aventureiro francês conhecido como Jules Gros, em 1885. (SANTOS, 2005) (MORAIS, ROSÁRIO, MORAIS, 2003) Esse fato está relacionado a descoberta de ouro no século XIX, no Calçoene, que faz crescer as disputas territoriais que culmina com a invasão dos franceses. A invasão da Vila do Espírito Santo em 1895 pelos franceses de Caiena, é considerada como um dos acontecimentos históricos mais importantes da história do Amapá.<sup>46</sup>

---

<sup>45</sup> A partir do século XIX, a região do contestado – pelo seu isolamento e riquezas naturais – atraiu escravos fugitivos, criminosos, aventureiros brasileiros e estrangeiros, que trabalhavam nos garimpos e fundavam povoados. Em 1885, um grupo de aventureiros brasileiros e franceses da Guiana, liderados por Jules Gros fundou a República do Cunani independente na área que compreendia o Contestado. Jules Gros foi eleito para presidir a nova república com cargo vitalício, e criou a bandeira da nova República. A proclamação deste Estado em solo amazônico teve repercussão nos órgãos de comunicação da época, nacional e paraense, criticando a iniciativa de Jules Gros. A principal crítica se baseava na violação da região do Contestado o que coloca a França em situação delicada por estar infringindo um acordo de neutralização com os brasileiros. Desta forma não teve outra alternativa se não desaproveitar o episódio, e em 1887 extingue a república. (MORAIS, ROSÁRIO, MORAIS, 2003. P83-84)

<sup>46</sup> Cabralzinho é considerado o herói do Amapá., mas existem dúvidas se ele de fato matou o capitão Lunier que comandava os franceses. De acordo com Moraes, dados históricos registram que Cabralzinho ( membro do Triunvirato instalado do Amapá, visando reagir a medidas adotadas pelos franceses com relação ao minas de ouro) havia mandado prender Trajano que apesar de brasileiro havia sido nomeado por Caiena, Governador de Cunani, e adotava medidas que desagradava aos amapaenses desrespeitando a autoridade do triunvirato e perseguindo mineradores brasileiros. Trajano resiste e é trazido a força para o Amapá. Lunier comandava o grupo que foi ao Amapá para libertar Trajano. Ao chegar a cidade procura Cabralzinho em sua casa travando discussão, onde foi desarmado e morto. Após tiroteio travado entre os poucos soldados brasileiros e a tropa francesa, os brasileiros sem munição se refugiam na mata. Os franceses promovem uma verdadeira chacina na Vila contra a população. Por depoimentos colhidos por historiadores amapaenses com pessoas que vivenciaram

O conflito entre brasileiros e franceses, decorrente da exploração aurífera e da expansão da pecuária na Guiana Francesa ficou conhecida como “A Questão do Amapá”, é foi solucionada por acordo internacional a favor do Brasil, arbitrado pelo Presidente suíço Walter Hauser e, na defesa da proposta brasileira o Barão do Rio Branco, em 1900.(PORTO, 2003, p.108)

### 3.3 CRIAÇÃO DO TERRITÓRIO FEDERAL E REORGANIZAÇÃO DO ESPAÇO AMAPAENSE

Como já afirmamos anteriormente a ocupação da Amazônia aconteceu efetivamente, com o “Ciclo da Borracha” no final do século XIX e início do século XX. Esta atividade gerou a primeira grande corrente migratória nacional do nordeste para o norte, tendo grande impacto sócio-econômico em toda a região, incluindo a região do atual estado do Amapá. Com o fim do ciclo da borracha a Amazônia e o Amapá entraram em profunda depressão econômica e decadência que durou em torno de 30 anos. Até o início do século XX a ocupação do Amapá se resumia ao interesse em efetuar a guarda da fronteira sem a preocupação com sua exploração produtiva, e as atividades econômicas estavam ligadas ao extrativismo vegetal na região do Jarí.

Em 1943, numa tentativa de apoiar o desenvolvimento da região, o governo federal desvincula a região do Estado do Pará e a transforma em Território Federal com o nome de Amapá, com capital em Macapá, alterando a dinâmica do espaço amapaense.<sup>47</sup>

---

os fatos ( caso de Inês Valeriana Magave em entrevista a Osvaldino Raiol, ela tinha 8 anos quando o fato ocorreu) é possível que tenha sido um morador que matou Lunier. Raiol citado por Moraes et all, destaca que o fato atinge dimensão nacional porque foi divulgado pelo Diário de Notícias, jornal do qual Cabralzinho era sócio. (MORAIS, ROSARIO, MORAIS, 1003, P.93-96)

<sup>47</sup> . Em 31 de maio de 1944, Macapá foi promovida a capital do estado do Amapá, sendo a única capital brasileira que está situada à margem esquerda do Rio Amazonas e é cortada pela linha do equador.

Apoiado na ideologia da “segurança nacional” e na preocupação com a ocupação da Amazônia, o governo Vargas apóia sua política na criação de Territórios Federais. Desta forma a criação do Território Federal do Amapá, tutelado pelo Governo Federal, como área de Segurança Nacional sob o controle direto dos Ministérios da Marinha e Interior, proporciona um novo fluxo migratório para a região, sendo um importante fator para a compreensão do atual estado de crescimento populacional do Estado do Amapá. Sobre a criação dos Territórios Federais, Porto analisa que

a diminuição da produção e da comercialização da borracha e a preocupação com a proteção de regiões fronteiriças que apresentassem o chamado vazio demográfico, levaram à criação de um mecanismo, em 1943, visando a ocupação dessas regiões e que permitisse ao Governo Federal atuar com amplos poderes de decisão, à luz da Constituição de 1937: os Territórios Federais. (PORTO, 2003, p.85)

Para Santos este fato altera a dinâmica do espaço amapaense, por meio da apropriação de seus recursos naturais por grandes grupos econômicos, favorecidos pela política de valorização e desenvolvimento da Amazônia, primeiramente adotada pela SPVEA, e depois pela SUDAM em 1966. (SANTOS, 2005, p.24)

Nos anos 1950 e 1960, a descoberta do manganês em Serra do Navio, possibilitou a implantação de um grande projeto econômico que mobiliza populações de outros locais a se deslocar para a região. O projeto de manganês do Amapá, embora não tenha sido consequência de uma política de desenvolvimento de âmbito nacional, como ocorreu na década de 1970, quando o segundo Plano Nacional de Desenvolvimento (II PND) definiu a implantação dos grandes projetos, foi um evento de grande importância para a Amazônia e significou a primeira tentativa de mudança na estrutura econômica, política e social da região. (BRITO, 1994). É considerado um projeto pioneiro de exploração mineral de grande porte na Amazônia.

Implantada de acordo com a organização da grande indústria moderna, a mineração do manganês foi responsável pela introdução de uma relação de produção baseada no trabalho

assalariado, articulando interesses no sentido de organizar outro padrão de acumulação tendo como resultado a quebra das estruturas não-capitalistas (BRITO, 1994), provocando ainda deslocamento de mão-de-obra e contribuindo consideravelmente para o aumento da população do Território.

A história demográfica do Estado do Amapá não difere, significativamente, dos demais estados da federação brasileira, em particular daqueles que integram a Região Amazônica onde a ocupação do espaço, sempre esteve ligada à exploração de seus recursos naturais. O contrato de exploração realizado com a Indústria de Comércio de Minérios S/A<sup>48</sup> - ICOMI do grupo Bethlehem Steel em 1957 com uma duração de 50 anos, permite a instalação do complexo de exploração mineral para atender indústrias siderúrgicas do Brasil, Europa e Estados Unidos, e trazendo impactos sócio-econômicos profundos para o Território Federal do Amapá.

Os desequilíbrios provocados com a implantação do projeto são evidentes, entre esses o crescimento populacional. De uma população de 2.500 habitantes na década de 1940, o estado passa para 37 mil em 1950, e 68 mil em 1960. (BRITO, 1994) (SANTOS, 2005). Para garantir a exploração do minério de manganês a ICOMI implantou infraestrutura que conta com a construção de vilas residenciais em Santana (transformada em município) e Serra do Navio, construção do Porto de Santana e da estrada de ferro que liga a mina ao porto. "A instalação da ICOMI marcou o início da produção industrial e extrativa na Amazônia, com a venda do minério voltada ao mercado norte-americano, com apoio financeiro da rede bancária e creditícia regional e empréstimos internacionais."(PORTO,2003.p.121)

---

<sup>48</sup> . Segundo SANTOS (2005) apresentaram-se para a concorrência de exploração do manganês duas empresas americanas e uma pequena empresa brasileira, a ICOMI, e surpreendentemente o governo brasileiro optou por esta, que após vencer a concorrência vendeu 49% de suas ações a Bethlehem Steel. O governo brasileiro autorizou a concessão de exploração do manganês por 50 anos, período de 1953 a 2003.

A implantação do projeto de mineração no Amapá, assim como dos outros implantados depois, tem como característica básica a intervenção do Estado como articulador, regulamentador e o principal apoio para a implantação de uma nova ordem de produção.

Entre os outros empreendimentos econômicos importantes para a organização do espaço amapaense, está a empresa Amapá Agricultura e Indústria S/A – BRUMASA, indústria de compensados que funcionou até 1990, a Companhia Dendê do Amapá S/A – CODEPA, e a Amapá Florestal e Celulose S/A – AMCEL, ambas empresas do Grupo CAEMI. Segundo Santos, a CODEPA empresa criada pelo grupo CAEMI em 1981 no município de Porto Grande, com o objetivo de produzir óleo de dendê para o mercado brasileiro, foi adquirida pelo grupo Champion Papel e Celulose Ltda, indústria de papel e celulose. Além do impacto provocado pelo desmatamento em área do cerrado, esteve envolvida na prática do trabalho escravo, denunciado em 1999 pela Comissão Pastoral da terra. (SANTOS, 2005, p.44)

O Grupo CAEMI também controlava a ICOMI, e adquiriu em 1991 o controle da Caulim da Amazônia S/A, ligada ao projeto Jari, hoje CADAM, produtora e exportadora de caulim para revestimentos de papéis, localizada na divisa dos estados do Amapá e Pará.

Nos anos 1970, o Estado brasileiro vive a euforia do “milagre econômico” e assume a postura de realização de grandes obras. No Amapá isso ocorre com a construção da Transamazônica (hoje praticamente abandonada) a Perimetral Norte, a garimpagem e o Projeto Jari.

Brito (2001, p.193) ressalta que as negociações do governo militar com o empresário Daniel Keith Ludwig que levaram à criação do projeto Jari,<sup>49</sup> iniciam em 1966. O projeto foi instalado em uma área de 1.632.121 hectares, na divisa dos estados do Pará e

---

<sup>49</sup> O investimento inicial do Projeto Jari era de US\$ 750 milhões de dólares, dos quais apenas US\$ 175 (cerca de 23,33% foram investidos diretamente pelo empreendedor; o restante, US\$ 575 milhões, eram empréstimos externos viabilizados com o aval do Banco do Brasil e do BNDS. (BRITO, 2001, p.194)

Amapá. A área, que iria das proximidades da cidade de Mazagão no Amapá, até a área do Cajari, ultrapassava o rio Jarí, indo até o rio Parú no Pará, e inicialmente era voltada para a produção de arroz nas terras de várzea do rio Amazonas, e para a plantação da “gmelina arbórea”, árvore de origem asiática que seria mais eficiente do que o eucalipto e o pinho, utilizado para a produção de celulose.

O projeto Jarí que estava voltado ainda para produzir celulose, pecuária e extração de caulim e bauxita, foi um dos projetos de maior mobilidade de capital e mão-de-obra do antigo Território Federal. A população de Monte Dourado (no vizinho Estado do Pará) passou de 3 mil para 50 mil habitantes no final dos anos 1970. Outra realidade danosa foi a favela que se formou no entorno do projeto: a Vila do Beiradão, considerada a maior favela da Amazônia, hoje transformada no município de Laranjal do Jarí com cerca de 25.000 habitantes. (LIMA, 1999).

Em 1979, o projeto começa a mostrar indícios de inviabilidade. Entre os motivos está o fracasso da plantação da gmelina arborea , que seria utilizada na fabricação de celulose e o precário abastecimento energético. Neste caso, Brito destaca a forma como o Estado protege o capital. Segundo o autor “quando o projeto começa a enfrentar problemas, o estado assume o risco e o capital sai ileso” (BRITO, 2001, p.194)

Em 1982 o Estado assume a dívida do empreendimento e “indeniza” Ludwig com a quantia de US\$ 80 milhões de dólares e, por meio do Banco do Brasil e BNDS, coloca mais de US\$ 200 milhões de dólares para cobrir dívidas deixadas por este. Assume o projeto um consórcio liderado por Azevedo Antunes, dono do Grupo CAEMI. Em 1999 o grupo ORSA<sup>50</sup>, de São Paulo, um dos maiores fabricantes de celulose e papel para embalagens, adquiriu o controle acionário da Jarí Celulose e Jari Florestal e detém a posse das terras do projeto Jarí, concedidas pelo governo federal.

---

<sup>50</sup> A ORSA, por meio da Jari Celulose pretende construir a Hidrelétrica de Santo Antonio do Jarí para abastecimento próprio, na divisa do Pará com o Amapá.

A implantação destes projetos enquanto empreendimento do grande capital no Território trouxe conseqüências negativas. A ICOMI que encerrou suas atividades em 1998, alegando à exaustão do minério de manganês, o que não alterou a seqüência produtiva da indústria siderúrgica, mas para o Amapá ficaram conseqüências sociais e ambientais.

Na Serra do Navio, o encerramento de atividade da empresa deixou um prejuízo ambiental muito grande, com a descaracterização da topografia e agressão aos ecossistemas florestal e aquático. A ICOMI praticamente abandonou suas atividades e não recuperou as áreas degradadas descumprindo a legislação vigente. Notícia veiculada no Jornal Diário de Amapá em outubro de 2004 informa que as empresas Santana Holding Ltda, Brasfina Participações Ltda e Empreendimentos Meridional que controlavam as ações da ICOMI, autorizaram a alienação de suas ações à Alto Tocantins Mineração Ltda, pelo preço de R\$ 1,00, e ainda emprestaram em torno de 7 milhões de reais para que a Alto Tocantins aumentasse seu capital no futuro.

Dentre os graves impactos ambientais causados pela ICOMI está a possível contaminação da área portuária do município de Santana e comunidade do Elesbão com arsênio<sup>51</sup>, elemento químico encontrado no manganês pelotizado (SANTOS, 2005). Outras conseqüências dizem respeito ao município de Santana, cidade que surgiu ao redor do porto de exportação de manganês, e que tem índices altíssimos de consumo de drogas e de prostituição entre a população juvenil e infantil.

Recentemente instalou-se no Amapá a empresa Sólida Siderurgia, empresa de Minas Gerais, que atua no setor de mineração e no setor internacional de importação exportação do minério de ferro. A empresa se instalou em 2003 nos municípios de Tartarugalzinho e Ferreira Gomes, com o objetivo de produzir e exportar o ferro gusa. Com pretensões de resolver os problemas do estado e prometendo geração de 400 empregos, a

---

<sup>51</sup> . O arsênio é um elemento químico encontrado na natureza em baixas concentrações. Todos os seus compostos são venenosos, e é facilmente absorvido pelo intestino e pulmão distribuindo-se em todos os tecidos do organismo. Apresenta efeito cumulativo sendo classificado como cancerígeno. (Ver SANTOS, 2005)

empresa com menos de um ano de instalação, foi alvo de denúncias por parte de Comissão Pastoral da Terra, e acusada de incentivar o desmatamento em larga escala para a produção do carvão vegetal, utilizado na fabricação do ferro-gusa.

O mais interessante é que, apesar do carvão vegetal ser uma atividade de grande impacto ambiental e pequeno impacto econômico, a empresa se fixou na cidade com o aval do Estado, que parecia apostar no discurso do crescimento do setor industrial e geração de empregos. Em 2006, a empresa sai do estado sem explicação, e deixa cerca de 300 desempregados e muitas dívidas e dúvidas.

É importante questionar, qual era o real interesse da empresa no Amapá? Porque se retirou do Estado se apresentava projeto para investir em 5 anos cerca de US\$ 20 milhões de dólares em exportação do ferro gusa?

A partir de 2004 se instalou no Estado, nos municípios de Pedra Branca do Amapari e Serra do Navio, a mineradora Pedra Branca do Amapari. Substituindo a maior mineradora do mundo na exploração do ouro, a Anglogold, que não deu certo no controle do empreendimento, o Projeto Amapari representa a mais recente investida do grande capital, visando a exploração de recursos minerais no Estado.

Um aspecto importante a ser destacado é a expansão recente do cultivo da soja no cerrado amapaense, levantando questionamentos sobre suas implicações sócio-ambientais, uma vez que a atividade é vista como concentradora de terra e renda. Em fase inicial no Amapá, porém já existe suspeita de que boa parte desse cultivo está ocorrendo irregularmente em terras da União que vêm sendo sistematicamente alvo de grilagem. (SANTOS, 2005)

Como o Estado do Amapá domina apenas 11,37% do seu território já que a maior parte está sob a responsabilidade da União, existe uma mobilização política de setores vinculados ao plantio da soja, que pressionam a União para o repasse imediato do controle das terras para o Estado, estabelecendo uma disputa pelo território amapaense.

### 3.4 A CIDADE DE MACAPÁ: A URBANIZAÇÃO DA POBREZA

A partir da transformação do Amapá em Estado, de acordo com a Constituição Federal de 1988, ocorreram substanciais mudanças na dinâmica espacial do Estado. No entanto, processos de fragmentação do espaço já eram públicos como estratégia de poder, criando-se então em 1987 mais quatro municípios<sup>52</sup>. A Constituição Estadual de 1992, através de plebiscito, fragmenta ainda mais o espaço amapaense criando outros seis municípios.<sup>53</sup> O estado do Amapá possui atualmente 16<sup>54</sup> municípios, sendo Macapá a capital do estado, o município mais importante.

É importante lembrar que a criação de novos municípios também se constitui como estratégia de fragmentação do poder no plano espacial, verificando-se que isto satisfaz os interesses das elites que dominam o poder político, já que passam a ter novos “currais eleitorais”.<sup>55</sup>(SANTOS,2005)

Logo em seguida, em 1991, dá-se a implantação da Zona de Livre Comércio de Macapá e Santana, o que motivou um intenso fluxo migratório, não mais apenas do campo para a cidade como antes, mais entre cidades, transformando o Estado em um novo pólo de migração na Amazônia. A ALCMS é juridicamente controlada pela Superintendência da Zona Franca de Manaus (SUFRAMA) e possui suspensão de Imposto de Importação (II), e do Imposto sobre produtos Industrializados (IPI), sobre as mercadorias que nela entram.

A ALCMS enquanto estratégia de inserção da economia amapaense na nova dinâmica da economia de mercado, não se consolidou e deve servir para aumentar ainda mais a faixa de lucro dos donos de empresas. A população da cidade não se beneficia do

---

<sup>52</sup> .Em 1987 foram criados os municípios de Santana, Tartarugalzinho, Ferreira Gomes e Laranjal do Jarí.

<sup>53</sup> .Em 1992 foram criados os municípios de Amapari, Serra do Navio, Cutias do Araguari, Porto Grande, Itaubal do Piriri e Pracuúba.

<sup>54</sup> A capital Macapá, Mazagão, Amapá, Oiapoque, Calçoene, Tartarugalzinho, Ferreira Gomes, Santana, Porto Grande, Cutias, Itaubal, Pedra Branca do Amapari, Serra do Navio, Laranjal do Jarí, Pracuúda e Vitória do Jarí.

<sup>55</sup> .Dos municípios criados nas últimas décadas, boa parte possuía menos de 5.000 habitantes no ato de sua criação e arrecadava em imposto menos de 3% de sua receita total. (Ver SANTOS,2005)

empreendimento, nem mesmo da possibilidade da compra de mercadorias de boa qualidade e baixo custo. O que se observa é a oferta de mercadorias de qualidade duvidosa, importadas da China.

A implantação da ALCMS fomentou o crescimento populacional do Amapá tendo como resultado desse recente processo de ocupação da região, a urbanização que ocorreu em ritmo intenso e acelerado, introduzindo profundas mudanças na estrutura da cidade. Em 1980 a população de Macapá segundo o IBGE era de 137.451 habitantes, e passa para 234.083 em 1997. Registra-se neste ano uma taxa de urbanização de 87,14%. A cidade perde seu ar bucólico, modifica sua temporalidade, muda seus valores e se defronta com o agravamento da pobreza e desigualdade.

A pesquisa realizada pela Diocese de Macapá em 1995, intitulada Realidade Migratória em Macapá e Santana,<sup>56</sup> mostra a regulamentação da ALCMS como a causa principal do intenso processo migratório que atinge os dois municípios. Foram ouvidos 1650 moradores de 21 bairros periféricos cujos dados mostram que 76% eram migrantes e destes 55% vieram para o Estado nos anos 1993 e 1994, pouco depois da implantação da ALCMS.

Esta realidade é provável que tenha estabelecido um novo padrão de comportamento, o que nos leva a questionar sobre o modelo de desenvolvimento que vem sendo implementado no Amapá e na Amazônia com o apoio dos Poderes Públicos, e que se expressa por meio de processo de ocupação da região com os denominados Grandes Projetos, socialmente excludentes e que exploram os recursos naturais de forma predatória. Vale ressaltar, que o espaço é produto das relações sociais, e “o modo de produção da vida material condiciona o desenvolvimento da vida social, política e intelectual em geral.” (MARX, 1983, p.24).

---

<sup>56</sup> A pesquisa demonstra que 44% das casas pesquisadas não tinham água encanada, e 58,6 não tinham poço, e 47% das moradias estavam localizadas em terrenos sem documentação legal. O motivo da vida para o estado do Amapá era a busca por um emprego e 51,07% dos entrevistados citam a possibilidade de emprego devido a ALCMS.

Lefebvre, utilizando esta definição de Marx citada acima, afirma que é a produção de coisas, de idéias e de ideologias, de consciência e de conhecimento, de ilusões e de verdades, das representações, da linguagem. Produção no sentido amplo, envolvendo desde a ciência e a arte, tempo, espaço, relações entre os homens, história, acontecimentos, instituições, apropria sociedade, a cidade, o Estado, e finaliza de forma categórica, em uma única palavra: tudo. (LEFEBVRE, 2001, p37)

A concentração de pobreza em determinadas áreas periféricas dos principais municípios do Amapá, Macapá, Santana e Laranjal do Jarí, evidencia as afirmações dos autores e o aumento das tensões que se expressam pela violência, exploração sexual, tráfico e uso de drogas, surgimento de favelas, aumento do número de crianças nas ruas, da prática de delitos por adolescentes e suicídios.

A Amazônia, em função da sua forçada integração na divisão internacional do trabalho sofreu nas últimas décadas um acelerado processo de urbanização. É provável que esse fato seja reflexo de um processo migratório onde a população proveniente de outras regiões principalmente do Nordeste migra para a região amazônica, pois não conseguem se estabelecer no espaço rural devido a concentração fundiária existente, e a falta de estrutura da economia rural, incapaz de absorver a mão de obra sempre crescente. Ocorre que as cidades amazônicas não possuem condições nem do ponto de vista de empregos, como de infraestrutura urbana, para absorver tal demanda.

Com uma população de 615.715 segundo estimativas do IBGE (2006), entre 1991 e 1996 o Estado do Amapá teve um crescimento populacional de 5.3% ao ano, passando de 289 mil para 430 mil pessoas. Mais da metade deste crescimento decorre de migração proveniente principalmente, do Pará, Maranhão e Ceará de acordo com o IBGE (2000). É importante referir que foi o crescimento do número de imigrantes oriundos da própria região Norte que contribuiu para o referido crescimento, e um grande número destes imigrantes é representado

por populações residentes nas ilhas paraenses próximas a foz do Amazonas, que migram para Macapá em busca dos supostos benefícios propiciados pela infraestrutura que julgam existir.

Situando-se entre os estados que mais crescem no país, entre 1991 e 2000, seu crescimento demográfico subiu para 5,7% ao ano (IBGE, 2000), a mesma taxa no Brasil foi de 1,64% e na região norte de 2,86%. Apesar disso, a densidade populacional ainda é uma das menores do Brasil, e a maioria da população está concentrada na capital Macapá, cuja densidade demográfica é de 43.36 habitantes por Km<sup>2</sup> (IBGE 2000). Entre 1970 e 2000, segundo o IBGE, a população urbana cresceu mais que a população total com taxas correspondentes ao dobro da média do país, passando de 35,7% para 89%.

A ausência de políticas públicas comprometidas com a valorização da área rural conduz a população a conviver com a inexistência e ineficiência de serviços de saúde, educação, falta de emprego, etc. O rural invade o urbano de forma intensa, em um processo que rompe a relação metabólica do homem com a natureza, e provoca a diminuição das expectativas na área rural. Excluídos no seu local de origem, migram para Macapá e passam a fazer parte da multidão de excluídos na cidade.

A capital do Estado Macapá, com uma população de 368.367 habitantes (IBGE, 2006), cuja expansão demográfica se consolida pelo crescimento acentuado do processo migratório e do êxodo rural, culminando com a ocupação desordenada de áreas periféricas e insalubres e, conseqüentemente, o surgimento dos cinturões de miséria, agudizando a chamada questão social enquanto a manifestação da contradição capital/trabalho, cujas expressões como a favelização, ocupações fora da legalidade, criminalidade e desemprego, entre outras, estão ligadas ao desenvolvimento da cidade.

É importante destacar a provável periferização principalmente dos migrantes espoliados, que ocupam as áreas de ressacas que corta praticamente toda área urbana da capital Macapá, e que apesar de protegidas por Lei vem sofrendo acentuado processo de

degradação, que compromete a funcionalidade dos ecossistemas e a própria qualidade de vida de seus moradores.

A ocupação das ressacas<sup>57</sup> acontece em Macapá em torno das décadas de 1980 e 1990, e provoca a contaminação do lençol freático. Essa é na maioria dos casos a única opção para o estabelecimento da moradia, demonstrando a ineficiência do Estado e Município na fiscalização desse ecossistema, aliada a preocupação com a elaboração de política que priorize a habitação e possibilite a fixação das pessoas em terra firme.

Como a coleta de lixo é precária, os moradores jogam o lixo doméstico em qualquer lugar. O lixo vai se acumulando no rio em baixo das casas e colabora para o aparecimento de ratos e insetos responsáveis por várias doenças, e pelos constantes alagamentos na cidade em épocas de chuvas intensas. (Ver anexos)

O Amapá é um estado pobre, a agricultura e a pecuária, tem pequena participação na economia que está centrada no extrativismo vegetal (castanha-do-pará, palmito e madeira) e mineral (manganês, ouro, caulim e granito). A pesca se destaca como uma importante atividade no Estado, cujo processo produtivo predominante é o artesanal, mas o potencial pesqueiro é inadequadamente utilizado. Com a instalação da ALCMS o setor terciário sofreu certa dinamização, mas o aumento do desemprego vem contribuindo para o crescimento do comércio informal no Estado. É o caso do comércio ambulante que a exemplo da maioria das capitais brasileiras, passa a ser um fenômeno onipresente no espaço urbano amapaense.

A primeira pesquisa sobre Economia Informal Urbana realizada em 1997 concluiu que 61% das empresas não estão licenciadas pelo estado ou município, e 91% não são filiadas a sindicatos ou órgão de classe e nem possuem constituição jurídica. O setor de prestação de serviços como bancos, escolas, hospitais, e repartições públicas, merece destaque, pois, os

---

<sup>57</sup> Segundo SANTOS (2005), as ressacas são bacias de acumulação d'água influenciadas pelo regime das marés, rios e drenagem fluviais, que apresentam significativa composição florística e fauna bastante diversificada.

salários do funcionalismo público ainda são os que “aquecem” o fraco mercado local. (SANTOS, 2005).

Macapá depende do repasse de recursos públicos, e grande parte da receita do Estado vem do Governo Federal através de convênios, principalmente para as áreas de educação, saúde e segurança pública. Os poucos recursos destinados a investimentos, porém, é concentrado na capital, o que deixa a população do interior desassistida, e é um dos aspectos que colabora para o êxodo rural.

Macapá apresenta sérios problemas de infra-estrutura nas áreas de comunicação e transportes, uma vez que o isolamento geográfico da cidade (separada do resto do país pelo Rio Amazonas) não permite a ligação rodoviária com o restante do Brasil, e dos 2 mil Km de rodovias, apenas 222 Km, são pavimentadas. Atualmente existe um movimento no sentido do asfaltamento da BR 156 que liga a capital Macapá ao Laranjal do Jarí e Oiapoque<sup>58</sup>.

O asfaltamento é defendido como um benefício para todos os habitantes da região, mas na verdade o grande beneficiário é o grande capital, uma vez que o asfaltamento é visto como positivo pelos grandes investidores privados principalmente franceses. Desta forma o governo francês pressiona o governo brasileiro para que efetue o asfaltamento da BR 156.

O isolamento traz conseqüências em todos os níveis, no econômico, político cultural e social. Como o estado não produz gêneros de primeira necessidade, o isolamento geográfico proporciona o aumento do custo de vida já que o abastecimento da cidade é totalmente dependente da produção de outros centros urbanos.

O exemplo da realidade brasileira, o município de Macapá possui uma cultura política marcada pelo autoritarismo uma vez que o Estado foi dirigido pelos militares até a década de 1990, e elegeu um militar como primeiro governador, e só elegeu um governador

---

<sup>58</sup> Município situado ao norte do Estado e que faz fronteira com a Guiana Francesa, uma parte da União Européia na América.

civil a pouco mais de dez anos. A *autocracia burguesa*<sup>59</sup> representada pelo regime militar influenciou comportamentos e talvez seja um dos motivos de certa subserviência da população.

O Estado não tem um projeto econômico consistente e é visto pelo capital mundial pela produção mineral e vegetal, como fornecedor de recursos vegetais e minerais. Assim é importante questionar como é possível que haja acumulação de uma minoria ( e há ) se o estado não produz e o consumo é incipiente? Porque não se questiona de onde vem a acumulação de capital da elite local? A transformação do Território em Estado do Amapá provavelmente acentuou a característica de Estado dependente e paternalista, que como parte da sociedade brasileira, a corrupção de Estado parece ser considerada como algo natural, que é próprio do valor político, é algo aceitável, mas mesmo assim, denuncia a existência de privilégios e monopólios no setor público, que cria a possibilidade de apropriação indevida de recursos públicos.

A cidade de Macapá possui oficialmente 52 bairros, a maioria de criação recente na zona periférica da cidade possuindo carência de infra-estrutura e deficiência de serviços como a saúde, educação, moradia, trabalho, segurança, lazer, sistema de transporte deficiente, ruas sem asfaltamento, buracos, gerando uma precária condição de vida. “A infra-estrutura urbana é insuficiente, o esgoto sanitário das casas não recebe nenhum tratamento, a energia elétrica é obtida de maneira clandestina (chamada de gato)”. (REGINENSI, 2002, p.12)

Na área das políticas públicas se observa a fragilidade institucional do Estado para realizar a gestão dos recursos públicos e planejar a ação governamental. O Plano Plurianual 2004/2007 não apresenta propostas detalhadas que atendam as demandas dos setores que historicamente vem sendo desassistidos pelo Estado, mas propostas que incluem os setores inseridos no mercado internacional como a agroindústria, pecuária e o setor pesqueiro.

---

<sup>59</sup> Ver NETTO, José Paulo. Ditadura e Serviço Social. São Paulo: Cortez, 2004.

Com relação às políticas sociais é patente a contradição entre o discurso do Governo do Amapá<sup>60</sup> e a garantia do direito da população a atendimento nas áreas da saúde, educação, trabalho, assistência social, e outros. As políticas sociais são residuais, focalizadas, de baixa qualidade e muitas vezes oferecidas como “favor” principalmente em períodos eleitorais, efetivadoras da negação do direito. A fragilidade dos programas de atendimento aos trabalhadores e suas famílias reforçam a questão da incompatibilidade existente entre capitalismo e cidadania, sendo inexecutável sujeitar o mercado no sentido de particularizar a cidadania.

Todos estes fatores contribuem para a falta de perspectiva dimensionada pelo isolamento geográfico e carências a que são submetidos os habitantes da cidade que exacerbam as diversas manifestações da violência entre estas, o suicídio.

A cidade ainda convive com processos que a primeira vista parece original e autêntico, como a economia popular, basicamente extrativista ou de processo elaborativo simples. Podemos citar como exemplo o açaí. O produto é colhido de forma não industrial nas ilhas que ficam em frente à cidade de Macapá, e a colheita e o transporte é regulado pelo ciclo das marés, e a comercialização é efetuada na feira localizada na margem do rio Amazonas em frente à cidade. Essa prática possui um aspecto que a diferencia, já que o açaí não é vendido para a industrialização da polpa, mas para o consumo da população.

Convém, porém ressaltar que essa prática parece se manter muito mais como prática marginalizada, fora dos processos formais de produção, do que propriamente como uma opção, uma prática que se mantém pela exclusão, que ainda não interessa ao capital.

Processo semelhante é provável que ocorra com o Marabaixo uma das mais vivas manifestações da cultura amapaense, que nasce com os negros remanescentes dos quilombos. Ritual que era praticado pelos negros que foram trazidos pelos portugueses vindos da

---

<sup>60</sup> O discurso oficial do Governo do Amapá presente inclusive na propaganda governamental é *Desenvolvimento com Justiça Social*.

Mazagão africana, no início da colonização da cidade de Macapá, assunto já explicitado nos itens anteriores deste trabalho. Um ritual que compõe várias festas católicas populares em oito comunidades negras da área metropolitana de Macapá e Santana. Acontece em louvor à Santíssima Trindade e ao Divino Espírito Santo, nos bairros da Favela e Laguinho.

Símbolo da identidade do povo amapaense, uma espécie de confraternização coletiva, e uma forma de conviver com novas práticas e valores próprios da urbanização e da modernidade. Uma estratégia de resistência que se mantém pelo processo de exclusão, pela marginalização do processo produtivo.

O que subsiste de original e tradicional é a auto-consciência de grupo, o sentimento de pertença, de fazer parte, de carregar a responsabilidade de transmitir as próximas gerações, algo que a cultura da troca, do imediato e do consumo dificilmente permite. Em Macapá a formação étnica é constituída pelo predomínio de índios e negros, destacando-se a comunidade remanescente do Quilombo de Curiaú,<sup>61</sup> distante 12 quilômetros da capital Macapá com população de 538 habitantes em uma área 3.268,94 ha. Essa localidade é também onde mais comumente se pratica o Marabaixo.<sup>62</sup>

---

<sup>61</sup> O Curiaú é um distrito pertencente ao município de Macapá. É considerado um sítio histórico e ecológico, cuja população é constituída de negros remanescentes de escravos que formaram um quilombo, fugindo dos maus tratos que foram submetidos durante a construção da Fortaleza de São José. O Distrito é constituído de duas comunidades: Curiaú de Dentro e Curiaú de Fora - formadas por várias famílias ligadas entre si por laços de sangue e afinidade. Sua principal atividade é a prática de uma agricultura de subsistência, e o extrativismo vegetal e animal. A Vila do Curiaú está localizada a 8 Km de Macapá e se lança no Amazonas, localização esta de fundamental importância histórica. Um decreto de 1992 criou a APA (Área de Proteção Ambiental) do Rio Curiaú, com uma área geográfica de 23 mil hectares, abrangendo importantes ecossistemas da região, como as florestas e campos de várzea e cerrado.

<sup>62</sup> Em Macapá os bairros do Laguinho e Favela também conservam fortes tradições do Marabaixo, existindo uma espécie de calendário oficial do Marabaixo, que começa no domingo de Páscoa, no bairro do Laguinho em Macapá. Depois da missa na igreja São Benedito, o Marabaixo é dançado de manhã e a tarde na casa do festeiro. Cindo semanas depois da Páscoa, num sábado, é feita a chamada “Cortação do Mastro”, onde os participantes cortam o mastro e guardam para o dia seguinte, quando acontece o “domingo do mastro”, e munidos com bandeiras do Divino Espírito Santo e da Santíssima Trindade, vão buscar o mastro, dançando, e cantando. A dança é basicamente efetuada pelas mulheres ao redor do salão, e os homens que resolvem dançar, o fazem pólo lado de fora da roda. Os mais velhos asseguram que a dança do Marabaixo é coisa para mulher, como sinal de respeito tanto para com os santos como para com as próprias dançadeiras.

Já afirmamos anteriormente que uma particularidade marcante da recente ocupação demográfica do espaço macapaense diz respeito à urbanização intensa e acelerada. O processo migratório e o crescimento da população urbana alteraram o tamanho da cidade não só quantitativamente, mas o fenômeno urbano pode provocar uma infinidade de problemas inclusive em nível da sobrevivência humana. Estudar o fenômeno urbano deve traduzir-se no estudo das relações entre os homens, já que o espaço urbano é produzido pela ação humana.

A cidade é a expressão do antagonismo e da desigualdade. Lugar onde as pessoas vivem sua cotidianidade e espaço de produção e reprodução da desigualdade e pobreza. Os habitantes da cidade vivenciam e sofrem os problemas urbanos relativos à água, esgoto, poluição, desemprego, violência, etc.

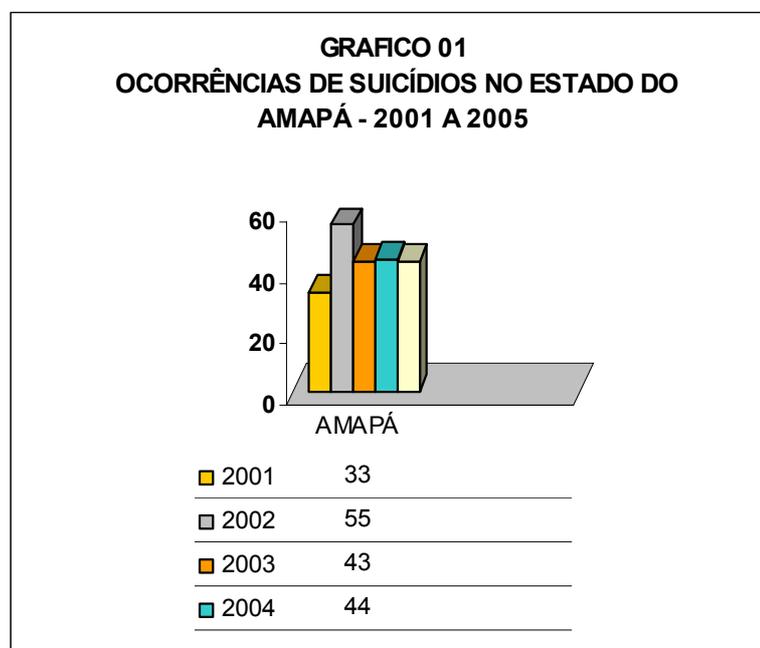
A cidade de Macapá deixou para trás algumas características que a caracterizava como uma cidade pequena. A cidade perdeu grande parte de seu aspecto de cidade simples e bucólica, e convive com os problemas próprios do denominado fenômeno urbano. Com a migração, o espaço amapaense adquiriu nova dinâmica representada pela constituição de diversos bairros periféricos com pouca ou nenhuma infra-estrutura. A população pobre é quem fica mais exposta aos riscos decorrentes da localização de suas residências e da constituição de suas moradias. Entre as manifestações da questão social na cidade está o fenômeno do suicídio.

O estudo sobre a vulnerabilidade dos jovens brasileiros intitulado Mapa da Violência IV – Os jovens do Brasil,<sup>63</sup> lançado em 2004 e editado pela UNESCO, utiliza dados de 1993 a 2002 e demonstra que o Amapá mais que triplicou os números de suicídios entre a

---

<sup>63</sup> Os dados comprovam que entre os países o primeiro em número de suicídios entre a população total com 44,1/100.000 habitantes é a Lituânia, seguida da Federação Russa com 39,4, da Bielorrússia com 34,9 e da Letônia com 32,4 mortes a cada 100.000 habitantes. Entre os jovens a Federação russa detêm o primeiro lugar com 33,7, Lituânia com 29,5 e Kazaquistão com 27,1. O Egito possui somente 0,1 mortes a cada 100.000 habitantes.

população total e quadruplicou entre os jovens na faixa de 15 a 25 anos. O estado ocupava em 1993 o 12º lugar no ranking nacional, e em 2002 passa para o quinto lugar.



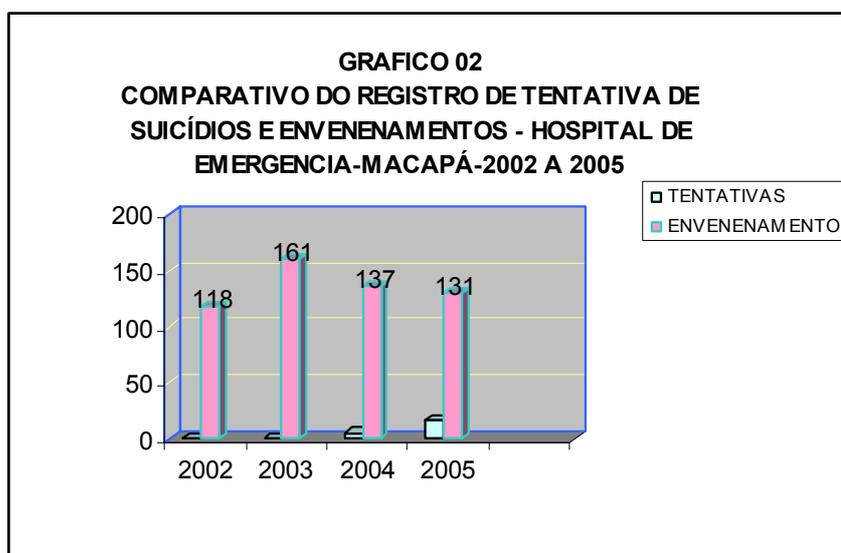
**FONTE: Polícia Técnica e Científica**

O gráfico acima demonstra dados colhidos no Departamento de Polícia Técnica e Científica, mostrando que no ano de 2001, 33 pessoas cometeram o suicídio no Amapá, o equivalente a 6,87 mortes por 100 mil habitantes, seguido de 55 em 2002 (10,55 mortes por 100 mil habitantes), e 46 em 2003 (8,67 mortes por 100 mil habitantes), seguido de 44 mortes em 2004, e 43 em 2005. No Brasil no ano de 2002 registrou-se taxa de suicídios de 4,4 mortes por 100 mil habitantes. O suicídio entre a população total no Brasil cresceu mais do que entre os jovens. No Amapá verificamos uma situação diferenciada, onde o número de suicídios entre os jovens teve um aumento em 2002 de 400%, acima do verificado na população total, já sendo considerado pelo Ministério da Saúde como um problema de saúde pública como já mencionamos anteriormente.

Dados da Organização Mundial de Saúde – OMS - revelam que o número de suicídios freqüentemente é subestimado. A extensão varia de acordo com o país dependendo

principalmente da maneira como o suicídio é registrado. As razões do não registro incluem estigmas, fatores políticos e sociais. Não existem registros mundiais oficiais de tentativas de suicídio e apenas 25% das pessoas que tentam o suicídio buscam cuidados médicos.

Entendemos, porém, como necessário que se tenha precaução no uso de dados em razão das taxas serem definidas em número de mortes por 100 mil habitantes. Quando esses dados estão relacionados a cidades pequenas, é preciso cautela para interpretar as estatísticas de forma correta e cuidadosa. A OMS sugere a utilização de números absolutos para populações abaixo de 250 mil habitantes uma vez que poucas mortes podem influenciar radicalmente a taxa de suicídios. Devemos considerar na comparação entre estados e países os procedimentos de registro de dados sobre mortalidade e a proporção entre população absoluta e relativa Segundo o Ministério da Saúde, no Amapá as tentativas de suicídio são de sete a dez vezes maiores que os óbitos. O gráfico abaixo mostra os registros de tentativas de suicídios e envenenamentos efetuados no Hospital de Emergência em Macapá nos anos de 2002 a 2005.



**FONTE: Arquivo Médico e Estatístico/2006**

De acordo com informações colhidas no Arquivo Médico, os dados são retirados do Boletim de Produtividade Ambulatorial – BPA – uma espécie de ficha de registro da entrada do paciente no sistema que é preenchida pelo médico, ficando na responsabilidade

desde atestar se foi tentativa de suicídio ou outra causa. Desta forma, a maioria dos casos de tentativas por envenenamentos, são registrados como envenenamento, e não como tentativa de suicídio. De acordo com o chefe do setor de Arquivo existem poucos casos de envenenamento acidentais, a maioria pode ser caracterizada como tentativa de suicídio.

Segundo o Serviço de Psicologia do referido Hospital, quando se trata de tentativas de suicídios, as mulheres são a maioria. Em um total de 78 casos atendidos pelo referido serviço no período de 2003 a 2007, 50 foram do sexo feminino e 28 do masculino, cuja faixa etária de maior concentração está entre 12 a 29 anos com um total de 65 casos. Estes dados são importantes para compreender porque que o número de mortes é maior entre os homens. É provável que as mulheres morram menos, pois, tentam o suicídio com métodos menos agressivos como o envenenamento, e com maior chance de ineficácia. De certa forma o veneno faz parte do universo feminino estando associado a relação doméstica, sendo o sexo determinante para definir papéis e comportamentos. Os homens ao contrário utilizam métodos agressivos e letais como o enforcamento, o que pode demonstrar ligação com valores masculinos que se expressa pela agressividade e forma de socialização mais objetiva.

. Vivemos uma época cuja evidência de uma crise global generalizada pode levar a uma alteração das relações humanas e a despersonalização do homem contemporâneo.

Compreender o suicídio como uma questão de cunho individual e particular colabora de certa forma para um descaso da sociedade para com o fenômeno. A escassez de pesquisas nesta área revela que é preciso aprofundar o tema e contribuir para discutir uma realidade assustadora que demanda atenção, mas cuja prevenção não é uma tarefa fácil. É preciso chamar atenção dos poderes públicos locais e da sociedade para assumir a responsabilidade com a questão.

Os dados do Serviço de Psicologia do Hospital de Emergência apontam como principal motivo de tentativas de suicídio, os conflitos familiares. Dos 78 casos já

anteriormente mencionados, 49 alegaram conflitos familiares tais como separações, decepção amorosa, adoção, etc. Os outros motivos, apesar de não terem sido incluídos pelo serviço de psicologia nos dados relativos a conflitos familiares, têm relação com a questão. É o caso dos motivos que se referem a depressão, drogas e álcool, dificuldades financeiras, abuso sexual por pessoa da família etc.

Destarte, os dados revelam a necessidade de analisar as relações entre a constituição das famílias e as grandes transformações societárias, o que será efetuada no próximo capítulo.

## IV O SUICÍDIO NA CIDADE DE MACAPÁ

### 4.1 O PROCESSO DE CONSTITUIÇÃO DA FAMÍLIA

Os dados coletados por meio da pesquisa de campo indicam a necessidade de um exame atencioso que relacione as profundas transformações contemporâneas e os reflexos na vida das famílias e dos indivíduos. Tais transformações operaram mudanças estruturais nos padrões familiares tradicionais que foram substituídos por formas alternativas.

A família passou por transformações através dos tempos, e para compreender a constituição da família na sociedade contemporânea, é necessário resgatar a historicidade das formas de organização familiares. Marx por meio do materialismo histórico, explicava a história das sociedades humanas, em todas as épocas, através dos fatos materiais, essencialmente econômicos. Sob este aspecto é importante entender a família como produto de diferentes formas históricas de organização entre os homens.

Vale registrar a importante contribuição dada por Morgan ao conceber a família de acordo com seus estágios evolutivos de desenvolvimento que permitiu a constituição da família monogâmica como último estágio, o que vai influenciar a tese de Engels de que a família monogâmica é resultado do surgimento da propriedade privada, exprimindo a relação ocorrida entre as esferas do público e do privado a partir do desenvolvimento das forças produtivas. A idéia fundamental de Marx é de que as relações de produção determinam todas as outras relações que existem entre os homens na sua vida social, uma vez que “o modo de produção da vida material condiciona o desenvolvimento da vida social, política e intelectual em geral”. (MARX, 1983, p.24)

Arendt, analisando a dualidade clássica entre a esfera privada e a esfera pública<sup>64</sup> demonstra que na antiguidade ocidental o poder do dirigente da cidade era menor do que o poder absoluto que o chefe da família exercia sobre seus familiares e escravos, assegurando a manutenção da ordem doméstica. Esta desigualdade ocorria porque “o domínio absoluto e incontestado e a esfera pública propriamente dita eram mutuamente exclusivas”. (ARENDR, 1991, p.36)

Na esfera privada, o homem estava privado da mais importante das capacidades, a ação política. Isto porque havia uma clara distinção entre a esfera da vida privada relacionada à esfera da família, e a esfera da vida pública relacionada à política. A esfera política era baseada na vida política da polis e se efetivava pelo uso da palavra e de persuasão, e somente o homem que tivesse resolvido todos os assuntos da família poderia participar da vida política, onde reinava a liberdade e a igualdade.

Na vida privada, os homens viviam juntos subordinados por necessidades biológicas “a força compulsiva era a própria vida (...) a vida para sua manutenção individual e sobrevivência como vida da espécie, requer a companhia de outros”. (ARENDR, 1991, p. 40)

Arendt afirma que

A polis diferenciava-se da família pelo fato de somente conhecer “iguais”, ao passo que a família era o centro da mais severa desigualdade. Ser livre significava ao mesmo tempo não estar sujeito às necessidades da vida nem ao contrário de outro e também não comandar.(...) Assim, dentro da esfera da família, a liberdade não existia, pois o chefe da família, seu dominante, só era considerado livre na medida em que tinha a faculdade de deixar o lar e ingressar na esfera pública, onde todos eram iguais. (ARENDR, 1991, p.42)

Viver na esfera privada, significava estar privado de ser visto e ouvido por todos, ser destituído de coisas essenciais da vida política. A esfera privada era restrita ao lar e a

---

<sup>64</sup> O ser político, o viver numa polis, significava que tudo era decidido mediante palavras e persuasão, e não através da força ou violência. Para os gregos, forçar alguém mediante violência, ordenar ao invés de persuadir, eram modos pré-políticos de lidar com as pessoas, típicos da vida fora da polis, característicos do lar e da vida em família, na qual o chefe da casa imperava com poderes incontestados e despóticos, ou da vida nos impérios bárbaros da Ásia, cujo despotismo era frequentemente comparado a organização doméstica. (ARENDR, 1991, p.36)

família onde o chefe era senhor absoluto, e limitava-se a interesses que tinham relação com a sobrevivência biológica.

A passagem das preocupações da esfera privada da família e da casa para o domínio da política, anulou a oposição entre o público e o privado e alterou o significado dos dois termos, sendo assim o advento da era moderna é também a emergência da dissolução do espaço público e a desvalorização do homem público. Na contemporaneidade, ocorre um movimento de apropriação de uma esfera pela outra, com a publicização do privado e a privatização do público. A perda do espaço público representa a transformação da experiência humana em isolamento. Este reproduz uma existência humana que dá prioridade ao interesse privado onde “os homens tornam-se seres inteiramente privados, isto é, privados de ver e ouvir os outros e privados de ser vistos e ouvidos por eles”. (ARENDDT, 1991, p. 67)

Contribuindo para a compreensão da história da família brasileira e utilizando o estudo dos sentimentos para refletir sobre a família e suas mudanças, D’Incao mostra que as famílias do passado<sup>65</sup> estavam menos interessadas em perceber determinadas emoções como nós as entendemos atualmente. A autora se refere aos conceitos de amor, maternidade e paternidade que no passado adquiriram uma concepção diversa da que lhes é atribuída hoje, podendo servir como exemplo o fato de que “a infância não era tão altamente valorizada como nos tempos atuais”, (D’INCAO, 1989, p.59) mas considerada como um período da vida sem importância.

---

<sup>65</sup> No caso da família brasileira pode-se dizer que as referências ao nosso passado podem ser baseadas, seja no caso dos pesquisadores brasileiro, seja no dos estrangeiros, principalmente em duas fontes: os livros de Gilberto Freire a partir de 1933 e o artigo de Antônio Cândido “ The Brazilian Family” escrito em 1951. Todavia, já existem contribuições que fazem a crítica a esses trabalhos, havendo ainda um certo número de novos trabalhos que continuam se baseando em muitas assunções das referidos estudos. A autora lembra que Freire não teve a intenção de desenvolver uma teoria geral de família e suas idéias sobre o passado são limitadas a família senhorial. Mesmo assim Freire se tornou uma importante referência nos estudos sobre a família no Brasil. A adoção do uso do termo “família patriarcal” por outros autores acaba por associar uma visão de nosso passado como tendo sido patriarcal no sentido da família senhorial estudada por ele. O modelo de Cândido é mais elaborado e pressupõe a existência de escravos, mulatos e de outras pessoas que não pertenciam a família, mas estavam ligadas a ela. (D’INCAO, 1989, p.59-60)

Desta forma no passado e no início da era moderna, a família era menos constituída por laços afetivos, e não tinha como principal função a educação dos filhos, mas assegurar a propagação da vida e dos bens. A sociedade medieval só possibilitava a mobilidade social, prestígio, conquista de posições por meio das relações sociais ligadas ao tráfico de influência, troca de favores, redes de parentesco, e mesmo nas transações comerciais estas estratégias eram utilizadas para sua realização, pois esta era a única forma de funcionamento do sistema.

Todos viviam juntos inclusive os criados, como se fossem membros de uma mesma família onde “todos estavam sempre juntos o tempo todo, trocando informações, em uma intimidade quase que familiar, enquanto que os filhos próprios estavam em outras casas, participando de outras redes de relações”. (JUNIOR, 1999, p.91).

Segundo o mesmo autor, esse modelo não permitia que houvesse espaço para o aparecimento do sentimento de família como o conhecemos, “pois tudo se diluía nesta densa e quente rede de relações sociais. Os únicos valores ligados à família a linhagem, patrimônio e honra”. (JUNIOR, 1999, p.92)

D’Incao (1998, p.61) investigando sobre as mudanças na família ocorrida na transformação do mundo tradicional para o mundo moderno, afirma que esta parece ter sido parte de um movimento mais geral da sociedade, o que levou a um afastamento e isolamento do homem moderno em relação à comunidade e a grupos de convivência. Para ela parece ter havido “uma mudança na sensibilidade em relação ao que se chama ora do amor, ora da sexualidade”. (D’INCAO, 1989, p.61)

As conseqüências desta mudança podem ter levado a um afastamento dos corpos dos que se amam, cuja relação passa a ser norteadada por um apanhado de regras ditadas pelo amor romântico. Comparando romances de ficção do começo do século XIX, a outras obras da literatura romântica cuja estória se passa no final do século, a mesma autora comprova

duas maneiras diferentes de encarar o amor. Este era considerado no início do século de forma mais livre do que o registrado no final do século, onde, sob a égide do romantismo se amava as idéias sobre o amor, ama-se porque todo o período romântico ama<sup>66</sup>. (DINCAO, 1989, p 67)

A partir do século XIX com o advento da industrialização, a família sofre modificações profundas cuja conseqüência é a constituição da família burguesa do século XX<sup>67</sup>. A família passa a se organizar de forma diferente, com base no isolamento da família em si mesma “o mundo familiar burguês, isto é, a família burguesa, é um mundo em si mesmo que não tem grandes laços com a sociedade inclusiva, é auto – suficiente socialmente falando, e isolada”. (D’INCAO, 1989, p.69)

A vida familiar que para Habermas estava ligada “a casa toda”, é substituída pela privatização da vida, observada inclusive na modificação do estilo arquitetônico. Os quartos antes enormes para poder abrigar várias pessoas, diminuem de tamanho, os cômodos que serviam para toda a família, local de convivência de todos os componentes da família, incluindo os criados, foram reduzidos. Os membros da família se isolam no interior da casa.<sup>68</sup>“O isolamento do membro da família, mesmo no interior da casa passa a ser considerado como algo positivo.”(HABERMAS, 1984, p.60)

---

<sup>66</sup> O que se observa na literatura brasileira romântica são propostas de sentimentos novos, onde a escolha do cônjuge passa a ser vista como condição de felicidade. A escolha, porém é feita a distância. Ama-se o amor e não propriamente as pessoas. (D’INCAO, 1989, p.66)

<sup>67</sup> D’Incao a respeito da família burguesa ressalta que é em Machado de Assis que a família burguesa vai aparecer com mais corpo. O autor cuja primeira fase é devotado a temas familiares, vai descrever a doçura da família calma e equilibrada. A considerada segunda fase de sua obra é dedicada a crescente santificação da mulher como mãe, enquanto que o pai deve ganhar dinheiro para o sustento da família. Porém é com o romance de Mário de Andrade “Amar, verbo intransitivo” de 1927, que se reflete o amadurecimento da família burguesa, vivendo em um mundo que não tem grandes laços com a sociedade, os membros da família não conversam senão sobre coisas banais e sobre a educação dos filhos.

<sup>68</sup> O local de permanência em comum para o homem, a mulher, as crianças e a criadagem tornou-se cada vez menor ou desapareceu por completo. Em compensação os quartos privados de cada um dos membros da família tornaram-se cada vez mais numerosos, sendo decorados de modo característico. A natureza “pública” do salão de convivência da grande família, em que a dona da casa ao lado do senhor da casa, representava perante a criadagem e a vizinhança, dá lugar a sala de estar da pequena família, em que a esposa com seus infantes, separa-se da criadagem. (HABERMAS, 1984, p.62)

A família moderna fundada no amor materno passa a ter como centro a mãe, que deve abrir mão de seus desejos em benefício dos filhos e do marido.

Horkheimer analisando a sobrevivência da ordem burguesa considera que a família possui um caráter importante para a reprodução do ser humano tal como exige a ordem burguesa. Para ele o que acontece na família modela o indivíduo desde o nascimento, e se constitui como essencial para que este possa desenvolver suas faculdades. A família é um mecanismo que influencia de maneira resoluta a formação psíquica dos indivíduos.

A família se constitui como importante na reprodução do processo de alienação entendida como a redução de todos os sentidos a um único sentido, o sentido do ter, onde “em lugar de todos os sentidos físicos e espirituais apareceu apenas a simples alienação de todos os sentidos, o sentido do ter.” (MARX, 2004, p.142) Na família o homem interioriza as capacidades humanas, mas, também segundo Heller, apropria-se da alienação.

Esta análise de certa forma corresponde ao pensamento de Leontiev que se contrapõe aos conceitos metafísicos, culturais e antropológicos sobre a personalidade, e que são baseados na sua determinação dual, da hereditariedade biológica e do ambiente social. Para ele a base real para a constituição da personalidade é o agregado de suas relações com o mundo, sendo a família primordial no desenvolvimento destas relações, pois todo indivíduo nasce em uma família que não é constituída com base em um modelo único e universal.

Para Horkheimer um dos principais objetivos da família burguesa sempre foi “a sujeição ao imperativo categórico do dever”. (HORKHEIMER, 1990, p.215), emergindo o reconhecimento de que o indivíduo deve sujeitar-se e subordinar-se, advinda da concepção protestante de família que vê a superioridade física como algo desejado por Deus.

A força física do pai aparece como uma relação moral que deve ser respeitada. Essa situação familiar decisiva para o desenvolvimento da criança, já antecipa a estrutura de autoridade da realidade fora da família, e que contribui para que o indivíduo aceite as

diferenças que este encontra no mundo, sem questioná-las. O pai tem o direito moral de submeter os filhos e a mulher ao seu poder, não porque ele se mostre digno, mas porque ele é o mais forte. (HORKHEIMER, 1990, p.215)

Os diferentes mecanismos que atuam na formação do caráter autoritário na família<sup>69</sup> demonstram segundo Horkheimer, que a falta de iniciativa, a insatisfação, o sentimento de inferioridade da maioria dos seres humanos, e ainda o desenvolvimento de toda a vida psíquica em torno dos conceitos de ordem e subordinação, são determinados pela relação da criança com os pais e os irmãos. Desta forma enquanto não se alterarem de forma decisiva a estrutura básica da vida social e a cultura da época atual que depende dessa estrutura, a família, como geradora de determinados tipos de caráter autoritários, irá exercer sua indispensável influência. (HORKHEIMER, 1990, p.224) As crianças aprendem desde cedo a importância da obediência e da autoridade dos pais.

Apesar de considerar a família como o ponto principal de estruturação da vida cotidiana, Heller assegura que grande parte da atividade humana se realiza fora do ambiente familiar, mas é na família que se “educa” as novas gerações sendo a base da atividade cotidiana, onde se formam as relações mais imediatas entre os seres humanos.

Heller (1982) atenta para o fato de que a família burguesa<sup>70</sup> é autoritária, e baseada no desejo de possuir coisas. Para ela a relação autoritária entre pais e filhos e a ausência do

---

<sup>69</sup> Horkheimer (1990) ressalta que na história do desenvolvimento da família, desde o período absolutista até o liberal, emerge cada vez mais forte um novo elemento na educação para a autoridade. Não mais se exige a obediência diretamente, mas, ao contrário, o uso da razão. Quem apenas contempla o mundo friamente há de reconhecer que o indivíduo deve sujeitar-se e subordinar-se. Quem pretender chegar a algo, sim, em geral, quem não quiser soçobrar, deve aprender a ajustar-se a outros

<sup>70</sup> Heller (1982) sobre a constituição da família burguesa assegura que esta deixa de se organizar em torno da produção para organizar-se em torno do consumo, e que os fenômenos descritos como dissolução da família e crise da estrutura familiar estão provavelmente relacionados com esta mudança. Sobre o autoritarismo da família burguesa a autora ressalta que os conflitos entre pais e filhos quase sempre são resolvidos recorrendo a autoridade dos pais, o que impede que se possa falar em uma comunidade de filhos independentes. Os filhos maiores se convertem geralmente em representantes dos pais. Esta estrutura prepara os filhos para ter um comportamento autoritário, e mesmo em famílias de ideologia anti-autoritária este é um resultado natural, pois os pais só podem viver sua própria vida se a obediência dos filhos se converter em um valor indiscutível. O filho “bom” é um eufemismo para assinalar um filho obediente, que deve pedir perdão por suas faltas independente de considerar se os pais têm ou não razão. As recompensas e castigos, justos ou injustos, derivam de uma posição de poder. Do mesmo modo são distribuídas autoritariamente as tarefas na divisão familiar do trabalho.

sentido comunitário na vida cotidiana são fatores da estrutura familiar atual que não podem ser superados em seu interior. Certas normas e valores estão identificados historicamente de tal maneira com a família contemporânea que sua eliminação é praticamente impossível no marco da estrutura familiar existente.

O modelo da sociedade burguesa que se reproduz no interior da denominada vida privada, frequentemente é adotado como universal servindo para as outras estruturas familiares, e não se apóia mais na linhagem, patrimônio e honra, mas no processo de acumulação do capital e no individualismo. Estes fatos são característicos segundo Norbert Elias, da transferência para Estados centralizados e cada vez mais urbanizados, de funções relativas à proteção e ao controle do indivíduo. “À medida que essa transferência avança, as pessoas isoladas uma vez adultas deixam mais e mais para trás os grupos locais próximos, baseados na consangüinidade.” (ELIAS, 1994, p.102)

O indivíduo vive a cada dia mais isolado, pois tem que garantir sua sobrevivência e se defronta com um maior número de opções, o que aumenta a possibilidade de individualização, pois seu envolvimento com a família e parentes vai sendo reduzido.

Elias aponta essas mudanças como responsáveis pelo isolamento dos indivíduos na sua relação uns com os outros onde “essas relações – todo o estilo de sua coexistência social, levam cada vez mais a um controle geral dos afetos, à negação e transformação dos instintos.”(ELIAS, 1994, p.103).O desenvolvimento da individualização aponta a possibilidade de diversas formas de realização e de insatisfação, possibilidade de contentamento e felicidade para uns e infelicidade para outros. Porém, o aumento das oportunidades é equiparado ao aumento da possibilidade de fracasso.

A família “herda” o individualismo, os indivíduos passam a valer mais que a comunidade, e cada um está mais preocupado, com a sua satisfação pessoal. É importante referir, no entanto que a modernidade enfatizada neste trabalho relacionada a abordagem

sobre o processo de constituição da família, tem como referência o século XIX e XX, até os anos 1980 – 1990. A realidade contemporânea estabelece outras configurações relativas as relações familiares.

O avanço do sistema capitalista e a conseqüente crise global do Estado capitalista impõe mudanças estruturais que dão lugar a um modelo diferente e particular denominado neoliberal,<sup>71</sup> assunto já analisado neste trabalho. Este modelo enquanto atualização do velho liberalismo econômico, não possui somente um caráter econômico, mas redefine as relações sociais. Essas mudanças afetam a dinâmica das famílias de forma geral e de forma particular, cada família de acordo com a posição que esta ocupa na estruturação da sociedade.

As transformações ocorridas nos padrões familiares, conseqüência do acelerado processo de modernização repercute na construção de valores. A família, enquanto instância sócio reprodutiva do capital, se orienta por valores mercantis que rompem os elos de solidariedade e tem implicações na questão de gênero.<sup>72</sup>

A família se constitui a partir de um contrato entre desiguais, cuja estrutura tem garantido o *status quo* pleno de privilégios para os homens, apesar das conquistas femininas no campo dos direitos e da cidadania das mulheres. (LIMA, 999, p. 156)

Soares observa que os acontecimentos econômicos recentes, afetam principalmente mulheres e crianças, estas enfrentam uma sobrecarga, quando passam a ser responsáveis pela sobrevivência da família, sem redução de nenhuma de suas outras responsabilidades, o que acarreta um aumento no volume de trabalho. (SOARES, 2003, p. 74)

---

<sup>71</sup> Laura Soares chama a atenção para o fato de que o caráter global da modernização neoliberal está dado pelo sentido comum de agravamento das desigualdades e de produção de exclusão. As conseqüências sociais do *ajuste*, é denominado pela autora de *desajuste social*, já que tal ajuste não apenas agravou as condições sociais pré-existentes de desigualdade estrutural, mas provocou o surgimento de “novas” condições de exclusão social e generalização da precariedade e da insegurança em vastos setores sociais antes “incluídos”, a partir de sua inserção no mercado de trabalho e dos mecanismos de proteção social construídos ao longo da década. (SOARES, 2003, p.22)

<sup>72</sup> Laura Soares sobre a pobreza da mulher, diz que esta estaria relacionada diretamente a ausência de oportunidades e autonomia econômicas, a falta de acesso à educação, aos serviços de apoio e aos recursos econômicos, incluídos o crédito, a propriedade da terra e o direito a herança; e à mínima participação no processo de tomada de decisão. A pobreza pode ainda empurrar as mulheres a situações em que se vêem expostas à exploração sexual. ( SOARES, 2003, p. 77-78)

Para a autora (...) ainda que a pobreza afete as famílias em geral, devido a divisão do trabalho sob a base de gênero e as responsabilidades relativas ao bem estar familiar, as mulheres suportam uma carga desproporcional ao tratar de administrar o consumo e a produção da família em condições de crescente escassez. As diversas mudanças nas estruturas familiares tem representado cargas adicionais para a mulher, principalmente para aquelas que têm várias pessoas sob a sua responsabilidade. (SOARES, 2003, p.76)

Na sociedade capitalista a família burguesa é a base de organização da maioria das famílias, exercendo uma função ideológica, ou seja, criar indivíduos autodisciplinados e autônomos. No individualismo moderno, liberdade e autonomia se tornam valores fundamentais. A centralização do homem em si próprio é o substrato das novas configurações familiares o que provavelmente pode levar a fragilização dos vínculos afetivos e a impossibilidade de efetuação de trocas simbólicas importantes. As mudanças nos padrões familiares, podem ser responsáveis pelo aumento do número de separações e de famílias monoparentais, principalmente as chefiadas por mulheres.

A família contemporânea é pautada por novas formas de relacionamentos efetivos e por múltiplas configurações e arranjos familiares, e apresenta-se bem mais complexa que a família nuclear. Esta forma de organização da família que surge com a revolução industrial, se mantêm até hoje, convive com outros tipos de família. Exaltando o individualismo e o controle dos afetos, a subjetividade está centrada no eu, na competição e no hedonismo, como exigência de um individuo educado para o consumo.

É provável que a política de “ajuste” que se expressa por meio da crescente precarização nas relações de trabalho, no aumento do desemprego e na deterioração da renda familiar, entre outros, seja responsável pelo aumento de famílias que ficam impossibilitadas de cumprir papéis exercidos antes, levando a mudança na inserção dos vários membros da família no mercado de trabalho.

Fragilizadas pelos processos de mudanças que marcam a sociedade contemporânea, as famílias vêm aumentar suas responsabilidades como mecanismo de proteção social. Esses problemas provavelmente não afetam somente as condições materiais de sobrevivência, mas podem causar sofrimento, que

revela a tonalidade ética da vivência cotidiana da desigualdade social dominante em cada época histórica, da negação imposta socialmente às possibilidades da maioria apropriar-se da produção material, cultural e social de sua época, de se movimentar no espaço público e de expressar desejo e afeto. (SAWAIA, 1999, p.105)

As dificuldades enfrentadas pelas famílias expressadas no desemprego, habitação inadequada, ausência de políticas públicas de atendimento a população, as diversas manifestações da violência, pobreza, entre outras, podem estabelecer experiências sociais dolorosas Assim, o suicídio pode ser resultado das relações sociais estabelecidas pelo indivíduo na sociedade capitalista. A expressão da tragédia imposta aos seres humanos pela submissão, opressão e injustiças sociais própria da sociedade burguesa.

A alienação da vida cotidiana condena o indivíduo ao desenvolvimento alienado do psiquismo e ao empobrecimento de sua individualidade. O fenômeno do suicídio é, portanto, sócio-histórico podendo ser considerado como uma das manifestações da questão social presentes em nossa sociedade e que se expressam por meio da violência, da miséria, exclusão, corrupção. autoritarismo, desemprego, entre outros, já exposto neste trabalho.

#### 4.2 O RETRATO DA EXCLUSÃO E DA DESIGUALDADE SOCIAL: O SUICÍDIO NA CIDADE DE MACAPÁ

O suicídio é um fenômeno sempre presente na história das sociedades humanas, mas é provável que sob a modernidade assumam proporções extraordinárias. Historicamente é possível constatar que a maneira como a sociedade tratou a questão foi se alterando em cada

momento histórico, existindo momentos em que o suicídio era aceito e incentivado pela comunidade. Hoje assume um caráter clandestino ou patológico, um gesto solitário, uma transgressão.

Para Marx está na natureza da sociedade capitalista gerar um imenso número de suicídios, questionando a própria humanidade como uma construção social e mostrando que a natureza humana não é abstrata nem imutável, se expressa na relação dos homens com a sociedade. O suicídio seria o resultado da relação que se estabelece entre os homens na sociedade capitalista, revelando as alterações da individualidade.

Em Macapá, as ocorrências que se apresentam nos hospitais, delegacias de polícia e polícia técnica, são divulgadas frequentemente pela televisão, jornal e principalmente o rádio, reforçando a característica individual do suicídio. Os dados podem demonstrar que o suicídio assume na sociedade contemporânea um cunho patológico, sendo necessário investigar e compreender o fenômeno a partir do desenvolvimento da cidade onde estão inseridas estas pessoas.

Este capítulo se estrutura a partir da pesquisa de campo, cujo principal ponto norteador é investigar o que há de novo no suicídio em Macapá, se o fato ou a visibilidade. Se o suicídio sempre esteve presente na história da cidade porque o fato emerge nesse momento, logrando tamanha visibilidade? Se, no entanto é um fenômeno recente que fatos produzem sua emergente exacerbação e generalidade? O objetivo é entender a particularidade do suicídio em uma cidade com as peculiaridades de Macapá, encravada na região amazônica.

O suicídio pode demonstrar a relação existente entre a vida privada e a estrutura da sociedade,<sup>73</sup> e nos leva a questionar como Marx , sobre que tipo de sociedade é esta onde o

---

<sup>73</sup> Sobre as relações familiares na sociedade burguesa Marx argumenta que as pessoas mais covardes, as mais incapazes de se contrapor, tornam-se intolerantes assim que podem lançar mão de sua autoridade absoluta de pessoas mais velhas. O mau uso dessa autoridade é igualmente uma compensação grosseira para o servilismo e a subordinação aos quais essas pessoas estão submetidas, de bom ou de mal grado na sociedade burguesa. (MARX, 2006, p.32)

homem se encontra na mais profunda solidão, ao ponto de ser tomado pelo desejo de matar a si mesmo. “Tal sociedade não é uma sociedade (...) mas uma selva habitada por bestas selvagens”. (MARX, 2006, p.28)

A análise da relação entre a vivência cotidiana da alienação e o suicídio se elabora a partir da percepção de que o fenômeno do suicídio sempre esteve presente na sociedade e ocorre nas variadas faixas etárias e nas diversas culturas, existindo uma estreita relação entre os determinantes materiais da existência humana e o suicídio.

Como já anteriormente referido, na sociedade contemporânea, que vive a materialização dos resultados do capitalismo globalizado, o fenômeno apresenta características de generalidade adquirindo visibilidade e se configurando como a legitimação de condutas destrutivas a fragmentação do mundo da vida frente à racionalidade do capital.

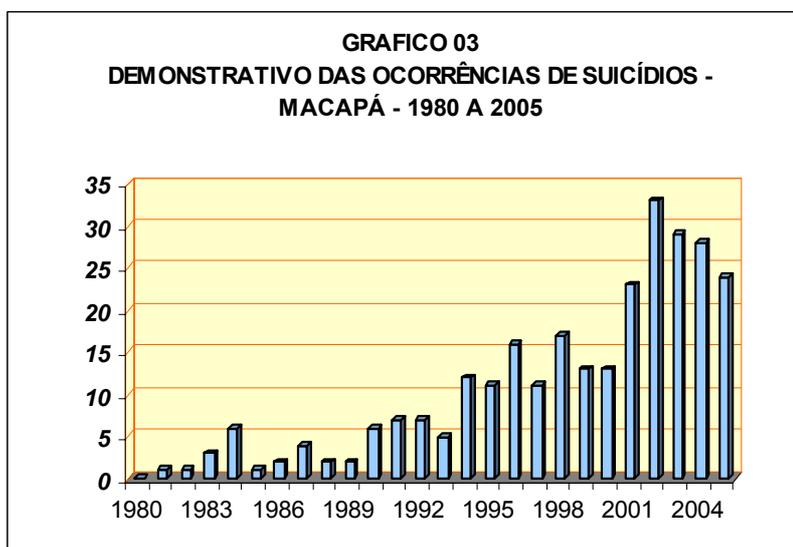
A urbanização intensa e acelerada da cidade de Macapá, o processo migratório e o conseqüente crescimento da população urbana, podem afetar a subjetividade, as relações do indivíduo com o sentido da vida desenvolvendo várias formas de violência entre estas o suicídio.

Desta forma, para compreender a particularidade do suicídio na cidade de Macapá é necessário ingressar no universo da denominada vida privada investigando as relações familiares, compreendendo, no entanto, como diz Lövy, que o privado é político. Lövy (In. MARX, 2005, p.16) referindo-se a sociedade moderna, declara que “cada indivíduo está isolado dos demais, é um entre milhões, numa espécie de solidão de massa”. Os indivíduos agem como estranhos uns com os outros, numa relação de hostilidade, onde a luta e a competição exacerbada de todos contra todos exprime o contexto social que pode explicar o suicídio.

Lövy evidencia que para Marx, a crítica da sociedade burguesa não pode se reduzir a questão da exploração econômica, mesmo que esta seja importante, mas deve assumir um

amplo aspecto social e ético, incluindo os diversos aspectos da opressão. A natureza desumana da sociedade capitalista fere os indivíduos das mais diversas origens sociais.

Além da coleta de dados no Departamento de Polícia Técnica, foram utilizados dados do arquivo pessoal de João C. Neto, repórter policial reconhecido em Macapá pela preocupação em estudar o fenômeno, dados do Hospital de Emergência, ouvidos familiares, amigos e vizinhos das vítimas, e ainda pessoas que passaram pela experiência da tentativa de suicídio. É essencial citar que um estudo recente efetuado pelo Ministério da Saúde sobre o suicídio,<sup>74</sup> e lançado em 2006, analisando dados de 1994 a 2004, evidencia que o Amapá já é considerado o quarto estado em número de suicídios no ranking nacional, e a cidade de Macapá ocupa o primeiro lugar com uma taxa de 13,3 mortes em 100 mil habitantes. A capital, outrossim, possui a maior incidência de mortes por suicídio entre os homens, uma taxa de 13,6 mortes em 100 mil habitantes.



**FONTE: Polícia Técnica e Científica**

Os dados colhidos no Departamento de Polícia Técnica e Científica, demonstram de forma comparativa os números de suicídios ocorridos no período de 1980 a 2005 na cidade

<sup>74</sup> O estudo efetuado pelo Ministério da Saúde aponta o Rio Grande do Sul como o primeiro em número de mortes por suicídio entre a população total masculina, como uma taxa de mortalidade de 16,6 mortes por 100.000 mil habitantes. O estudo evidencias ainda que apesar dos índices entre os homens ser mais elevados, o maior aumento proporcional da taxa de mortes foi entre as mulheres. Comparando o período de 1994 a 2004, o aumento de mortes entre as mulheres

de Macapá. Observa-se a ocorrência de um considerável e progressivo aumento no número de casos, principalmente a partir da década de 1990, época em que ocorrem mudanças significativas no Estado. A cidade modifica seu padrão de comportamento, e se depara com a exacerbação da pobreza e desigualdade. Na cidade de Macapá, em 1981, apenas um caso de suicídio foi registrado, aumentando para seis casos em 1990, 13 casos em 2000 e 24 no ano de 2005. As ocorrências aumentaram no período de 1990 a 2005 em torno de 400%.

Como já foi mencionado neste trabalho, a implantação do Estado do Amapá em 1990, antes Território Federal transformado em estado pela Constituição de 1988, e a implantação em 1991 da Zona de Livre Comércio de Macapá e Santana como estratégia de inserção da economia amapaense na nova configuração da economia de mercado, foram responsáveis por intenso fluxo migratório, principalmente entre cidades, estimulando o crescimento da população e intensificando o processo de urbanização, e pode ter sido responsável pela efetivação de mudanças no ritmo da cidade.

Santos (2005) citando pesquisa realizada pela Igreja Católica em 1995 sobre as características da migração em Macapá, mostra que dos 1650 entrevistados, 76% eram migrantes, mais de 55% vieram para Macapá na década de 1990, sendo a procura de emprego a causa preponderante da migração de 51% dos entrevistados. Mais de 50% não tinham carteira assinada, 44% das casas de moradia não utilizavam água encanada, e 58,60% não tinham sequer poço para utilização de água.

Sem ter onde fixar residência, a população busca moradia na periferia da cidade, ocupando de maneira desordenada, não apenas as áreas periféricas, mas ainda as áreas de ressaca, intensificando a questão social, que provavelmente se expressa também no suicídio, uma vez que o fenômeno urbano pode provocar uma infinidade de problemas inclusive em nível da sobrevivência humana.

A cidade expressa a desigualdade, seu espaço serve não somente a vivência da vida cotidiana, mas a produção e reprodução da desigualdade e pobreza. Os habitantes da cidade vivenciam e sofrem os problemas urbanos relativos à água, esgoto, poluição, desemprego, violência, etc. A população pobre é quem fica mais exposta aos riscos, decorrentes da ausência de infraestrutura nos locais onde residem. As imagens abaixo expressam bem esta situação.

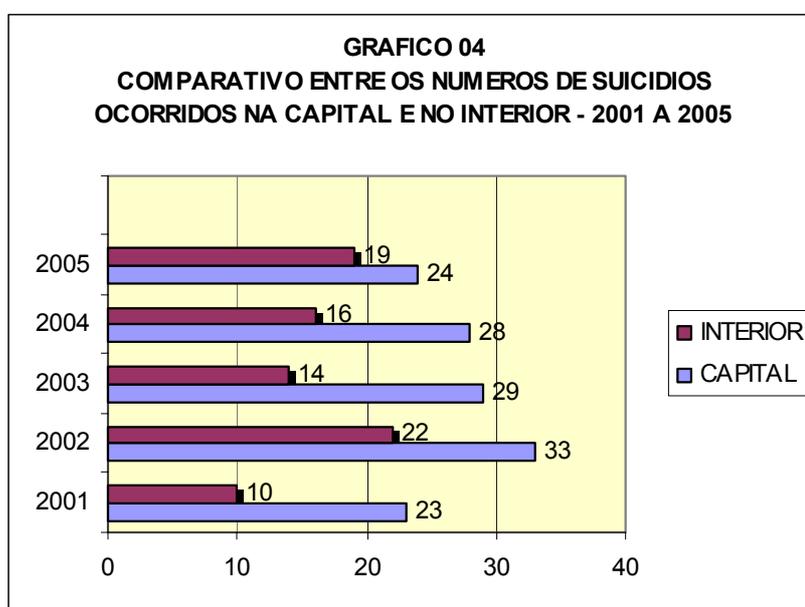


**FIGURA 01** – Periferia da cidade de Macapá – ocupação das áreas de ressacas  
**IMAGEM** – Marcos Velho - 2007

É certo que o fenômeno do suicídio não ocorre somente entre os migrantes, porém a situação de desigualdade vivenciada pela população é fruto da separação entre o homem e a natureza, próprio da sociedade dominada pela alienação, onde a sobrevivência e reprodução do trabalhador estão mediatizadas pela mercadoria. Desta forma a alienação enquanto característica própria da sociedade capitalista afeta a todos, pois “quanto maior for a alienação

produzida pelas estruturas econômicas de uma sociedade, tanto mais a vida cotidiana irradiará sua própria alienação para as demais esferas'. (HELLER, 2004, p.23)

No Amapá, pode-se observar que é na capital Macapá, onde está concentrado um maior número de casos de suicídio. Os resultados mostram, contudo, um número de casos bastante expressivo no interior do Estado. Com base nestes resultados podemos inferir que “gerar muitos suicídios está na natureza da sociedade capitalista, por isso o fenômeno não pode ser considerado como anti-natural, uma vez que é um comportamento que ocorre com bastante frequência. (MARX, 2006, p.24)



**FONTE:** Arquivo pessoal de José Cardoso Neto

É essencial, portanto, considerar as conexões existentes entre capital e interior. A ausência e inadequação de políticas públicas de atendimento no interior do estado levam a população a conviver com a inexistência ou deficiência dos serviços de saúde, educação, ausência de empregos, podendo gerar uma diminuição de expectativas. Este fato afeta as famílias que se vêem impossibilitadas de garantir a sobrevivência de seus componentes.

A cidade, portanto, não é apenas uma unidade geográfica, mas uma unidade econômica que expressa a marca do capitalismo contemporâneo, onde o bem estar da maioria

é relegado em favor de uma minoria revelando a natureza seletiva desse processo de desenvolvimento econômico, o que já foi discutido neste trabalho.

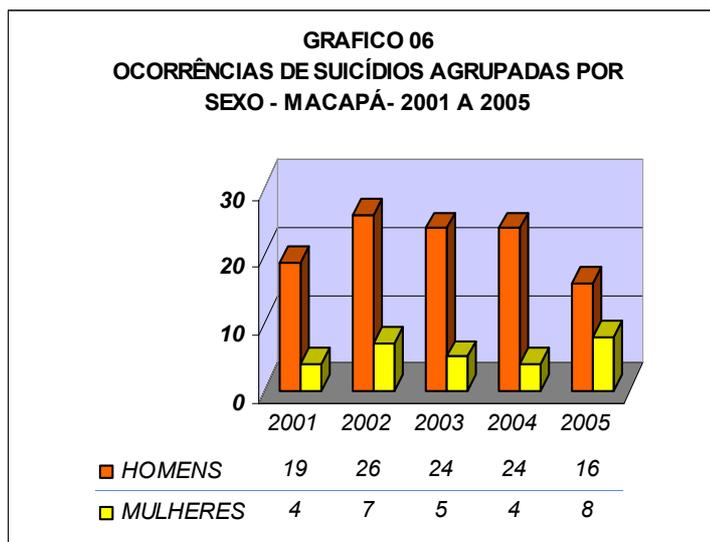
Os dados comparativos de mortes por suicídios no período de 2001 a 2005, na cidade de Macapá, revelam que no ano de 2001 foram registradas 23 mortes, seguidas de 33 em 2002, 29 em 2003, 38 em 2004 e 24 em 2005. Do total de 137 mortes por suicídios registradas no período, somente 28 eram mulheres, o que denota que a taxa de suicídios varia conforme o gênero.

É, porém, conveniente observar que as mulheres são em maior número quando se trata de tentativas de suicídios. Dados registrados no Serviço de Psicologia do Hospital de emergência confirmam este fato, ou seja, as mulheres morrem menos, provavelmente porque utilizam meios menos agressivos como o envenenamento, assunto já discutido neste trabalho.

Os gráficos a seguir mostram os números de suicídios registrados na cidade de Macapá nos anos de 2001 a 2005, e o mesmo registro agrupado de acordo com o sexo. É importante compreender que de acordo com os registros, os homens se matam mais que as mulheres. Porém estamos lidando apenas com os registros oficiais, com a formalidade, sendo possível que ocorram diversos casos em todo o estado do Amapá que não fazem parte das estatísticas.



**FONTE: Polícia Técnica e Científica**  
**Arquivo José Cardoso Neto**



**FONTE: Polícia Técnica e Científica**  
**Arquivo José Cardoso Neto**

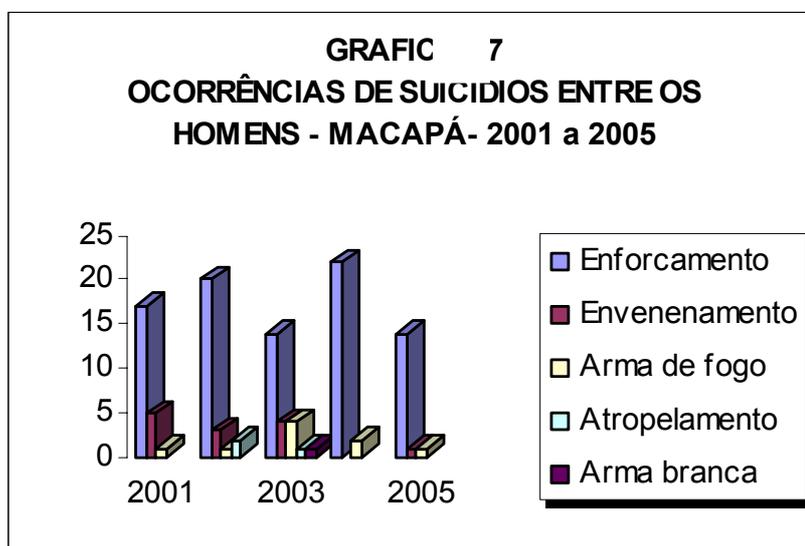
O estudo sobre o suicídio realizado pelo Ministério da Saúde<sup>75</sup> divulgado em 2006, mostra que em Macapá, entre os homens, a taxa de suicídios foi de 14,4 mortes por grupos de 100 mil habitantes. Observando a taxa demográfica referente a cada ano, em 2002 a taxa de suicídios entre os homens foi de 13,9/100 mil, seguido de 12,8 em 2003 e 13,6 em 2004.

Entre as mulheres, as taxas são consideradas menores, em média 2,5/100 mil no mesmo período, porém o estudo revela que a mortalidade do sexo masculino apesar de elevada, 3,7 mortes de homens para uma de mulheres, teve um aumento proporcional menor (16,4%) enquanto que entre as mulheres o aumento foi de 24,7%.

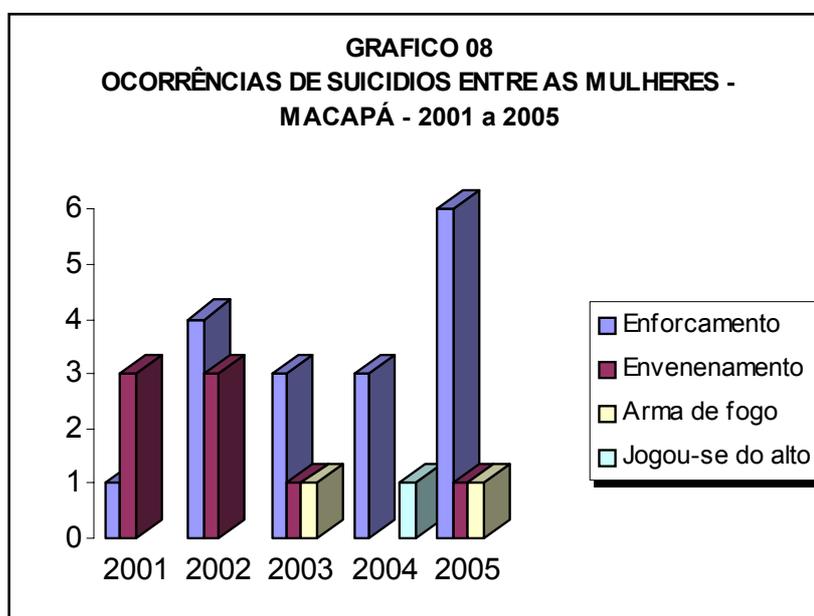
Estes dados, se relacionados com os números de tentativas onde predomina o sexo feminino, pode demonstrar que o suicídio na sociedade contemporânea assume um cunho patológico e de generalidade, e pode ser resultado das relações sociais estabelecidas pelo

<sup>75</sup> O Ministério da Saúde analisou registros de 1994 a 2004 comprovando que o Brasil passou de 3,9/100.000 habitantes em 1994, para 4,5/100.000 em 2004. Entre os estados o Rio Grande do Sul é o que apresenta um maior índice de mortes entre os homens, em torno de 16,6/100.000 habitantes, e entre as capitais está Macapá com um índice de 13,6/100.000 habitantes entre a população masculina. A cidade de Boa Vista ocupa o 2º lugar com 11,4/100.000 e Teresina o 3º com 10,3/100.000. A OMS considera autos os índices superiores a 10/100.000 habitantes.

indivíduo na sociedade capitalista, revelando as mutações da individualidade na sociedade contemporânea.



**FONTE: Polícia Técnica e Científica**  
**Arquivo José Cardoso Neto**



**FONTE: Polícia Técnica e Científica**  
**Arquivo José Cardoso Neto**

Os gráficos acima demonstram as taxas de suicídios de acordo com o meio utilizado para o cometimento da morte, separados por sexo e ano da ocorrência do ato suicida. Acompanha o gráfico a tabela abaixo com os números absolutos das ocorrências.

**FIGURA 02: Comparativo das Ocorrências de Suicídios por Meio Utilizado**

**Macapá – 2001 a 2005**

	2001	2002	2003	2004	2005
<b>HOMENS</b>					
Enforcamento	17	20	14	22	14
Envenenamento	1	3	4		1
Arma de fogo	1	1	4	2	1
Acidente provocado		2	1		
Arma branca			1		
<b>MULHERES</b>					
Enforcamento	1	4	3	3	6
Envenenamento	3	3	1		1
Arma de fogo			1		1
Acidente provocado				1	

**FONTE: Polícia Técnica e Científica**

Comparando as ocorrências de suicídios entre homens e mulheres, relativo ao meio utilizado para o cometimento do ato, observa-se que o enforcamento é majoritário em relação às outras formas, para os dois sexos. No período de 2001 a 2005 do total de 109 ocorrências entre os homens, 80% foram por enforcamento, 8% por envenenamento, e 8% com armas de fogo. Entre as mulheres a proporção é menor, do total de 28 ocorrências, 61% foram por enforcamento, 3% por envenenamento e 0,7% com armas de fogo. Observa-se que a “escolha” de como executar o suicídio recai sobre a forma clássica de cometimento do ato: o enforcamento.

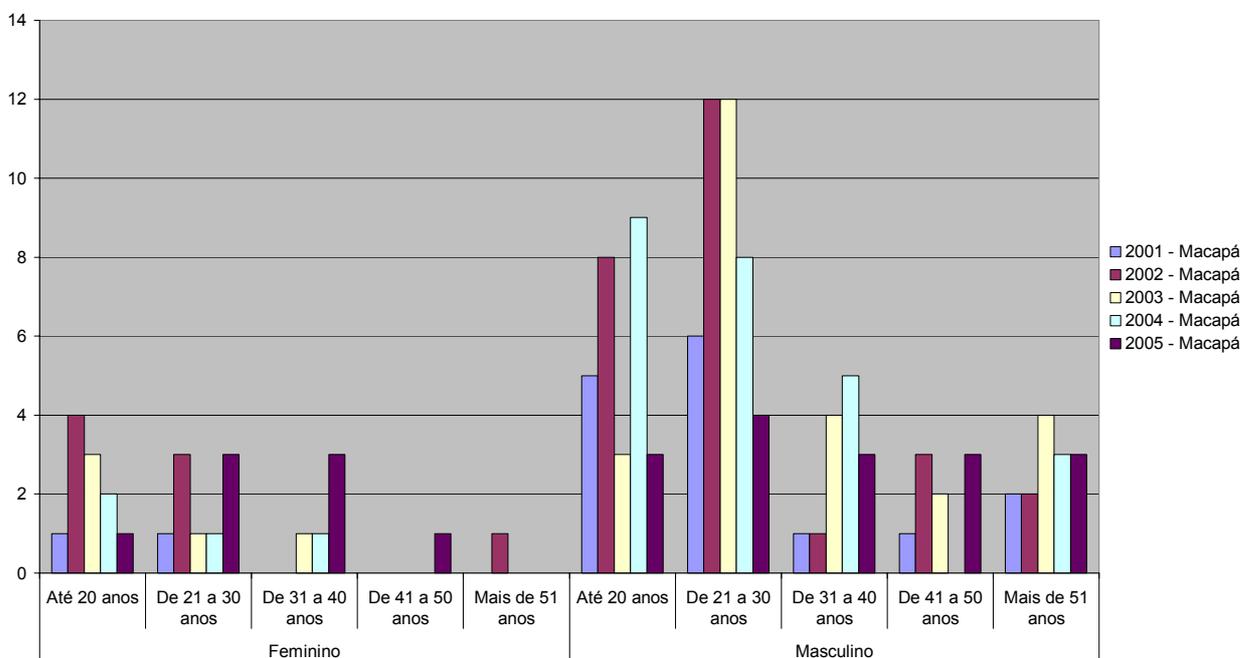
Apesar das tentativas de suicídios serem maiores entre as mulheres, já que estas tendem a escolher métodos menos violentos como o envenenamento, o que foi explicitado no capítulo anterior, observa-se um aumento do número de mortes entre o sexo feminino, por enforcamento. Porém, comparando-se o período estudado, é possível observar que houve

uma inversão no modo como as mulheres efetuam o suicídio. Nos anos de 2001 e 2002, a principal forma de efetivação da morte entre as mulheres, recaí sobre o envenenamento. Esta inversão ocorreu a partir de 2002, verificando-se o aumento de mortes entre as mulheres por enforcamento, sendo este método mais violento, é bastante incomum quando se trata de tentativas de suicídio, pois quase sempre ocasiona a morte.

Estimativas da OMS mostram que os números de tentativas superam o número de mortes por suicídios em dez vezes, e o número de mortes notificadas fica aquém do número real, pois muitos casos de suicídios são registrados como morte não intencional ou acidental. A subnotificação pode ser atribuída ao preconceito e ao estigma que tem como alvo, familiares e amigos da vítima.

GRÁFICO 09

**COMPARATIVO DAS OCORRÊNCIAS DE SUICÍDIOS POR FAIXA ETÁRIA E SEXO  
NA CIDADE DE MACAPÁ - 2001 A 2005**



**FONTE: Polícia Técnica e Científica**

**Arquivo Pessoal de José Cardoso Neto**

O resultado geral das ocorrências de suicídios em Macapá no período de 2001 a 2005, (gráfico 09) registrou 137 suicídios, e demonstra que foi na faixa etária correspondente a indivíduos entre 12 a 30 anos, que se verificou a maior taxa de suicídios ( gráfico 09). Nesta faixa estão 93 ocorrências, ou 68% dos suicídios. Entre os homens, na mesma faixa etária estão 72 ocorrências, ou 66% dos casos, e entre as mulheres, 21 casos ou 76% dos suicídios. Estes resultados comprovam que os suicídios na cidade de Macapá atingem a maioria dos ciclos de vida, com uma maior concentração na faixa de 18 a 30 anos, exceção aos idosos,

Contudo, foi entre as ocorrências do sexo feminino que se verificou proporcionalmente um maior número de suicídios entre as mulheres jovens. Do total de casos, 76% estão na faixa de 12 a 30 anos com uma maior concentração entre 16 a 23 anos.

Analisando os dados, pode ser possível inferir que o capitalismo atinge mais duramente os jovens. O processo de alienação da vida cotidiana próprio do capitalismo contemporâneo, deforma a personalidade, modelando a subjetividade humana em função do consumo. A mutação da individualidade humana sob as condições de alienação abarca as relações do indivíduo também no espaço da denominada vida privada, subordinando o desenvolvimento do psiquismo à ordem capitalista.

A dominação e a exploração próprias desta forma de sociabilidade que se pauta em um estilo de vida construído a partir do consumo de mercadorias, afetam as famílias na medida em que estas passam a funcionar como unidade de consumo. Esta forma de sociabilidade pode ser responsável pelo isolamento, conflitos, baixa auto - estima e diminuição dos laços afetivos.

O resultado desse modelo de desenvolvimento afeta violentamente os jovens, negando a maioria, oportunidades, educação, emprego, opções de lazer, arte, espaços de participação entre outros direitos. Os jovens enfrentam, portanto, os efeitos da desigualdade e

são marcados pela violência, transgressão de direitos, por sua condição de classe, gênero e etnia.

Neste aspecto Leontiev (1978) reforça a característica sócio-histórica da personalidade, cuja primeira base reside nas riquezas da conexão do indivíduo com o mundo, comprovando que as características especificamente humanas não são transmitidas pela hereditariedade biológica, mas adquiridas, o que para Heller significa enunciar que “todas as capacidades fundamentais, os afetos e os modos de comportamento fundamentais são apropriados pelo homem no curso de sua vida cotidiana. (1987, p. 25)

Neste sentido, imensos contingentes de jovens estão sendo submetidos, ao desemprego, violência, intensificação dos conflitos familiares, abandono, entre outras situações geradoras de muito sofrimento psíquico. O suicídio pode ser uma entre as múltiplas manifestações desse tipo de sofrimento, que como diz Marx, o suicídio

não é mais do que um entre mil e um sintomas da luta social geral (...) da qual tantos combatentes se retiram porque estão cansados de serem contados entre as vítimas, ou porque se insurgem contra a idéia de assumir um lugar honroso entre os carrascos. (MARX, 2005, p.29)

Os dados colhidos por meio das entrevistas com as famílias, vizinhos e amigos das vítimas de suicídios na cidade de Macapá, e com pessoas que vivenciaram a experiência da tentativa de suicídio, evidenciam de forma geral, que a taxa social de suicídios atinge um público masculino (80% dos casos), jovem na faixa de 12 a 30 anos, solteiros, de cor parda, residentes em bairros da periferia da cidade (80% dos casos), naturais de Macapá, católicos, grau de escolaridade entre ensino fundamental e médio, com renda entre zero a três salários mínimos, (80% dos casos) cuja principal fonte de informação e lazer era a televisão, que vivenciavam na relação familiar brigas violentas, uso de drogas, atos infracionais, com destaque para alcoolismo (45%) e falta de diálogo (50%). Entre estes 35% eram servidores públicos (sete casos), e 25% estavam desempregados (cinco casos). Como veremos posteriormente, são pessoas que auferem baixos salários.

A análise destes dados pode revelar que a pobreza<sup>76</sup> e a exclusão negam aos membros da família a oportunidade de desenvolvimento de suas potencialidades, o que pode causar imenso sofrimento psíquico.<sup>77</sup>

Esta realidade é provável que tenha estabelecido um novo padrão de comportamento, o que nos leva a questionar sobre o modelo de desenvolvimento que vem sendo implantado em Macapá, no Amapá e na Amazônia com o apoio dos Poderes Públicos, o que já foi mencionado neste trabalho.

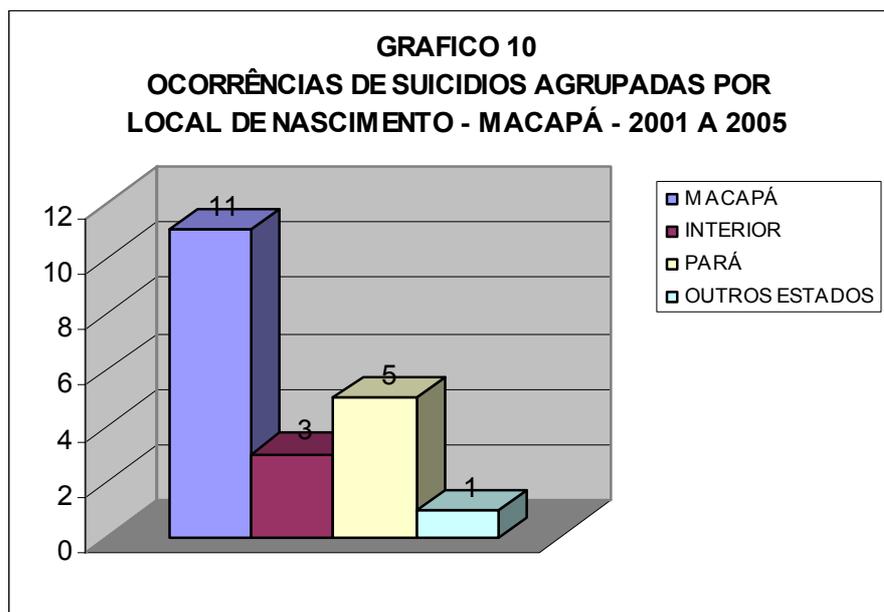
Os resultados a seguir são provenientes das entrevistas realizadas com famílias, vizinhos, vítimas de suicídios e tentativas, um total de 20 entrevistas entre familiares e vizinhos e 8 entrevistas com pessoas que tentaram o suicídio. As entrevistas buscaram conhecer as instâncias pessoais e institucionais que perpassam as experiências das famílias e das vítimas, com o objetivo de entender o suicídio na cidade de Macapá.

Entre as 20 pessoas vítimas de suicídios pesquisadas, 11 eram naturais de Macapá, (55%), três eram naturais do interior do estado, (15%), cinco eram naturais do estado do Pará, (25%) e um natural de outro estado, (5%). Considerando o número total daqueles que não eram naturais de Macapá, teremos um percentual de 45% das vítimas, ou seja, um número bastante significativo que pode representar a importância do fluxo migratório para o crescimento demográfico e urbanização acelerada da cidade. Estes dados estão demonstrados no gráfico a seguir.

---

<sup>76</sup> Paugam afirma que a pobreza é considerada intolerável para o conjunto da sociedade. Reveste-se de um status social desvalorizado e estigmatizado. Consequentemente os pobres são obrigados a viver numa situação de isolamento, procurando dissimular a inferioridade de seu status no meio em que vivem e mantendo relação distante com todos os que se encontram na mesma situação. A humilhação os impede de aprofundar qualquer sentimento de pertinência a uma classe social: a categoria à qual pertencem é heterogênea, o que aumenta significativamente o risco de isolamento entre seus membros. (PAUGAM, In. SAWAIA, 1999, p.67)

<sup>77</sup> Sawaia, no intento de explicar este tipo de sofrimento que ela denomina ético-político, mostra que a literatura é fonte de dramáticos exemplos desta forma particular de sofrimento. Segundo ela o personagem Riobaldo de O Grande Sertão-Veredas de Guimarães Rosa tem uma frase exemplar para retratar o sofrimento retratado pela exclusão genérica, onde se entrecruzam, além do gênero outras mediações legitimadoras da desigualdade social como a classe e a raça: Eu tinha medo de homem humano. (SAWAIA, 1999, p.104)



**FONTE: Pesquisa de Campo - 2006**

No Amapá a população urbana cresceu mais do que a rural entre 1991 e 2000. Dados do IBGE confirmam que o crescimento demográfico do estado está em torno de 5,7% ao ano, e a taxa de urbanização é de 89%, uma das mais altas do país. A cidade de Macapá se transformou em pólo de atração populacional, onde boa parte da população que migra para a cidade é proveniente do estado do Pará, principalmente das ilhas do estado que se situam na foz do Rio Amazonas.

Expulsas de seus locais de origem pela ausência de infraestrutura na área rural, migram para a cidade em busca de emprego, escola, saúde, melhores condições de vida que julgam existir, pois não conseguem se estabelecer no espaço rural devido a concentração fundiária existente e a falta de estrutura da economia rural incapaz de absorver a mão de obra sempre crescente. Tal afirmação está presente no relato dos entrevistados sobre o motivo da vinda da família para Macapá:

Vimos para Macapá em 1996. No interior meu marido estava desempregado e agente passava muita dificuldade, então resolvemos mudar para a cidade e trazer os filhos para estudar. Lá não tinha mais estudo pra eles. Só que aqui nossa situação ficou pior, vivíamos com a caridade dos vizinhos, meu marido

passou a beber e ficar violento comigo e com os meninos. (Esposa - vítima suicidou-se aos 40 anos)

Morávamos no Maruanum, aqui próximo de Macapá. Meu primo era vaqueiro, só que lá não precisam mais deste tipo de serviço. Ficou muito tempo desempregado, nos vivíamos com o dinheiro do Família Cidadã. Então ele passou a beber todo dia, até usava o dinheiro da bolsa para comprar bebida. Nós passamos muitas dificuldades, fome mesmo. Uma vez bebeu 9 dias seguidos e ai cometeu o suicidio. (Prima - vítima suicidou-se aos )

Agente morava no Afuá e viemos morar aqui na cidade porque minha irmã precisava de tratamento medico e lá não tinha. Ela tinha depressão e tomava remédio controlado. Só que aqui eu ia trabalhar e ela ficava muito sozinha, sentia falta da família que ficou no interior. (Irmã - vítima suicidou-se aos 21 anos)

Na visão das famílias, vir para Macapá significava vir em busca de uma vida melhor. Durante as entrevistas ao reportarem-se ao motivo da vida para Macapá, utilizavam expressões como “melhorar de vida”, “melhores condições para a família”, “vir em busca de emprego para melhorar de vida”.

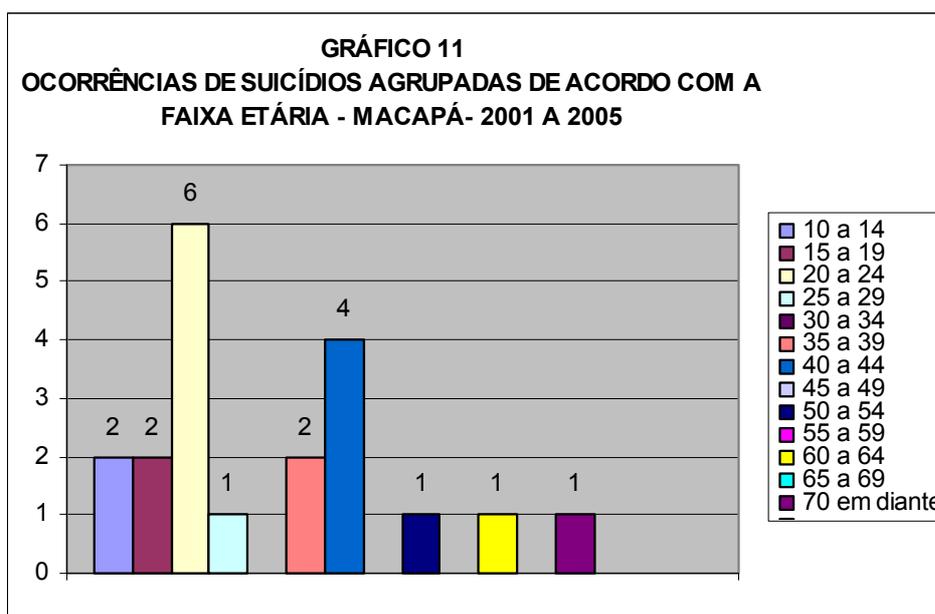
Contudo, a urbanização acelerada, o movimento migratório que acarreta o crescimento da população urbana, provoca inúmeros problemas. A cidade de Macapá não possui condições nem do ponto de vista de empregos, atendimento a saúde, moradia, nem infraestrutura urbana, para absorver tal demanda. Os habitantes da cidade vivenciam e sofrem os problemas urbanos relativos à água, esgoto, poluição, desemprego, violência, etc., já citado neste trabalho.

A população pobre fica mais exposta a estas questões devido a localização de suas residências em locais sem infraestrutura. O oferecimento deficiente de serviços como saúde, educação, moradia, trabalho, segurança, lazer, sistema de transporte deficiente, ruas sem asfaltamento, buracos, geram uma precária condição de vida, que não atinge apenas o migrante, mas a maioria da população residente na cidade, assunto já exposto neste trabalho.

É importante, contudo, tornar evidente as modificações que a mobilidade por meio da migração pode provocar na dinâmica familiar. Neste contexto parece importante refletir sobre as teses de Bader Sawaia sobre o sofrimento ético-político. Sawaia declara que

sofrimento é a dor mediada pelas injustiças sociais. O sofrimento que abrange as múltiplas afecções do corpo e da alma que mutilam a vida de diferentes formas É o sofrimento de estar submetido à fome e à opressão, e pode não ser sentido como dor por todos. Retrata a vivencia cotidiana das questões sociais dominantes, principalmente a dor de ser tratado como inferior, subalterno, sem valor, apêndice inútil da sociedade. (SAWAIA, 2006, p.104-105)

O gráfico abaixo retrata os registros de suicídios de acordo com a faixa etária das vítimas. A faixa etária de maior concentração nos 20 casos pesquisados, está entre 10 e 29 anos, observando-se a predominância da população jovem, fato que já foi explicitado neste trabalho. Considerando isoladamente cada faixa de idade, observa-se que o maior número de mortes ocorreu na faixa entre 20 a 24 anos.



**FONTE: Pesquisa de Campo - 2006**

A grande maioria dos jovens na sociedade atual vivencia situações de exclusão, no sentido dado por Bader Sawaia. A autora considera a exclusão como um processo complexo e multifacetado, uma configuração de dimensões materiais, políticas, relacionais e subjetivas, um processo sutil e dialético, pois só existe em relação a inclusão, como parte constitutiva

desta. Não tem uma única forma e não é uma falha do sistema, devendo ser combatida como algo que perturba a ordem social, ao contrário, ela é produto do funcionamento do sistema.

(SAWAIA, 1999, p.9). O relato dos entrevistados pode esclarecer esta questão:

Meu irmão era muito vaidoso, gostava de se arrumar e queria ter roupa de marca. Minha mãe não podia comprar. Ele não aceitava. Então passou a beber, bebia todo dia, não respeitava ninguém. Às vezes ele tinha alucinações, via as pessoas rindo dele, ou então dizia que alguém estava perseguindo ele. Ele nem conseguiu terminar o fundamental, assim era mais difícil arranjar um trabalho. (Irmã – vítima suicidou-se aos 27 anos)

Ele vivia calado e sentiu muito a separação dos nossos pais. Acho que isto afetou o comportamento dele. Ficou agressivo e nos momentos de raiva batia a cabeça na parede. Não tinha um bom relacionamento com mamãe. Mas acho que foi a morte na namorada que tinha HIV que deixou ele assim, a desconfiança de que ele também tinha adquirido o HIV. (Irmã - vítima suicidou-se aos 24 anos)

Sempre me senti excluída. Quando era pequena eu era muito faladeira e minha madrastra não deixava eu falar, e dizia “tudo que tu falas e besteira” então na adolescência passei a me sentir diferente e tinha vergonha de tudo. Ela me batia muito e dizia que na outra encarnação meu pai largou ela por minha causa. (Vítima de tentativa de suicídio – 25 anos)

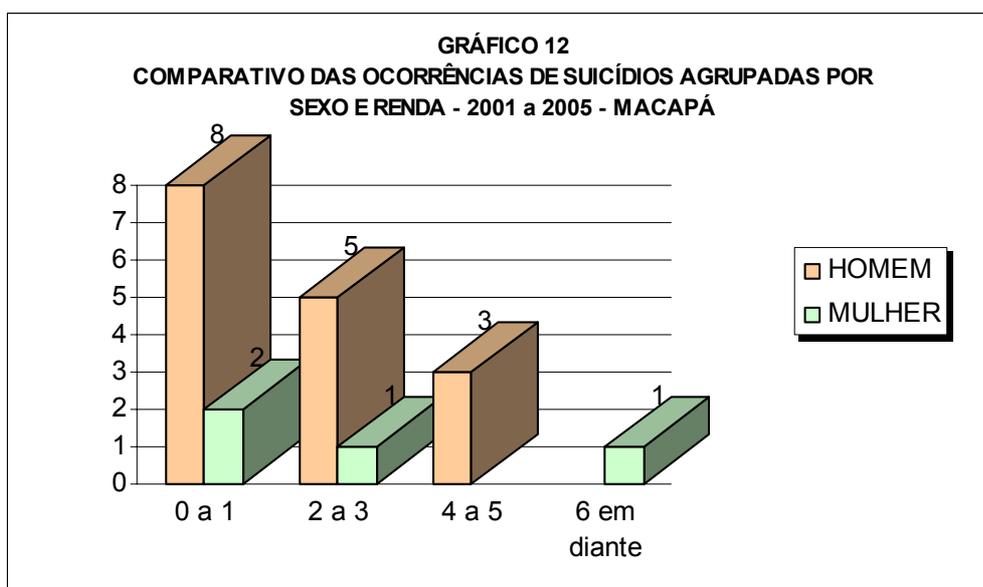
É preciso reconhecer que os sentimentos são sócio-históricos, e se organizam em função das relações que o homem estabelece com o mundo que o cerca. Para Leontiev as circunstâncias concretas da vida deixam sua marca no processo de desenvolvimento da personalidade que sempre continua sendo profundamente individual e único. O ponto principal é que segue de forma completamente individual e depende das condições sócio-históricas concretas, do fato de o indivíduo pertencer a um ou outro ambiente social. (LEONTIEV, 1978)

Sendo assim, Leontiev ressalta que a personalidade tem um caráter de classe, pois o fato de um indivíduo pertencer a uma classe condiciona, desde o início, o desenvolvimento de suas conexões com o mundo circundante. A condição de excluído, em qualquer de suas inúmeras dimensões provoca sofrimento psíquico, e a interiorização de sentimentos de desvalorização e inexistência, coisifica a existência e pode fragmentar o elo existente entre o

indivíduo e sua família, amigos, sociedade, podendo levar a perda do sentimento de pertença e ao suicídio.

A atribuição do sucesso e do fracasso aos indivíduos sem questionar as condições sócio-históricas, aparece na sociedade atual como uma das principais estratégias de legitimação da exclusão.<sup>78</sup> “Há uma “individualização do social, e um endeusamento do individual, (...) as pessoas são, individualmente, responsabilizadas, por uma situação econômica adversa e injusta.” (GUARESCHI, 1999, p. 152)

Os gráficos nº 12 e 13 a seguir mostra a renda mensal das vítimas de suicídios de acordo com o sexo, e a ocupação profissional.



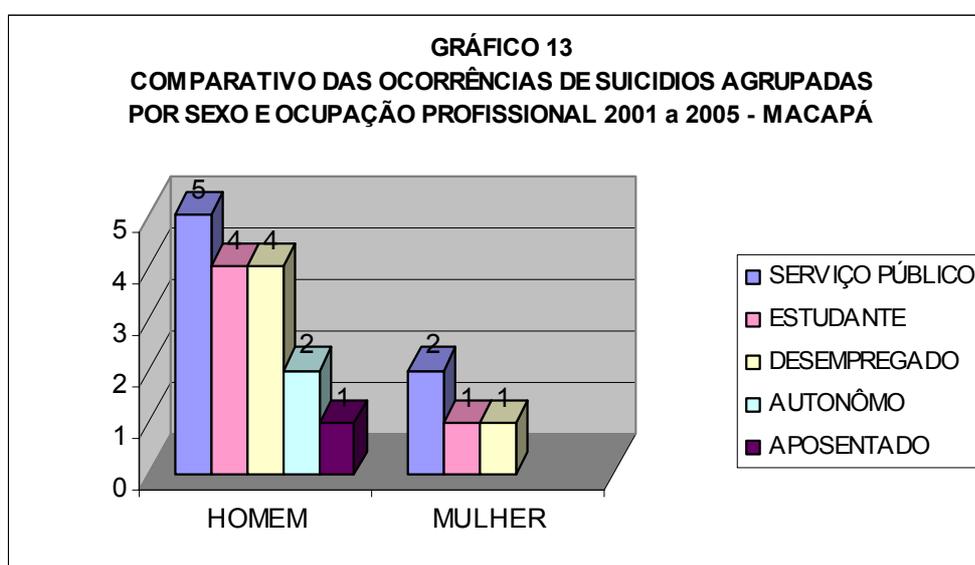
**FONTE: Pesquisa de Campo - 2006**

Segundo os depoimentos obtidos por meio de familiares das vítimas de suicídios, convém esclarecer que dos 20 casos pesquisados, dez (50%) tinham renda familiar entre zero e um salários mínimos, seis (30%) tinham renda entre dois e três salários, somente três (15%)

<sup>78</sup> Na legitimação da exclusão, Guareschi chama a atenção para necessidade de encontrar uma vítima expiatória sobre quem descarregar o pecado da marginalização, ou quase genocídio de milhões. Essa vítima é o próprio excluído. O culpado não é um sistema, baseado em relações excludentes, que faz milhões de pobres. Não existe dentro da ideologia liberal espaço para o social. Por isso o ser humano é definido como um indivíduo, isto é, alguém que é um, mas não tem nada a ver com os outros. O ser humano, pensado sempre fora da relação, é o único responsável pelo seu êxito e fracasso. Legitima-se quem vence, degrada-se o vencido, o excluído. (GUARESCHI, 1999, p.154)

vítimas tinham renda entre quatro e cinco salários e um (5%) com renda acima de seis salários mínimos.

Observa-se em relação à ocupação profissional que, a maior taxa registrada entre indivíduos de ambos os sexos, foi entre os funcionários públicos e estudantes. Do total de pesquisados em ambos os sexos, sete (35%) eram servidores públicos e exerciam as funções de professor do ensino fundamental (quatro), gari (um), agente de saúde (um) e policial (um).



**FONTE: Pesquisa de Campo - 2006**

É possível que o número expressivo de funcionários públicos que cometem suicídio, tenha relação com a composição da população economicamente ativa – PEA- do estado do Amapá e de Macapá. O Amapá, antes Território Federal e transformado em estado a partir da Constituição de 1988, herdou do antigo Território, um número significativo de servidores públicos, e com a implantação do Estado, contratou um contingente importante de servidores por meio de concurso público, principalmente professores.

Apesar da efêmera dinamização do setor terciário fruto da instalação da ALCMS, a geração de empregos é insuficiente, e os concursos efetuados pelo Estado ainda funcionam como porta de entrada para o mercado de trabalho, inclusive por meio dos chamados contratos

administrativos, parte do processo de reestruturação produtiva efetuada no Estado e que se apóia na flexibilização e precarização dos processos de trabalho.

Os dados apontam que 80% das vítimas de suicídios na cidade de Macapá, tinham renda familiar em torno de zero a três salários mínimos. De acordo com o IBGE (2003), 50,7% da PEA do Amapá ganha de meio a dois mínimos e 18% não tem rendimentos. A coleta de dados mostra que 25% das vítimas de suicídio, estavam desempregadas. Tanto entre os homens como entre as mulheres 50% das vítimas tinham renda em torno de zero a um salários mínimos, o que pode significar que pertençam a famílias pobres.

O Amapá é o estado brasileiro que apresenta a maior taxa de desocupação da população economicamente ativa - PEA<sup>79</sup>, em torno de 20,4%. O desemprego estrutural é responsável pela exclusão crescente de uma enorme parcela de trabalhadores. Essa lógica se fundamenta na destruição e colabora para o aniquilamento da força humana que trabalha, brutalizando imensos contingentes de homens e mulheres que vivem do trabalho. O que Antunes (2005) denomina de “sociedade do descartável” que joga fora tudo que serviu como embalagem para as mercadorias.

O cruzamento destes dados possibilita inferir que a particularidade do suicídio na cidade de Macapá pode estar relacionada com a pobreza, desigualdade e exclusão de uma imensa parcela da população local. As dificuldades enfrentadas pela população pobre em seu cotidiano, podem estar relacionadas ao desemprego, e a baixa remuneração salarial.

Sobre a exclusão social, Singer considera incomum uma pessoa estar completamente excluída ou incluída da sociedade. Para ele é necessário encarar a exclusão como uma questão de grau. Porém, o autor chama a atenção para uma forma de exclusão fundamental, que é a exclusão econômica, considerado como uma forma ampla, pois suas

---

<sup>79</sup> IBGE, PNAD, 2005

vítimas é provável que estejam excluídas da maioria das outras redes sociais. (SINGER, 2006, p.53)

Paugam, sobre a degradação do mercado de trabalho preceitua que, o aumento de desemprego prolongado pode levar ao enfraquecimento dos vínculos sociais. A ausência do vínculo com o mercado de trabalho leva a um afastamento da vida social, a uma crise de identidade, a problemas de saúde como a depressão, e, em alguns casos podem levar algumas pessoas a romperem totalmente com a sociedade. (PAUGAM, 2003, p.31) Tais questões estão presentes nos relatos dos entrevistados:

Nos conhecemos no interior quando eu tinha 16 anos, aos 17 fiquei grávida e viemos para Macapá, aqui tive meus outros filhos. Ele vivia quase sempre desempregado. Ele até saía para procurar emprego mais não achava. No interior era diferente sempre tinha algo para ele fazer e não passávamos necessidades. Com o tempo ele foi ficando violento e me batia. Com os filhos era ruim, maltratava sem motivo. Durante eu viver com ele, nunca me deixou trabalhar fora. Viviam a maior parte do tempo bebendo no boteco da esquina de casa. Senti falta dele, tava acostumada. Por uma parte, foi um alívio, era tanto sofrimento. (Esposa – vítima suicidou-se aos 36 anos)

Já tentei 03 vezes. A última tentativa eu estava desempregado e meu filho nasceu. Eu não tinha de onde tirar o que ele precisava, fraldas, remédios, tive uma briga com meu pai, eu achava que ele não gostava de mim, Passei fome, não tinha roupas e nem sapato, meu filho e minha mulher passando fome. Eu não queria morrer, só acabar com aquele sofrimento. Achava que nas horas de tristeza o suicídio era a única saída. (Vítima de tentativa de suicídio – 31 anos)

Ele tinha um trabalho que dava pra sustentar a família. Ai ficou desempregado. A mulher não agüentando mais tanta privação foi embora para a casa da mãe e não quis mais voltar pra casa. Daí ele foi passando necessidade e dificuldades financeiras. Eram os vizinhos que ajudavam. Dizia pra todo mundo que ia se matar se a mulher não voltasse. Como não arrumava emprego foi ficando cada dia mais estranho e isolado, trancado dentro da casa.. (Amiga - vítima suicidou-se aos 64 anos)

A deslocalização social<sup>80</sup> (PAUGAM, 2003) por ser uma experiência humilhante, altera a relação do indivíduo com os demais e pode levar ao isolamento, afetando as relações familiares, pois para alguns é difícil compreender que não são o que gostariam de ser para as

---

<sup>80</sup> Sobre a deslocalização profissional Paugam afirma que com a perda do emprego, o trabalhador não perde somente o seu salário, mas o status de trabalhador. A maneira como organiza o tempo e o espaço. Ele se vê ameaçado a se isolar no ambiente familiar, sente um desencorajamento que pode conduzir a resignação. O medo e a culpa o obrigam a se esconder, a se refugiar entre as paredes do espaço privado. (PAUGAM, 2003, p.36)

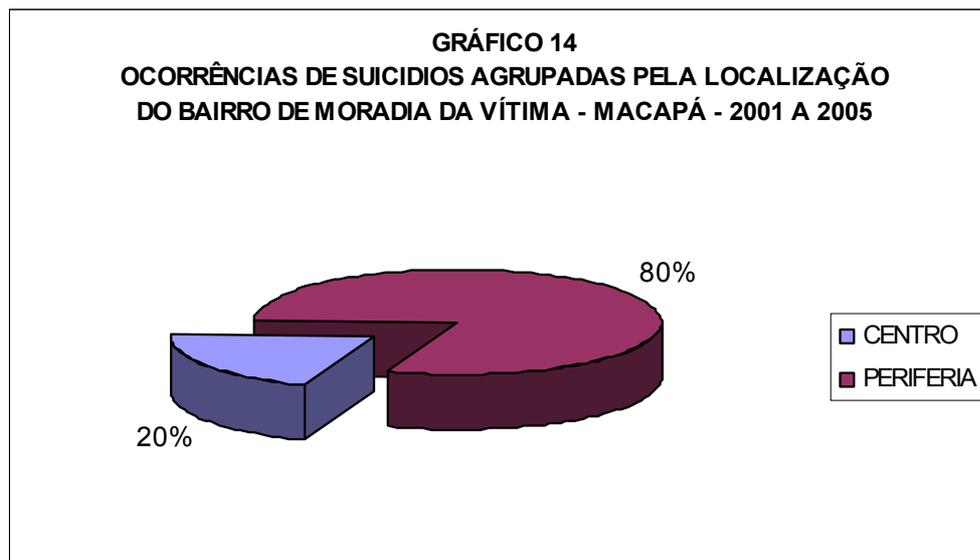
peças ao seu redor. A deslocalização profissional está associada portanto, a uma desintegração familiar e aprofunda o sentimento de culpa.

As pessoas são simplesmente excluídas do trabalho. (...) a sociedade em geral, o mundo do trabalho em particular, estão se estruturando a partir de mecanismos que impedem o acesso da grande maioria da população mundo do trabalho. A isso se chama exclusão. (GUARESCHI, 1999, p. 145).

As mudanças que atingem o mundo do trabalho afetam a materialidade da classe trabalhadora e também sua subjetividade. O capital se apropria da subjetividade do trabalhador, os indivíduos passam a viver sobre a lógica da acumulação, do lucro e do consumo. Essas transformações produzem efeito não somente nas condições de trabalho, mas nas condições de vida dos trabalhadores indo além do espaço da produção, atingindo o espaço da vida fora do trabalho.

Esses processos incidem principalmente sobre as famílias. Consideradas não como responsáveis pela sociabilidade inicial do indivíduo, mas como unidade de consumo, enfrentando o esgarçamento dos laços e vínculos de afeto, perda da auto-estima, isolamento, conflitos.

Por meio das entrevistas foi possível estabelecer, em que bairros da cidade estavam localizadas as moradias das vítimas de suicídios. O gráfico abaixo mostra que essas pessoas, em sua maioria residiam em bairros da periferia da cidade. Do total de entrevistas, 80% das famílias moravam em bairros com infraestrutura deficiente, localizado na periferia da cidade. Somente 20% residiam em bairros centrais que ofereciam melhores condições de moradia. (Em anexo imagens dos contratos presentes na cidade de Macapá)



**FONTE:** Pesquisa de Campo - 2006

Esse dado pode reforçar a relação suicídio e pobreza, desigualdade e exclusão, já que a periferização acentuada da cidade pode estar relacionada com o intenso processo de urbanização e com o fenômeno migratório.

Apesar da obrigatoriedade do Estado em responsabilizar-se pelo bem estar de toda a população; investe na cidade de maneira desigual, privilegiando os equipamentos necessários a reprodução do capital e da força de trabalho. Tal procedimento gera a exclusão da população e a oferta deficiente de equipamentos de utilização coletiva, como escolas, transporte, postos de saúde etc.

Desse modo, a ocupação do espaço urbano é efetuada de forma parcial e injusta. A periferia pobre e suja opõe-se aos espaços melhor estruturados do centro da cidade de Macapá, onde os contrastes aparecem de modo bastante explícito. Estes dados reforçam o caráter de classe do suicídio, o que já foi relatado no capítulo anterior.

As figuras abaixo expressam os contrastes da cidade de Macapá, retratando as condições de vida e moradia da população que ocupa áreas de ressacas e o centro da cidade.

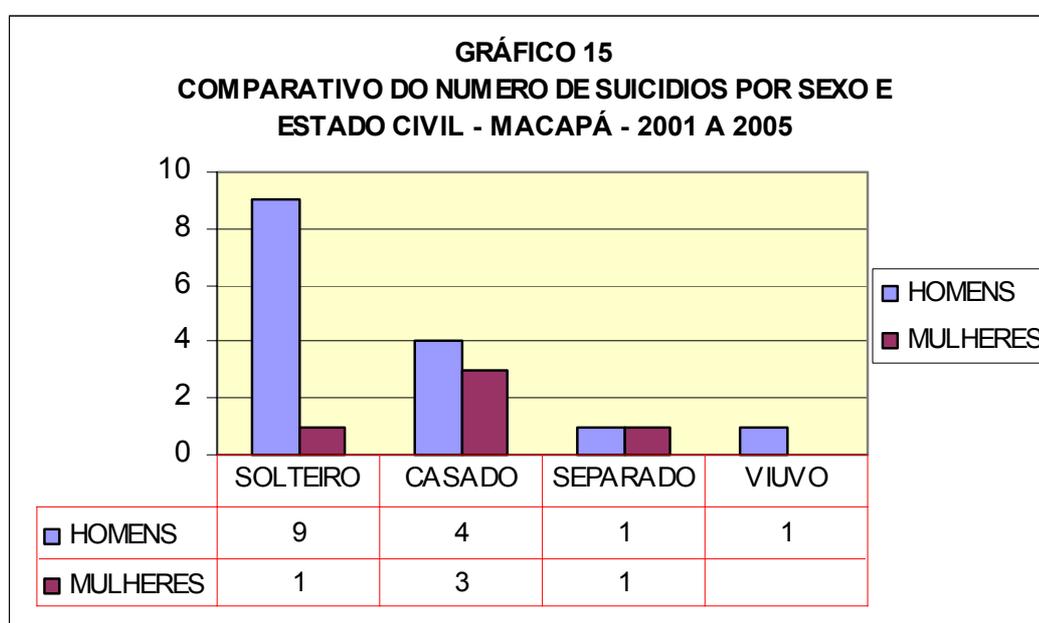


**FIGURA 03** – Periferia da cidade de Macapá – ocupação das áreas de ressaca  
**IMAGEM** – Marcos Velho - 2007



**FIGURA 04** – Centro da cidade de Macapá  
**IMAGEM** – Marcos Velho - 2007

O gráfico abaixo demonstra as ocorrências de suicídios de acordo com o estado civil. Observa-se que entre os homens solteiros o número de ocorrências foi maior, 60% dos casos, cujas famílias foram entrevistadas. Entre os casados a taxa de mortes foi de 40%, seguido de 7% para os separados e 7% para os viúvos. Não obstante a maioria dos casos terem ocorrido entre os homens solteiros, 66% dos homens tinham filhos. Entre as mulheres a maior ocorrência foi entre as casadas, com uma taxa de mortes em torno de 75% das ocorrências. Entre as mulheres de forma geral, 75% tinham filhos.



**FONTE: Pesquisa de Campo – 2001 a 2005**

Comparando os dados de forma proporcional entre os sexos, pode ser possível deduzir que o suicídio entre as mulheres casadas pode estar relacionado à situação de opressão que as mulheres de maneira geral são vítimas na sociedade. Os relatos das famílias entrevistadas e de mulheres que tentaram o suicídio, poder ser esclarecedor:

Casei aos 17 anos, não tinha maturidade nem responsabilidade. Mas casei cedo porque minha mãe era muito rigorosa, agente não podia fazer nada, ela não deixava, só podia ir para a escola e pra igreja. Eu sempre dizia que ia casar com o primeiro que aparecesse na minha frente. Eu não casei porque estava apaixonada mais porque ele foi a possibilidade que eu tinha de sair de casa. Eu venho de uma família bem complicada, irmão com problema de

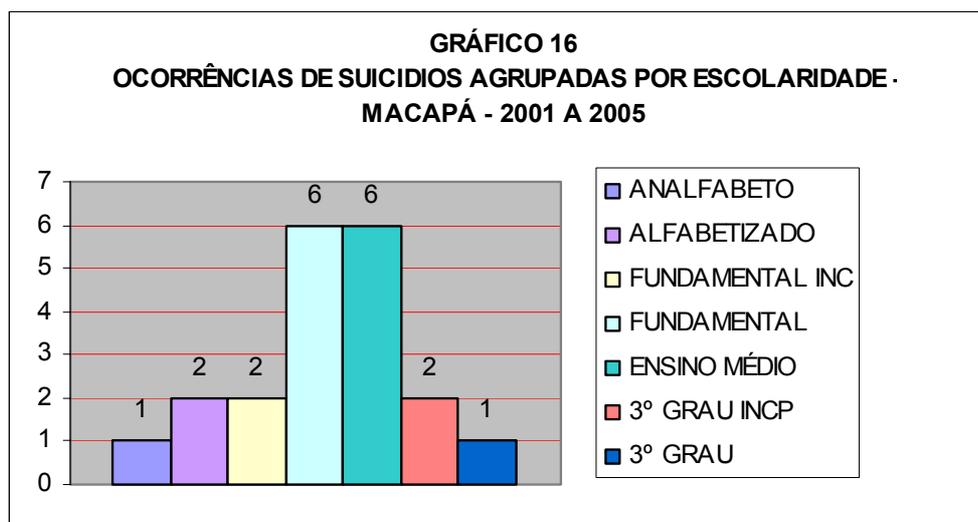
droga, minha irmã aprontava e colocava a culpa em mim e isso me fazia muito mal, eu estava totalmente transtornada e tinha que sair de lá. (Vítima de tentativa de suicídio aos 25 anos)

Aos 12 anos conheci meu marido e começamos a namorar. Aos 14 tivemos nossa primeira relação sexual, meus pais descobriram e me obrigaram a casar. Meu marido era muito autoritário e controlador, eu não podia sair de casa com ninguém. Era 10 anos mais velho. Dizia que eu devia fazer todo o serviço da casa e não pagava ninguém para ajudar. Eu vivia presa em minha própria casa, não podia ter amigos e não saía para lugar algum. Comecei a ter depressão, não tinha vontade de fazer nada, não comia e sentia uma imensa tristeza. Meu marido dizia que eu estava inventando tudo aquilo pra não fazer nada e que o que tinha era preguiça. (Vítima de tentativa de suicídio – 27 anos)

Minha filha vivia doente, calada e trancada no quarto. Ficou assim depois que foi abandonada pelo companheiro, já viviam a 8 anos. Ela deu a ele um dinheiro para que ele comprasse um motor no Oiapoque para poder ganhar a vida. Lá ele conheceu outra pessoa e se separou dela. Precisou tirar licença no trabalho pois não ia trabalhar. Chegou a falar a seu sobrinho que não agüentava mais e que ia se matar. (mãe - vítima suicidou-se aos 40 anos)

Os relatos dos entrevistados evidenciam a natureza opressiva da sociedade burguesa, “o sofrimento que suas estruturas familiares patriarcais infligem às mulheres”. (LÖVY, in MARX, 2005, p.19), e embora existam avanços importantes no campo dos direitos das mulheres, a família se estabelece a partir de um contrato entre desiguais, que garante privilégios para os homens. (LIMA, 1999, p.158)

Sendo assim a família se configura como um importante instrumento educativo para a garantia do comportamento autoritário do qual depende a sobrevivência da ordem burguesa. As relações que o indivíduo estabelece na família tem influencia sobre este desde o nascimento, sendo a família um mecanismo decisivo na formação psíquica dos indivíduos. (HORKHEIMER, 1990, p. 215), assunto já tratado no início deste capítulo.



**FONTE: Pesquisa de Campo - 2006**

]

O gráfico acima demonstra a escolaridade das vítimas de suicídio. Do total de 20 casos pesquisados, seis (30%) possuíam o Ensino Fundamental e seis (30%) o Ensino Médio. Apenas um era analfabeto, dois alfabetizados e dois com o ensino fundamental incompleto. Somente um tinha nível superior, e dois nível superior incompleto. Apesar da maioria das vítimas estar na faixa de 10 a 29 anos, apenas cinco eram estudantes, e entre estes apenas dois estavam na universidade. Um total de 55% das vítimas tinha escolaridade entre o analfabetismo e o ensino fundamental, o que pode representar uma baixa escolaridade.

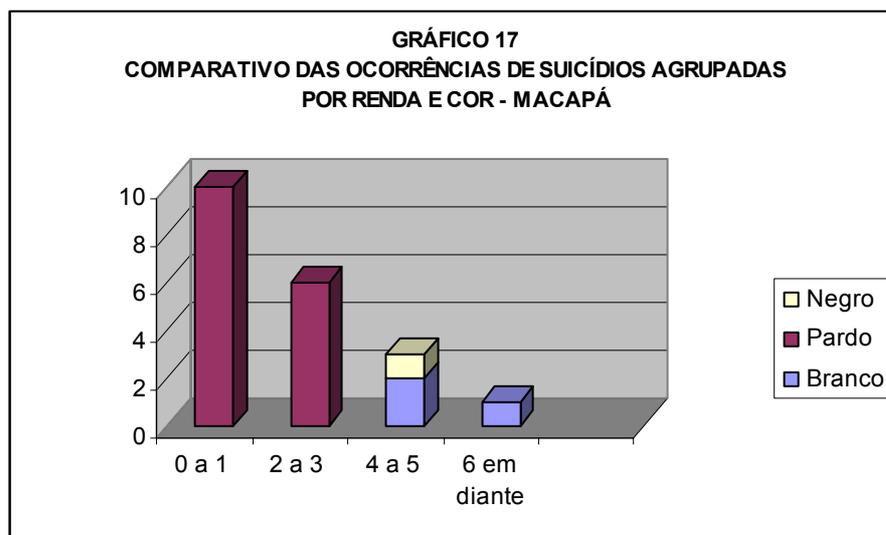
Os dados podem demonstrar o caráter seletivo da sociedade capitalista, em que a alienação do trabalhador encontra expressões em todas as instâncias de sua vida, inclusive na educação. Esta se encontra fetichizada e é tratada como coisa, exacerbando o seu caráter desumanizante. A baixa escolaridade é um reflexo dos fatores estruturais que concorrem para a reprodução da exclusão.

A baixa escolaridade pode revelar em muitos casos, a necessidade de ter uma ocupação remunerada, e a descrença de que a escola possa garantir o acesso aos bens de consumo presentes de forma excessiva na sociedade. A maioria pode preferir sacrificar os

estudos em favor da necessidade da garantia da sobrevivência, agravando a submissão do homem a mercadoria.

A baixa escolaridade torna ainda mais difícil a possibilidade de ser incluído no mercado formal de trabalho. Aliados do sistema produtivo, grande parte da população é obrigada a encontrar outros caminhos para sobreviver. Tais caminhos podem levar à economia informal e a clandestinidade.

Uma outra forma de exclusão social está relacionada com a cor da pele. Nos casos de suicídios pesquisados, a cor pode ser expressão de imensa desigualdade. Dentre as mortes por suicídios um era negro, três eram brancos e 16 eram pardos,<sup>81</sup> o que provavelmente evidencia que em Macapá as ocorrências de suicídios tem cor: pardos e negro. Porém, é importante registrar que os limites entre essas categorias são tênues, implicando que pessoas com a mesma cor de pele podem ser classificadas de formas diferentes, assim “ Podem ser classificadas como brancas, pardas ou negras de acordo com sua renda ou status social, quanto maiores seus níveis econômicos e sociais, mais brancos se tornam.”(SINGER, 2006, p.85) Assim como negros e pardos podem ser incluídos na mesma categoria.



**FONTE: Pesquisa de Campo - 2006**

<sup>81</sup> O IBGE classifica a cor como brancos, pardos e negros.

A análise do gráfico acima nos permite inferir que a cor da pele tem significativa importância na estruturação da desigualdade e provavelmente determina uma maior vulnerabilidade diante da pobreza. Entre as ocorrências de suicídios pesquisadas, 80% foram definidos como pardos e ganhavam entre zero a três salários mínimos. Na faixa entre quatro a cinco salários 5% foi definido como negro e 10% como brancos, e com renda acima de 06(seis) salários mínimos 5% foi definido como branco.

A comparação da proporção das ocorrências de suicídios entre pardos, negros e brancos revela que entre os primeiros está concentrada o maior número de mortes e a menor renda, enquanto que entre os últimos o número de mortes foi oito vezes inferior e a renda triplicou. Este dado comprova que a entre as ocorrências de suicídios pesquisadas o rendimento dos definidos como brancos é maior que a dos definidos como pardos. À medida que aumenta a renda diminui o número de pardos que cometem suicídio, e a medida que diminui a renda aumenta o número de pardos.

Esta proporção pode estar ainda relacionada à composição étnica da população macapaense, cujo predomínio é de índios e negros. No Amapá 78% da população se denominou como parda e negra, um total de 463,941 habitantes<sup>82</sup>, e 22% intitulou-se como branca, totalizando 127,445 habitantes.

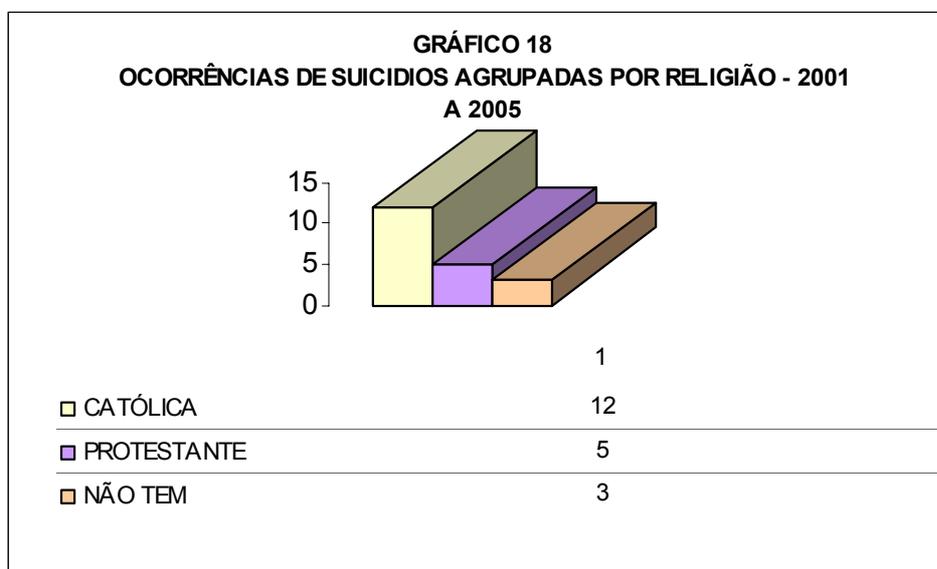
Um outro ponto importante pesquisado entre as vítimas de suicídios, refere-se à religião. Marx considerava a religião como o “íntimo de um mundo sem coração e a alma de situações sem alma”. (MARX, 2004, p.46)

Para ele a religião é o ópio do povo, e a eliminação da religião como felicidade ilusória dos homens, é a existência de sua felicidade real. Ou seja, a religião tem uma função social, consolidar a idéia de que opressão é algo natural e que não pode ser mudada.

---

<sup>82</sup> IBGE, PNAD, 2005.

Entre as famílias pesquisadas, 60% das pessoas entrevistadas declararam que a vítima pertencia à religião católica., 25% pertencem a religião protestante e 15% declararam que não tinham religião.



**FONTE: Pesquisa de Campo - 2006**

Entre as vítimas declaradas católicas, cinco freqüentavam a Igreja constantemente, e sete apenas foram declaradas como católicos, mas não freqüentavam a Igreja. As cinco vítimas declaradas protestantes participavam com freqüência das atividades religiosas.

A complexidade do fenômeno religioso na sociedade contemporânea impede que se faça uma avaliação mais consistente, porém, é possível verificar que na sociedade atual vive-se o que se pode denominar de novo fenômeno religioso que se constitui pelo surgimento de várias seitas cristãs e não cristãs. Tendo por base uma ligação direta com o divino, estas seitas priorizam o individual, e fazem parte de um verdadeiro mercado religioso cuja concorrência é bastante acirrada.

A religião encobre a exploração e a alienação e pode ser um instrumento apropriado pelas elites para a garantia do controle social. Desta forma existe uma relação manifesta entre religião, mercado e consumo, onde a religião se configura como uma mercadoria importante,

revestida de fetiche, que propõe uma relação próxima com Deus, e o via para o sucesso individual.

Na sociedade atual permeada pela incerteza e desequilíbrio e dominada pela alienação, está claro que a pobreza do trabalhador enquanto mercadoria não se esgota em uma pobreza estritamente material, mas a ênfase recai no empobrecimento de seu mundo interior. (SILVEIRA, 1992). Tal assertiva implica dizer que a religião também pode se constituir como um suporte, principalmente para aqueles que vivenciam a experiência quase sempre dolorosa de sentir-se discriminado, revoltado e excluído.

Essas questões aparecem incorporadas nos relatos dos familiares e amigos das vítimas de suicídio:

Não se relacionava bem com a mãe. Ela é evangélica e exigia que ele também fosse. Ela é muito religiosa, acho que até meio exagerada. A mãe impedia que ele fizesse aquilo que não estava de acordo com a religião. A religião estava à frente de tudo, era a coisa mais importante, e ele queria seguir outra vida. Isto causava muitos conflitos. Mas tudo piorou quando ele começou a namorar uma menina que não era evangélica. A mãe proibiu, ele saiu de casa e foi morar com o pai. A mãe fez pressão e o pai obrigou ele a voltar para casa. No dia marcado para fazer a mudança para a casa de mãe, ele se matou. (Tia - vítima suicidou-se aos 18 anos)

Eu sempre ensinava pro meu filho que o maior ensinamento da religião é amar e respeitar o próximo, tudo que já não serve para nós eu dizia que ele devia dar aos outros. Neste ponto eu sou muito rigorosa, eles tem que frequentar a missa e ajudar os mais necessitados. Todo mês eu mando rezar uma missa para os meus filhos. Eu sou católica, e ia muito na Igreja, mas a Igreja começou a ficar elitizada, está diferente de meu tempo de menina. Meu filho não gostava de ir a missa. Mas eu sempre dizia que a oração é importante para a nossa vida. Quando meu filho morreu eu procurei conforto no espiritismo. (mãe - vítima suicidou-se aos 20 anos)

Tais depoimentos podem indicar que o capitalismo racionaliza todos os processos, inclusive os religiosos. As religiões se constituem como formas de legitimar o capitalismo e tem um importante poder de alienação, pregando a passividade e a submissão. A religião aliena o homem da realidade reforçando que este não é capaz de mudá-la.

### 4.3 FORMAÇÃO DO INDIVÍDUO, FAMÍLIA E ALIENAÇÃO

Como já foi anteriormente referido neste trabalho, a organização da família burguesa no século XX se constitui a partir do aparecimento da industrialização que impõe profundas modificações na estrutura familiar. Isolada em si mesma, a família se retrai ao interior da casa, e este isolamento passa a ser considerado como algo positivo. Estruturada com base no amor materno, a família passa a ter como centro a mãe, que necessita repelir seus desejos em favor do bem estar dos filhos e do marido.

A família moderna tem como função a sobrevivência da ordem burguesa, e uma decisiva “importância na formação psíquica da maior parte dos indivíduos”. (HORKHEIMER,1990, p.214). O que ocorre na família influencia a criança desde o nascimento, e cumpre um papel categórico para o desenvolvimento de suas faculdades.

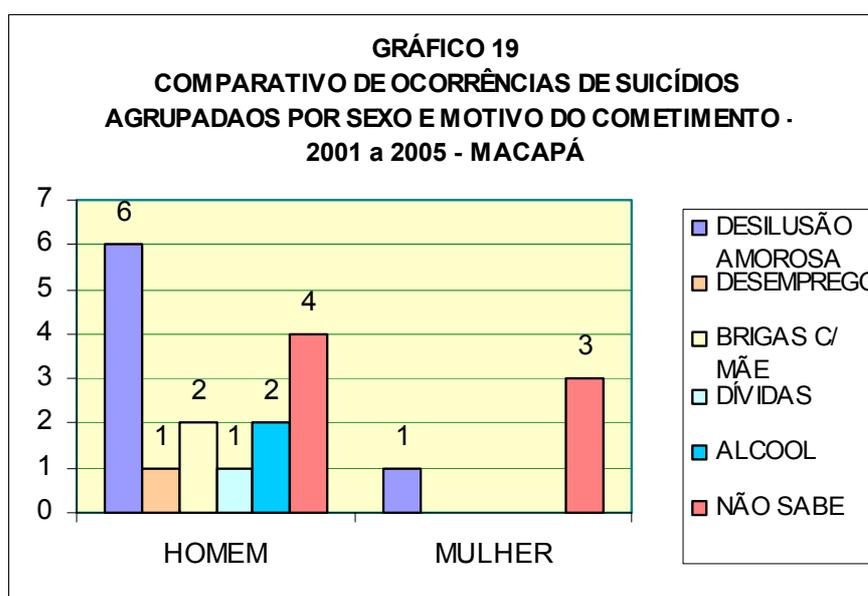
Para Heller, na família o homem interioriza as capacidades humanas, mas também se apropria da alienação. Porém a reprodução do homem não se desenvolve apenas na família, pois grande parte de suas atividades se realizam fora do âmbito familiar e sem nenhuma relação com esta. Porém é na família que se “educa” a nova geração e se ensina os tipos de atividades necessárias a vida cotidiana. A família é a base de “operações” de toda a nossa atividade cotidiana: o lugar de “partida” e o ponto de “retorno”, nosso *locus* espacial, nossa “casa”(…) na família se formam e determinam as relações mais imediatas entre os homens( …) .(HELLER, 1982, p. 31)

A autora, sobre a estruturação da família atual, afirma que certas normas e valores, estão de tal maneira identificados historicamente com a família contemporânea, que sua eliminação é praticamente impossível considerando a estrutura familiar existente. Heller refere-se à relação essencialmente autoritária entre pais e filhos e a falta de comunidade na vida cotidiana. (HELLER, 1982, p.41)

Leontiev considera que uma vida cotidiana alienada determina um modo de funcionamento do psiquismo, ou seja, uma forma de desenvolvimento alienada do psiquismo. As particularidades do psiquismo humano são determinadas pelas particularidades da relação que os homens estabelecem entre si. A base real da personalidade humana é o agregado das relações do indivíduo com o mundo, estabelecidas por meio de suas atividades multifacetadas.

O desenvolvimento da personalidade, no entanto continua sendo profundamente individual e único. Segue de forma completamente individual e depende das condições históricas concretas, do fato do indivíduo pertencer a um ou outro ambiente social, dito de outra forma, as circunstâncias concretas de vida deixam sua marca no processo de desenvolvimento da personalidade. (LEONTIEV, 1978)

Tais considerações, já tratadas neste trabalho, detêm importante função para a compreensão do suicídio. Os dados coletados por meio da pesquisa de campo apontam como principal motivo para a “morte voluntária” na percepção dos entrevistados, os conflitos familiares. O gráfico a seguir retrata estas informações:



O “motivo” do cometimento do suicídio segundo os entrevistados, na sua maioria tem relação com os conflitos familiares, ou está vinculado à dinâmica das famílias. Segundo as informações coletadas com os familiares, amigos e vizinhos das vítimas de suicídio, das 16 ocorrências entre os homens, seis cometeram o suicídio, tendo como motivo no entendimento dos entrevistados, a desilusão amorosa, um por estar desempregado, dois por brigar violentamente com a mãe, um por não conseguir pagar as dívidas, dois por uso excessivo de bebidas alcoólicas e quatro, os entrevistados declararam não saber o motivo. Entre as mulheres, das quatro mortes pesquisadas, uma por desilusão amorosa, e três os familiares alegaram não saber o motivo.

No entanto sabe-se que o motivo declarado pelos entrevistados, aponta somente a aparência do fenômeno. Uma investigação mais acurada das relações estabelecidas pela vítima na família e fora dela, pode revelar que o suicídio pode estar relacionado com a impessoalidade que perpassa cada vez mais as relações humanas, a coisificação do outro e de si próprio, onde o homem não vale pelo que é, mas pelo que tem. O esvaziamento do eu com o trabalho alienado, o consumismo, o autoritarismo próprio da sociedade burguesa que se reproduz no interior das relações familiares, a impossibilidade para a grande maioria dos seres humanos de apropriação das riquezas materiais e simbólicas existentes, podem conduzir o homem a solidão.

Os depoimentos dos entrevistados são expressivos neste sentido:

A família passava muitas dificuldades, fome mesmo, o menino vivia na companhia da mãe e do padrasto, todo mundo sabia que o padrasto não gostava dele. Quando foi viver com a mãe o menino já era grande. Ele era um garoto alegre e brincalhão, estava atrasado na escola porque começou a estudar muito tarde. A mãe e o padrasto batiam muito nele, todos na rua viam e ouviam. Quatro dias antes de morrer apanhou muito da mãe no quintal da casa. Disse aos vizinhos que ia embora e não agüentava mais tanto sofrimento. (Vizinha – vítima suicidou-se aos 12 anos)

Tinha muita magoa da mãe, porque ela abandonou os filhos pequenos e foi embora atrás do pai que morava em outra cidade. Deixou ele na casa da vizinha que depois de um tempo não quis mais tomar conta e deu ele pra avó. Passou parte de infância e adolescência cuidando dos irmãos. Aos 10

anos de idade vendia cascalho na rua para sustentar os irmãos. A família dele sempre brigou muito, a mãe espanca a filha, o irmão usava drogas e um outro irmão foi assassinado. Era muito machista achava que a mãe tinha errado ao abandoná-lo, mas defendia o pai. Ficava triste e chorava sem motivo. Antes de morrer foi ao telefone público ligou para a mãe e disse que ela era culpada de tudo. Voltou para casa e se enforcou. (Esposa – vítima suicidou-se aos 22 anos)

Ganhava pouco e morava em uma casa pobre de madeira. Só ele trabalhava. Os filhos pressionavam porque queriam ter coisas e ele não podia dar. Bebia muito e emprestava dinheiro a juros, tinha muitas dívidas e não sabia como pagar. (Vizinho – vítima suicidou-se aos 40 anos).

Esses depoimentos expressam o sofrimento que perpassava a trajetória de vida dessas pessoas. Desse modo, já foi mencionado neste trabalho, a respeito do processo de formação do indivíduo que começa sempre no âmbito da vida cotidiana, e o homem é produtor e reproduz das condições sociais. Essas circunstâncias são as relações sociais mediatizadas pelas coisas, cujo aprendizado começa sempre na família.

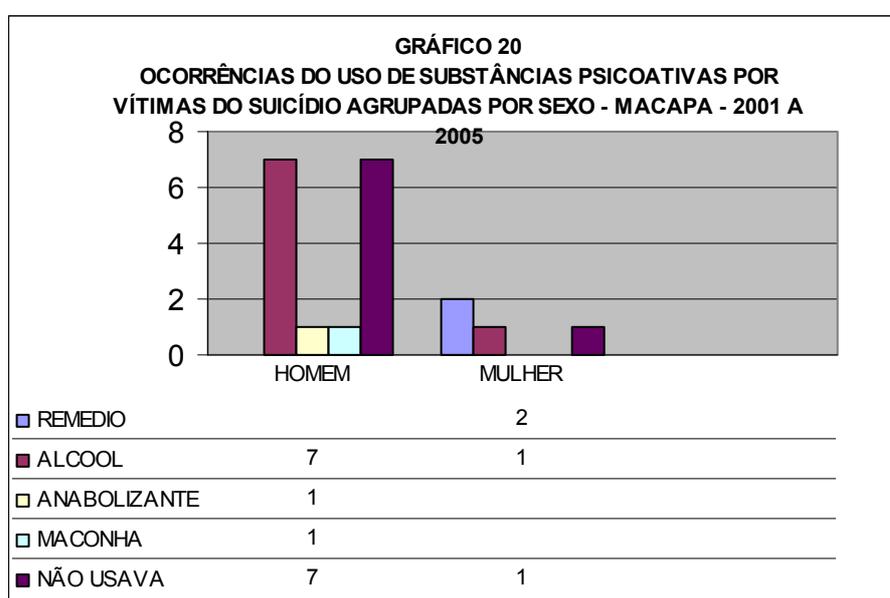
Heller explica que, não há características especificamente humanas que tenham sido transmitidas por hereditariedade biológicas, todas são adquiridas. Diante disto o sofrimento vivenciado por estas pessoas foi construído no decorrer da vida cotidiana, provavelmente evidenciando que o psiquismo humano produz e reproduz características da vida cotidiana, ou seja, a uma determinada realidade social corresponde a uma determinada forma de consciência e personalidade.

Sawaia (2006) ao explicar as diversas configurações e dimensões da exclusão social, ressalta o que ela considera como a dimensão objetiva da desigualdade social, a dimensão ética da injustiça e a dimensão subjetiva do sofrimento. Para a autora todos estão inseridos de algum modo nem sempre decente e digno no circuito reprodutivo das atividades econômicas, sendo que a grande maioria da população está inserida por meio das privações que se desdobram para fora do econômico.

A introdução da ética e da subjetividade na análise da exclusão, possibilita que esta seja compreendida como” descompromisso político com o sofrimento do outro” (

SAWAIA, 2006, p.8), indo além das análises fundamentadas na justiça social e no emprego. “É o indivíduo que sofre, porém esse sofrimento não tem a gênese nele, e sim em intersubjetividades delineadas socialmente. (SAWAIA, 2006, p.99)

O gráfico a seguir evidencia o uso de substâncias psicoativas pelas vítimas de suicídios. Entre as vítimas do sexo masculino, 44% faziam uso abusivo de álcool, e entre as mulheres 25%. O alcoolismo é considerado como doença pela OMS e pode comprometer as relações que o usuário estabelece principalmente na família.



**FONTE: Pesquisa de Campo - 2006**

O uso do álcool pode estar associado à necessidade que o indivíduo tem de se anestesiar frente às situações que vivencia. As famílias pobres provavelmente por se encontrarem mais expostas a situações de dificuldades, são as principais vítimas dessa situação. Entre as vítimas que faziam uso abusivo de álcool 72% ganhavam menos que um salário mínimo.

Os depoimentos dos entrevistados podem esclarecer a este respeito:

Ela morava com o filho mais novo. A filha mais velha casou contra a vontade dela. Não gostava do rapaz e vivia em conflito com a filha. Eles passavam necessidades, moravam num quartinho e ela tava sempre brigando com o ex - marido porque queria dinheiro, mas ele já tinha outra família e não dava.

Bebia muito, todo dia, chegava completamente porre, ai batia no filho de 12 anos, era um inferno, todo dia isto se repetia. Um dia passou 2 dias sem aparecer, fiquei preocupada e chamei a polícia, quando abriram a casa ela estava lá, enforcada. (Vizinha – Vítima suicidou-se aos 40 anos)

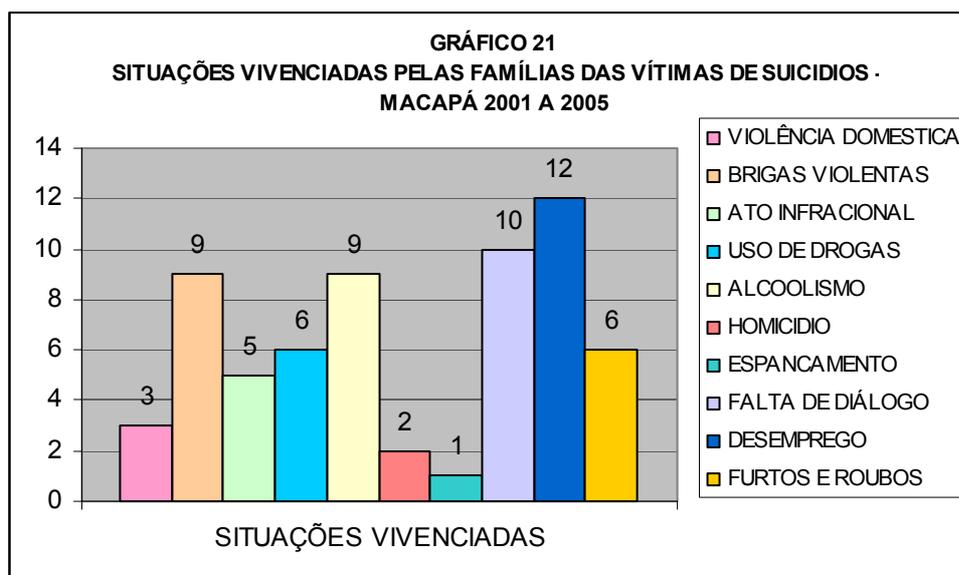
Não existia relacionamento nenhum, nunca me lembro de momento feliz e alegre, ele só fazia vergonha, todos os vizinhos viam. Ele tinha me expulsado de casa, porque ele dizia que eu não era filho dele, porque eu tinha uma opção sexual diferente da dele. Eu sentia que ele gostava dos outros, mas não gostava de mim. Quando ele bebia, batia na mãe e em todos os filhos. Agente passava fome porque ele preferia beber a trabalhar. Porre dizia que ia me mostrar como se faz um bicha virar macho. Eu odiava ele, fiquei feliz quando morreu. (Filho – vítima suicidou-se aos 36 anos)

Os depoimentos dos familiares assinalam as situações de pobreza vivenciadas pelas famílias. Fragilizadas pelos processos de mudanças que marcam a sociedade contemporânea e, impossibilitadas de cumprir papéis antes desenvolvidos, as famílias vêm aumentar suas responsabilidades como mecanismo de proteção social. Esses problemas provavelmente não afetam somente as condições materiais de sobrevivência, mas podem causar sofrimento. As dificuldades enfrentadas pelas famílias expressadas no desemprego, habitação inadequada, ausência de políticas públicas de atendimento a população, as diversas manifestações da violência, pobreza, entre outras, podem ser responsáveis por dor e sofrimento.

Nas sociedades modernas a pobreza além da privação material, corresponde a um status social específico, inferior e desvalorizado, que marca profundamente a identidade de todos os que vivem essa experiência. Nas sociedades que transformam o sucesso em valor supremo e em que predomina o discurso justificador da riqueza, a pobreza é símbolo do fracasso social, os pobres não estão só privados de recursos econômicos, mas exercem também pouca influência sobre o poder político, e sua respeitabilidade corresponde, em geral, à sua posição social inferior. (PAUGAM, 2003)

O gráfico a seguir demonstra as diversas situações presentes no cotidiano de vida das famílias. O que se observa é que estas situações podem estar vinculadas à condição

crecente de pobreza, acarretando a utilização de novas estratégias para lidar com a mesma, principalmente quando as famílias são submetidas a condições desfavoráveis que impossibilitam que estas atuem como responsáveis, pela satisfação das necessidades básicas de seus membros.



**FONTE: Pesquisa de Campo - 2001 a 2005**

As situações expostas possuem relação entre si, e produzem resultados devastadores sobre as famílias. Os dados coletados por meio das entrevistas, aponta o desemprego como principal situação vivenciada em 12 das 20 famílias entrevistadas, a falta de diálogo com dez ocorrências entre as famílias, seguida por brigas violentas e alcoolismo com nove ocorrências, uso de drogas e furtos e roubos com seis, ato infracional com cinco violência doméstica com três, homicídio com dois e espancamento com uma ocorrência.

Paugam (2006) quando se reporta ao desemprego assegura que a precariedade da vida profissional está relacionada com a diminuição da sociabilidade. Os desempregados têm invariavelmente, relações mais distantes com os membros de sua família, quanto mais precária for a situação no mercado de trabalho, maior é a possibilidade de o indivíduo não ter nenhuma relação com a família.

Estas situações atingem de forma violenta as famílias e produzem efeitos na vida das pessoas podendo ser causa de imenso sofrimento, e de suicídios. Deste modo Marx referindo-se ao suicídio explica que este não é antinatural, pois o que é contra a natureza não acontece. Para ele está na natureza de nossa sociedade gerar tantos suicídios, onde as situações de privação, violência e sofrimento podem ameaçar as possibilidades de amar e respeitar a si mesmo e ao outro, criando um ambiente desumano responsável pela falta de perspectiva e isolamento. Os depoimentos das pessoas entrevistadas são expressivos neste sentido:

Ele era muito agressivo com a família, acho que é por isso que os filhos todos tem problemas. Eles roubam tudo o que estiver na frente. Aqui todos tem medo deles. Um é homossexual, o outro é assaltante, o outro assalta a mão armada com arma de fogo, já foi preso várias vezes e dizem que está envolvido na morte de um rapaz que morreu recentemente...Tudo deve ter sido culpa do pai. (Vizinho – vítima suicidou-se aos 36 anos)

A menina queria assistir uma peça de teatro e a mãe não deixou. Ela foi e chegou em casa às 4 horas da manhã, então a mãe bateu muito nela e disse que a partir dali ela não sairia mais de casa. O pai também bateu muito e disse que quando chegasse iria bater mais, antes dele chegar em casa ela se matou. (Vizinha – vítima suicidou-se aos 12 anos)

Antes ele era normal, estudava, trabalhava, depois sem motivo passou a ter fixação por malhação, malhava todo dia, queria ficar forte, mas era muito magro e não adiantava. Então passou a usar anabolizante, ele mesmo se aplicava.... passou a não se interessar pela vida...se isolou de tudo...(Irmão – vítima suicidou-se aos 20 anos)

A análise destes depoimentos denuncia a forma como a exclusão se manifesta na vida das pessoas, onde a qualidade do vínculo do indivíduo com o mundo, dizem respeito as suas relações com as condições objetivas de existência, organizada tendo como ponto fundamental, a alienação que limita o desenvolvimento pleno da consciência e personalidade. O fenômeno da alienação impede o desenvolvimento completo do indivíduo relegando-o a uma posição deplorável na vida.

Essa alteração da individualidade humana própria da alienação, não afeta o indivíduo somente nas relações de trabalho, mas, sobretudo no âmbito da denominada vida

privada. O suicídio parece retratar o sofrimento que as estruturas familiares da sociedade burguesa causam aos indivíduos, ou seja, a natureza tirana e opressiva da família burguesa. A fala dos entrevistados é relevante neste aspecto:

Muito cedo perdi minha mãe, com 1 ano de idade, e meu pai arranhou outra mulher e eu fui morar com essa mulher. Eu fazia coisas que não devia no colégio, coisas que os adolescentes fazem, e ela me castigava, eu e minha irmã, me amarrava e me batia. Eu falava pro meu pai e ele não acreditava. Ela deixava agente passar fome. Fui ficando revoltado, porque não via saída pro meu sofrimento, guardando aquilo comigo. Me sentia rejeitado por minha própria família. (...) guardei essa revolta, não conseguia tirar esse sentimento de dentro de mim...pensei várias vezes em cometer o suicídio...até que um dia...(Vítima de tentativa de suicídio - 31 anos)

Até os 15 anos eu não sabia que ela não era minha mãe...então eu achava que como eu era magra e feia ela não gostava de mim. Tudo ela conversava com meu irmão que era filho verdadeiro e não conversava comigo....penso que ela perdeu a oportunidade de ter uma filha...quando eles iam viajar, os três, meu pai verdadeiro, minha madrasta e meu irmão eu ficava com a empregada. Quando ele estava com raiva de mim me mandava pro colégio interno. Ela me batia muito, com o que ela tinha na mão. Aos 15 ela me disse que eu só era filha do meu pai....foram criadas falsas memórias e eu não sabia o que era verdade ou mentira. (Vítima de tentativa de suicídio - 25 anos)

Venho de uma família muito autoritária...bem complicada, irmão com problema de droga, minha irmã aprontava e colocava a culpa em mim, e isso me fazia muito mal. Eu estava totalmente transtornada e tinha que sair de casa....tenho muita dificuldade de educar meus filhos, eu tenho uma proteção exagerada....tenho um filho pequeno e não tenho condições psicológicas de educar ele...não confio nas pessoas...na professora acho que não vai cuidar bem dele...não quero mas faço igual a minha mãe. (Vítima de tentativa de suicídio - 28 anos)

Uma questão presente no cotidiano das pessoas que passaram pela experiência da tentativa de suicídio, é a adoção.<sup>83</sup> Das oito pessoas entrevistadas, 50% foram adotadas. Entre estas, três pessoas conviviam com pai biológico e madrasta e uma foi adotada por um casal ainda pequeno. Entre as vítimas de suicídios, 25% viviam em famílias adotivas. A análise deste dado remete à questão da adoção na sociedade contemporânea, e a discussão da

---

<sup>83</sup> A adoção atualmente no Brasil é regida pela Lei 8069/90 – Estatuto da Criança e do Adolescente estabelecendo que a adoção deve priorizar os interesses da criança e do adolescente e apresentar vantagens reais para eles. O Estatuto porém, reforça o direito de toda criança permanecer no seio de sua família, e só excepcionalmente em família substituta, assegurando a convivência familiar e comunitária. A falta e a carência de recursos materiais não constitui motivos suficientes para a perda ou a suspensão do pátrio poder.

ambigüidade que permeia o amor materno na sua dimensão biológica. Incentivada e debatida por entidades nacionais e internacionais, e pela sociedade de maneira geral, como forma de colocação em família substituta, a adoção expressa os padrões de comportamento historicamente construídos e ainda é permeada por preconceitos. É indispensável citar, no entanto, que as vítimas de suicídio foram adotadas por pessoas que nasceram em outra geração, ocasião em que não havia um movimento vigoroso pela adoção como atualmente. Mas o que muda afinal com este movimento pela adoção?

O que se observa é que apesar do movimento da sociedade atual em favor da adoção, o que parece prevalecer é a valorização da descendência biológica e consangüínea e a desvalorização da filiação adotiva. Em contraposição a esse movimento que tenta ampliar o amor materno, existe outro, organizado principalmente pela mídia, que reforça a valorização dos vínculos afetivos dependentes dos laços de sangue. Deste modo, como sugestão, parece importante discutir a relação existente entre o sofrimento psíquico e a não vivência do amor materno biológico.

A pesquisa revelou ainda que apenas 25% das famílias consideravam que possuíam bom relacionamento familiar, e 75% autodenominaram o relacionamento como ruim. Solicitados a falar em que consistia o relacionamento ruim, se reportaram a brigas violentas entre os membros, agressividade, possessividade, falta de respeito, e principalmente falta de diálogo.

A vivência destas famílias desvelou que em 55% dos casos de suicídios a família se sentia culpada pelo ocorrido e em 90% dos casos os familiares não acreditavam que a vítima fosse capaz de efetuar a própria morte. As informações dos familiares sobre o comportamento da vítima na família e com os amigos, revelam que apenas 1% das vítimas demonstrava um comportamento *falante, alegre e brincalhão*, 40% demonstravam um comportamento *agressivo* e 45% *calmo, calado* com propensão ao isolamento. Sobre o relacionamento com

os amigos 35% possuíam muitos amigos e bom relacionamento com estes, 25% possuíam poucos amigos e relacionamento ruim e 40% possuíam amigos *só para beber*.

Paugam (2006) ao explicar o processo de ruptura dos vínculos sociais o considera como última fase do processo de desqualificação social que se caracteriza por um acúmulo de fracassos que conduz a um alto grau de marginalização. “Sem esperanças de encontrarem uma saída, os indivíduos sentem-se inúteis para a coletividade e procuram o álcool como meio de compensação para sua infelicidade.” (PAUGAM, In. SAWAIA, p. 76, 2006)

Pode-se observar pela fala dos familiares que muitos se culpam por não ter percebido o sofrimento da vítima a tempo de poder evitar o suicídio:

Não era normal ela beber tanto, eu devia ter percebido que algo não estava bem. Mas eu achava que ela só queria se divertir, achava que beber era diversão...( filha – vítima suicidou-se aos 40 anos)

Acho que nos fomos descuidados com ele. Ele sem motivo ficou estranho, não falava e vivia isolado, isso não podia ser normal (irmão – vítima suicidou-se aos 20 anos)

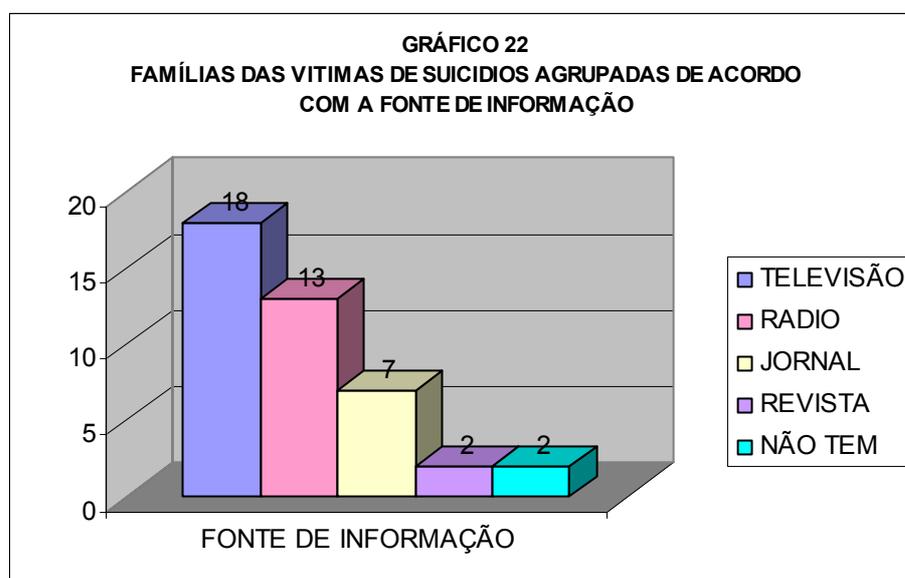
Depois que ele morreu precisei fazer tratamento psicológico, achava que podia ter evitado...sabia que tinha algo errado com ele.....(esposa – vítima suicidou-se aos 22 anos)

De acordo com os dados colhidos por meio das entrevistas, somente 25% das vítimas haviam tentado o suicídio outras vezes, e apenas duas pessoas faziam tratamento psicológico ou psiquiátrico. O suicídio é sempre motivo de muito sofrimento por parte da família da vítima. Depois da morte por suicídio de um membro, a família fica estigmatizada e sofre preconceito, sendo comum as agressões simbólicas.

Um dado marcante identificado, diz respeito à participação das famílias nas atividades comunitárias. Entre as famílias das vítimas de suicídios, nove não participavam de nenhuma atividade comunitária, sete participavam de atividades religiosas, quatro participavam de partidos políticos e uma de atividades voluntárias. Essa condição demonstra que a exclusão social é um fenômeno multidimensional que envolve múltiplas trajetórias de

desvinculação. “No mundo das relações sociais a fragilização dos vínculos (família, vizinhança, comunidade, instituições) pode produzir rupturas que conduzem ao isolamento social e a solidão. (WANDERLEY, 2006, p.23)

A principal fonte de informação e lazer para 18 famílias é a televisão, seguida do rádio com 13 ocorrências, jornal com sete ocorrências, e revistas com duas ocorrências. Entre as famílias duas informaram não ter fonte de informação e nenhuma família informou a utilização da Internet. Esse dado pode evidenciar que na sociedade capitalista os benefícios da tecnologia não são partilhados com a maioria da população, mas postos a serviço da elite servindo como mais um instrumento de dominação. A possibilidade de uso de computadores, apesar de sua importância para o acesso à informação e para a entrada no mercado de trabalho, continua restrita a poucos.



**FONTE: Pesquisa de Campo - 2001 a 2005**

A televisão é um importante instrumento de repasse da ideologia dominante e da alienação. Desse modo Melo (2006, p.136) explica que os meios de comunicação não são neutros, para ela no que diz respeito a violência urbana, a mídia é parcial. Os meios de

comunicação não se limitam a informar, mas tomam partido, julgam e condenam, tratando de caracterizar toda uma população como indigna de confiança.

O que se observa na TV é uma verdadeira campanha de culpabilização dos pobres, que por meio de imagens e palavras são fotografados e rotulados. Muitas vezes a TV é a única fonte de lazer para as famílias, e assim responsável por lançar moda, ditar regras e destruir valores, constrói o imaginário da população e pode proporcionar certa fuga da realidade. Na sociedade mediada pelas imagens a televisão é instrumento de alienação confundindo aparência e realidade.

Um dado importante resultado da pesquisa de campo com as pessoas que vivenciaram a experiência da tentativa de suicídio, diz respeito a noção de que o ato praticado poderia levar à morte. As oito pessoas entrevistadas disseram não ter a exata noção do fim da vida, mas da necessidade de acabar com o sofrimento. Quando lhes foi indagado sobre o assunto responderam:

Eu não tinha a noção de que ia morrer, só queria chamar atenção de meu pai, dizer que eu estava precisando dele...achava que ia dormir e acordar no outro dia como se nada tivesse acontecido. Como se fosse normal no outro dia estar inteiro, eu tinha que parar com aquilo, não conseguia sair, me divertir, ouvir música, não tinha prazer para nada....(Vítima de tentativa de suicídio - 32 anos)

Já tentei várias vezes...todas as vezes que acontece eu quero sumir, não vejo solução para os meus problemas que são muito grandes...não consigo ver saída, tenho perda de prazer, nada me acalma. Se esta entrevista fosse feita a um ano atrás eu diria que não tenho nada para fazer aqui. Não tenho a idéia que posso sumir e não mais voltar. Acho que é dessa forma que eu lido com os meus problemas. (Vítima de tentativa de suicídio – 27 anos)

Eu não queria morrer só chamar atenção de meu marido, optei por tomar veneno, achei que se colocasse uma corda no pescoço ia morrer de verdade. (Vítima de tentativa de suicídio – 25 anos)

Já tentei várias vezes e queria apagar tudo, primeiro bebi para dar coragem depois tomei remédio de rato, tinha medo do que fosse acontecer com o meu corpo, mas não queria apagar de vez, apenas não viver mais os problemas, é muito sofrimento. (Vítima de tentativa de suicídio – 22 anos)

O suicídio pode ser visto ainda como um gesto inflexível de liberdade e rebeldia contra os efeitos perversos da forma de desenvolvimento que vem sendo implantado na Amazônia e em Macapá, relegando a uma vida abominável a maioria da população. Diante disso a exclusão deve ser considerada como uma das novas manifestações da questão social, e juntamente com a pobreza se constitui como parte de uma mesma situação. O suicídio aparece então, como a expressão mais cruel do sofrimento a que são submetidos parte de população macapaense. Sofrimento que pode ser consequência da não apropriação da riqueza socialmente produzida.

Todas essas consequências podem ter relação com o fato do trabalhador se relaciona com o produto de seu trabalho como um objeto estranho. O trabalho transforma-se em objeto que ele só consegue adquirir com o máximo esforço e com interrupções imprevisíveis. A apropriação do objeto manifesta-se a tal ponto como alienação que quanto mais objetos o trabalhador produzir, tanto menos ele pode possuir e mais se submete ao domínio de seu produto, do capital. (MARX, 2004, p. 112)

A sistematização e análise dos dados colhidos na pesquisa de campo possibilitou revelar a particularidade do suicídio na cidade de Macapá. A pesquisa, porém não tinha a intenção de esgotar o objeto de estudo, mas contribuir para a compreensão do suicídio como um fenômeno construído historicamente, e desta forma mesmo considerando a determinação social, pode ser mudado. Os versos da poesia de Thiago de Mello<sup>84</sup> são reveladores quando dizem “Fica decretado que o dinheiro não poderá nunca mais comprar o sol das manhãs vindouras. Expulso do baú do medo, o dinheiro se transformará em uma espada fraternal para defender o direito de cantar e a festa do dia que chegou. Fica proibido o uso da palavra liberdade, a qual será suprimida dos dicionários e do pântano enganoso das bocas. A partir

---

<sup>84</sup> Os Estatutos do Homem – Thiago de Mello.

desse instante a liberdade será algo vivo e transparente como um fogo ou um rio, e a sua morada será sempre o coração do homem.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

“...não aceitem o que é de hábito como coisa natural, pois em tempo de desordem sangrenta, de confusão organizada, de arbitrariedade consciente, de humanidade desumanizada, nada deve parecer natural, nada deve parecer impossível de mudar.”

(Nada é impossível de mudar, Bertold Brecht)

Este trabalho se constituiu por um difícil percurso, considerando que a pesquisa recai sobre um objeto cercado por um tabu, e envolve uma terrível contradição, a impossibilidade absoluta de efetuar-la com os indivíduos que vivenciaram a experiência do suicídio. Nesse contexto, a recomposição das histórias de vida se estabelece como encargo complicado, principalmente porque abrange um componente importante da natureza humana: o sofrimento.

Tendo por objetivo entender a particularidade do suicídio em uma cidade com a peculiaridade de Macapá, encravada na região amazônica, ao final desse percurso, defendemos a hipótese que existe uma estreita relação entre os determinantes materiais da existência humana e o suicídio. Na sociedade contemporânea, que vive a materialização dos resultados do capitalismo globalizado, o fenômeno apresenta características de generalidade, adquirindo visibilidade e se configurando como a legitimação de condutas destrutivas a fragmentação do mundo da vida frente à racionalidade do capital.

Tratamos no primeiro capítulo, a partir do método em Marx, sobre o significado do trabalho na formação do indivíduo e na produção da vida material. Ressaltamos, portanto, que por meio do trabalho, o homem produz bens para satisfação de suas necessidades e produz ao mesmo tempo novas necessidades. O desenvolvimento das forças produtivas estabelece a capacidade crescente da produção de excedentes, porém, o trabalhador se relaciona com o produto de seu trabalho como um objeto estranho, ou seja, as relações estabelecidas na sociedade capitalista, baseada na alienação e dominação, determinam as propriedades da

consciência humana, e uma vida cotidiana alienada equivale a um desenvolvimento alienado do psiquismo,

A alienação predominante na sociedade mercantil determina o indivíduo enquanto trabalhador apenas como força de trabalho, altera a individualidade e transforma tudo em valor de troca. O suicídio está, portanto, subordinado a materialidade de vida que articula objetivo e subjetivo como determinação histórica. Deste modo no segundo capítulo, buscamos abordar as contribuições teóricas de vários autores sobre o suicídio, partindo de Durkheim, um dos principais teóricos do século XIX a discutir o fenômeno, cujo mérito está em demonstrar que o suicídio é um fenômeno social e que é possível estudá-lo e compreendê-lo à partir da compreensão da sociedade.

No mesmo capítulo versamos sobre os escritos de Marx, baseados em casos policiais de suicídios relatados por Peuchet, revelando o sofrimento que as estruturas familiares da sociedade burguesa causam aos indivíduos. O suicídio busca explicação na natureza desumanizante da sociedade capitalista. Ao final do capítulo constatamos que o suicídio questiona a estruturação da sociedade do capital e demonstra que provavelmente não pertencemos a uma sociedade saudável.

Julgamos importante refletir sobre o intenso processo de transformações econômicas, sociais, políticas e culturais que perpassam a sociedade contemporânea, considerando o caráter sócio-histórico do fenômeno do suicídio, que não deve ser segregado das diversas manifestações da questão social presentes na sociedade amapaense e que se exprimem por meio da violência, miséria, exclusão, corrupção, autoritarismo, desemprego, entre outros. Partimos para o terceiro capítulo que se destina a refletir sobre as transformações recentes do espaço amazônico e suas implicações na dinâmica das cidades amazônicas, especialmente Macapá, necessária para entender a particularidade do fenômeno do suicídio nesta cidade.

Destacamos que a Amazônia em função da sua forçada integração na divisão internacional do trabalho enfrenta um acelerado processo de urbanização, que pode ser proveniente do fluxo migratório procedente do nordeste, não detendo as cidades amazônicas, infraestrutura necessária para receber essa população.

Ressaltamos as mudanças ocorridas a partir da transformação do Território em Estado e da implantação da Zona de Livre Comercio de Macapá e Santana o que motivou um importante fluxo migratório, não apenas do campo para a cidade como antes, mas entre cidades, transformando o Estado em um novo pólo de migração na Amazônia. A implantação da ALCMS estimulou o crescimento populacional do Amapá, tendo como resultado desse recente processo de ocupação da região, a urbanização que ocorreu em ritmo intenso e acelerado, estabelecendo mutações na estrutura da cidade, como a intensificação da pobreza e desigualdade. Os habitantes da cidade vivenciam e sofrem os problemas urbanos relativos à água, esgoto, poluição, desemprego, violência, etc.

A cidade de Macapá deixou para trás algumas características que a caracterizava como uma cidade pequena. Perdeu grande parte de seu aspecto de cidade simples e bucólica, e convive com os problemas próprios do denominado fenômeno urbano. A população pobre é quem fica mais exposta a riscos decorrentes da localização de suas residências e da constituição de suas moradias.

Esta realidade pode ter estabelecido um novo padrão de comportamento, o que nos levou a questionar sobre o modelo de desenvolvimento que vem sendo implantado e executado, no Amapá e na Amazônia com o apoio dos Poderes Públicos.

Ao término do capítulo apresentamos os dados de estudos que apontam o Amapá como o 5º Estado em números de suicídios no ranking nacional (2002), e dados da pesquisa de campo que indicam como motivo principal das tentativas de suicídios, os conflitos familiares, mostrando a necessidade de analisar, no início do quarto capítulo, as relações

existentes entre a constituição das famílias e as grandes transformações societárias e os reflexos na vida das famílias e dos indivíduos.

O quarto capítulo foi construído a partir da pesquisa de campo e, inicialmente aborda as transformações pelas quais passou a família através dos tempos, ressaltando o aparecimento da família burguesa no século XX. Destarte, observa-se alterações no modo de organização da família cujo ponto principal é o isolamento em si mesma. Ressaltamos ainda, que a família é essencial na reprodução do processo de alienação entendida como a redução de todos os sentidos a um único sentido, o sentido do ter. Na família o homem se apropria das capacidades humanas, mas também se apropria da alienação que se pauta na contradição entre a crescente produção de bens materiais e simbólicos e o empobrecimento da individualidade humana.

Ao analisarmos os dados de pesquisa de campo, podemos constatar que o suicídio sempre esteve presente na história da cidade de Macapá, mas, a partir da década de 1990, período em que ocorrem significativas mudanças no Estado do Amapá, houve um progressivo aumento dos casos. Do ano 2000 a 2005 registrou-se um aumento em torno de 400%. Inferimos como possível que a precarização do trabalho, o desemprego, habitação inadequada, ineficiência das políticas de atendimento à população, a violência, pobreza e exclusão a que estão submetidos os habitantes da cidade de Macapá se constituam como experiências de sofrimento, podendo levar ao suicídio.

A urbanização intensa e acelerada da cidade, o processo migratório, o crescimento da população urbana provavelmente interferem na subjetividade do indivíduo e podem abalar as famílias, alterando as relações do indivíduo com o sentido da vida.

Verificamos com o cruzamento dos dados a possibilidade de inferir que a particularidade do suicídio na cidade de Macapá pode estar relacionada com a pobreza, desigualdade e exclusão de uma imensa parcela da população local, incidindo sobre as

famílias de maneira violenta. Essa situação é própria da forma de sociabilidade que se pauta em um estilo de vida construído a partir da exigência de um padrão de consumo de mercadorias, que a maioria da população não usufrui, podendo levar ao isolamento, conflitos e diminuição dos laços afetivos.

As ocorrências de suicídios atingem a maioria dos ciclos de vida, com uma exceção à velhice com um pequeno número de casos. A maior incidência ocorre em um público masculino, jovem na faixa de 12 (doze) a 30 (trinta) anos, solteiros, de cor parda, residentes em bairros da periferia da cidade, naturais de Macapá, (um número expressivo migrou para a cidade em busca de uma vida melhor) católicos, pobres, cuja principal fonte de informação e lazer era a televisão. Esses indivíduos vivenciavam na relação familiar brigas violentas, uso de drogas, atos infracionais, com destaque para alcoolismo, e falta de diálogo.

As ocorrências variam de acordo com o gênero, sinalizando para a importância deste na determinação de formas diferenciadas de viver o sofrimento. Os homens se matam mais, no entanto, é entre as mulheres que ocorrem um maior número de tentativas. Provavelmente porque as mulheres utilizem meios associados ao universo doméstico, como o envenenamento, e com maior probabilidade de ineficácia. Os homens, ao contrário, utilizam formas relacionadas ao universo masculino, plasmado pela virilidade e objetividade.

Desse modo, nossa reflexão conduz à crença já afirmada anteriormente, que a condição de excluído em suas várias formas de expressão provoca sofrimento psíquico podendo fragmentar a ligação entre o indivíduo, sua família, seus amigos, se constituindo na perda do sentimento de pertença, e pode levar ao suicídio. É preciso reconhecer que é o indivíduo que sofre, mas o sofrimento não tem sua origem nele, mas nas relações sociais, não é biológico, e sim social.

Entendemos esse trabalho como um esforço de ir além das motivações individuais que levam ao suicídio, que em Macapá são intensamente divulgadas, consolidando o fenômeno

como problema que diz respeito ao indivíduo. Compreender o suicídio como uma questão de caráter individual e particular contribui para o descaso da sociedade para com o fenômeno.

Nesse sentido, é importante conhecer as particularidades do suicídio na cidade de Macapá, com o intento de discutir uma política de prevenção, envolvendo governo e sociedade. Essa política, precisa considerar a construção de serviços de atendimento as famílias, incluindo espaços de referência nos casos de tentativas de suicídio associados à rede de proteção social existente na cidade.

Essa política precisa contemplar a relação suicídio e pobreza, e ainda incorporar os indivíduos que mesmo não vivenciando situações de pobreza necessitem ser atendidos, priorizando desta forma, a dimensão universal da política pública, e o reconhecimento de um lugar institucional para o sofrimento, na esfera da proteção social.

. Contudo, não podemos perder de vista que o suicídio é um sintoma de uma sociedade que necessita de uma transformação radical.

## BIBLIOGRAFIA

- ABELÉM, Auriléia Gomes. *Urbanização e remoção: por que e para quem?* Belém: NAEA / UFPA, 1989.
- AGERAMI-CAMON, Valdemar Augusto. *Suicídio: fragmentos de psicoterapia existencial*. São Paulo: Pioneira, 1997.
- ANTUNES, Ricardo (Org) *Neoliberalismo, trabalho e sindicatos*. Reestruturação produtiva na Inglaterra e no Brasil. São Paulo: Boi Tempo, 1997.
- ANTUNES, Ricardo. *Adeus ao trabalho?* Ensaios sobre as metamorfoses e centralidade do mundo do trabalho. 11. ed. São Paulo: Cortez, 2005
- ARENDT, Hannah. *A condição humana*. Trad. Roberto Raposo. 5. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1991.
- AZEVEDO, Adriana Fonseca de. *Serviço Social e marxismo: uma discussão da problemática do indivíduo*. In: Revista Serviço Social e sociedade. São Paulo: Cortez, Ano XIX, Julho. 1998.
- BAPTISTA, Makilim N. *Suicídio e depressão – Atualizações*. Rio de Janeiro: Guanabara, 2004.
- BRITO, Daniel Chaves. *A modernização de superfície: Estado e desenvolvimento na Amazônia*. Belém: UFPA/NAEA, 2001.
- \_\_\_\_\_. *Mineração, Desenvolvimento e impacto sócio-ambiental: Uma experiência de exploração de mangans na Amazônia*. Belém: NAEA, 1994.
- CAMUS, Albert. *O mito de sísifo*. Rio de Janeiro: Guanabara, 1989.
- CARDOSO, Irene, SILVEIRA, Paulo (Org). *Utopia e mal estar na cultura: perspectivas psicanalíticas*. São Paulo: Hucitec, 1997.
- CARNEIRO, Marcelo Domingos Sampaio. *Estado e empreendimentos guzeiros no Programa Grande Carajás: As políticas públicas à serviço da industrialização*. In: CASTRO, Edna M. Ramos; HÉBETTE, Jean. (Org) Na trilha dos grandes projetos. Belém: NAEA/UFPA, 1989.
- CASSORLA, Roosevelt M.S. (Org) *Do suicídio: Estudos brasileiros*. 2. ed. Campinas: Papirus, 1998.
- \_\_\_\_\_. *O que é o suicídio*. São Paulo: Brasiliense, 2005.
- COELHO, Maria Célia Nunes. *Cidades da Amazônia em busca de novas interpretações e novos rumos*. In: FATHEUER, Thomas; ARROYO, José Cláudio; MCHADO, José Roberto da Costa. *Amazônia: estratégia de desenvolvimento sustentável*. Belém: NAEA/UFPA, 1997.

COTTA JUNIOR, Humberto. *Leituras sobre a família e modos de vida no tempo e no espaço*. In: D'INCAO, Maria Ângela (org) *Sociabilidade espaço e sociedade*. São Paulo: Grupo Editores, 1999.

DEBORD, Guy. *A sociedade do espetáculo*. Trad. Estela dos Santos Abreu. Rio de Janeiro: Contraponto, 1997.

D'INCAO, Maria Ângela (Org.) *Amor e família no Brasil*. São Paulo: Contexto, 1989.

DURKHEIM, Émile. *As regras do método sociológico*. São Paulo: Nacional, 2001.

\_\_\_\_\_. *O Suicídio*. São Paulo: Martin Claret, 2005.

ELIAS, Norbert. *A sociedade dos indivíduos*. Trad. Vera Ribeiro. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1994.

FREUD, Sigmund. *Além do princípio do prazer*. Rio de Janeiro: Imago, 2003.

\_\_\_\_\_. *Edição Eletrônica Brasileira das Obras completas de Sigmund Freud*. [S.I. : s.n.], [19\_ \_].

FROMM, Erick. *Análise do homem*. Trad. Octávio Velho. São Paulo: Circulo do Livro, [19\_ \_]

FROMM, Erich. *Conceito marxista de homem*. Trad. Octávio Alves Velho. 8. ed. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1983.

GUARESCHI, Pedrinho A. *Pressupostos psicossociais da exclusão: competitividade e culpabilidade*. In: SAWAIA, Bader. *As artimanhas da exclusão: análise psicossocial e ética da exclusão*. 6. ed. Petrópolis: Vozes, 2006.

HABERMAS, Jürgen. *Mudança estrutural na esfera pública: investigações quanto a uma categoria da sociedade burguesa*. Trad. Flávio R. Kothe. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1984.

HARVEY, David. *A condição pós-moderna*. São Paulo: Loyola, 1993.

HÉBETTE, Jean. *O grande carajás: um novo momento da história moderna da Amazônia paraense*. In: CASTRO, Edna M. Ramos; HÉBETTE, Jean. (Org) *Na trilha dos grandes projetos*. Belém: NAEA/UFPA, 1989.

HELLER, Agnes. *La revolución de la vida cotidiana*. Barcelona: Nova Grafik, 1982

\_\_\_\_\_. *Sociologia de la vida cotidiana*. Barcelona: Hurope, 1987.

\_\_\_\_\_. *O cotidiano e a história*. 7. ed. São Paulo: Paz e Terra, 2004.

HORKHEIMER, Max. *Teoria Crítica: uma documentação*. Trad. Hilde Cohn. São Paulo: Perspectiva, 1990.

IAMAMOTO, Marilda. *Trabalho e individuo social*. 2. ed. São Paulo: Cortez, 2006.

KALINA, Eduardo e KOVADLOFF, Santiago. *As cerimônias da destruição*. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1983.

KOSIC, Karel. *A dialética do concreto*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1976.

LEFEBVRE, Henri. *A cidade do capital*. Trad. Maria Helena Rauta Ramos e Marilena Jamur. 2. ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2001.

\_\_\_\_\_. *O direito a cidade*. Trad. Rubens Eduardo Farias. São Paulo: Centauro, 2001.

LEONTIEV, Aléxis. *O desenvolvimento do psiquismo*. 2. ed. São Paulo: Centauro, 2004.

\_\_\_\_\_. *Atividade consciência e personalidade*. Versão on-line do Leont'ev Internet Archive. 1978. Disponível em: <http://www.marxists.org/index.htm> Acesso em 14 mai. 2006.

LIMA, Graziela. *Violência: sociabilidade do relacionamento de gênero*. In: D'INCAO, Maria Ângela (org) *Sociabilidade espaço e sociedade*. São Paulo: Grupo Editores, 1999.

LUKÁCS, György. *Ontologia del ser social: el trabajo*. Buenos Aires: Herramienta, 2004.

MACHADO, José Alberto da Costa (Org) *As raízes rurais da insustentabilidade na Amazônia: uma repetição com outro enfoque*. In: FATHEUER, Thomas; ARROYO, José Cláudio; MCHADO, José Roberto da Costa. *Amazônia: estratégia de desenvolvimento sustentável*. Belém: NAEA/UFPA, 1997.

MANDEL, Ernest. *O lugar do marxismo na história*. 2. ed. São Paulo: Xamã, 2001.

MARX, Karl e ENGELS, Friedrich. *A Ideologia Alemã*. São Paulo: Martin Claret, 2004.

\_\_\_\_\_. *A Ideologia Alemã*. São Paulo: Moraes, 1984.

MARX, Karl e ENGELS, Friedrich. *O manifesto comunista*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2005.

MARX, Karl. *Contribuição à crítica da economia política*. 2. ed. São Paulo: Martins Fontes, 1983.

\_\_\_\_\_. *Elementos Fundamentales para la crítica de la economia política*. [ S.I. ] : Siglo Veintiuno, [19\_\_].

\_\_\_\_\_. *O capital: crítica da economia política*. Trad. Regis Barbosa e Flávio R. Kothe. v.1, São Paulo: Nova Cultural, 1988.

\_\_\_\_\_. *Manuscritos Econômicos Filosóficos*. São Paulo: Martin Claret, 2004.

\_\_\_\_\_. *Sobre o suicídio*. Trads. Rubens Enderle e Francisco Fontanela. São Paulo: Boi Tempo, 2006.

MELLO, Silvia Leser de. *A violência urbana e a exclusão dos jovens*. In: SAWAIA, Bader. *As artimanhas da exclusão: análise psicossocial e ética da exclusão*. 6. ed. Petrópolis: Vozes, 2006.

MORAIS, Paulo Dias e MORAIS, Jurandir Dias. *O Amapá em perspectiva: uma abordagem histórico-geográfica*. Macapá: JM, 2005.

MORAIS, Paulo Dias; ROSARIO, Ivoneide Santos do; MORAIS, Jurandir Dias. *O Amapá na mira estrangeira: dos primórdios do lugar ao Laudo Suíço*. Macapá: JM Gráfica, 2003.

MÉSZÁROS, Istvan. *O século XXI socialismo ou barbárie?*. São Paulo: Boi Tempo, 2003.

\_\_\_\_\_. *A teoria da alienação em Marx*. São Paulo: Boi Tempo, 2006.

PAUGAN, Serge. *Desqualificação social: ensaios sobre a nova pobreza*. Trads. Camila Giorgetti, Tereza Lourenço. São Paulo: Cortez, 2003.

\_\_\_\_\_. *O enfraquecimento dos vínculos sociais*. In: SAWAIA, Bader. *As artimanhas da exclusão: análise psicossocial e ética da exclusão*. 6. ed. Petrópolis: Vozes, 2006.

PICANÇO, Emerson Luisi. *Suicídio e sociedade: narrativa etnográfica da morte voluntária no município de Macapá*. Macapá: Texto apresentado no XII Encontro de Ciências Sociais Norte/Nordeste [20\_\_]

PINTO, Lúcio Flávio. *Amazônia: o século perdido*. Belém: Jornal Pessoal, 1998.

\_\_\_\_\_. *Na trilha da norte-sul*. In: CASTRO, Edna M. Ramos; HÉBETTE, Jean. (Org) *Na trilha dos grandes projetos*. Belém: NAEA/UFPA, 1989.

PORTO, Jadson. *Amapá: principais transformações econômicas e institucionais – 1943 a 2000*. Macapá: GEA/SETEC, 2003.

PREVENÇÃO DO SUICÍDIO: *Um manual para profissionais da mídia*. Genebra: OMS, 2000.

REGINENSI, Catarine. *Visão antropológica das cidades amazônicas: Aspectos comparativos entre cidades do Amapá e da Guiana Francesa*. Belém: NAEA/UFPA, 2002

RODRIGUES, José Carlos. *Ensaio em antropologia do poder*. Rio de Janeiro; 1992.

SADER, Emir. *Pós-Neoliberalismo: as políticas sociais e o Estado democrático*. São Paulo: Paz e Terra, 2003.

SANTOS, Antonio Carlos. *A reprodução do espaço amapaense e seus contrastes*. 3.ed. Macapá: RVS, 2005.

SAWAIA, Bader. (Org) *As artimanhas da exclusão*. 6. ed. Petrópolis: Vozes, 2006.

SILVEIRA, Paulo; DORAY, Bernard (Org) *Teoria marxista da subjetividade*. Rio de Janeiro: Vértice, 1992.

SINGER, Paul. *Globalização e desemprego: diagnóstico e alternativas*. 4. ed. São Paulo: Contexto, 2006.

SOARES, Laura Tavares. *O desastre social*. Rio de Janeiro: Record, 2003.

WASELFISZ, Júlio J. *Mapa da violência IV: os jovens do Brasil – juventude, violência e cidadania*. Brasília: UNESCO, Instituto Ayrton Sena, Secretaria Estadual de Direitos Humanos, 2004.

WEBER, Max. *A ética protestante e o espírito do capitalismo*. São Paulo: Martin Claret, 2005.

WEIL, Simone. *A condição operária e outros estudos sobre a opressão*. Trad. Terezinha Langlada. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979.

## ANEXOS



**FIGURA 01:** Vista aérea da cidade de Macapá  
**IMAGEM :** Marcos Velho - 2007



**FIGURA 02:** Bairro da periferia da cidade de Macapá  
**IMAGEM:** Marcos Velho - 2007



**FIGURA 03:** Periferia da cidade de Macapá – ocupação das áreas de ressaca  
**IMAGEM:** Marcos Velho - 2007



**FIGURA 04:** Construção do novo aeroporto da cidade de Macapá  
**IMAGEM:** Marcos Velho - 2007



**FIGURA 05:** Centro da cidade de Macapá  
**IMAGEM:** Marcos Velho - 2007



**FIGURA 06:** Centro comercial da cidade de Macapá  
**IMAGEM:** Marcos Velho - 2007